



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO**  
**TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**LUIS CLÁUDIO BRITO PINA DE CARVALHO**

**FRAGMENTAÇÃO URBANA NO IAPI (Salvador/BA): DESAFIOS E**  
**POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL**

**SALVADOR**  
**2018**

**LUIS CLÁUDIO BRITO PINA DE CARVALHO**

**FRAGMENTAÇÃO URBANA NO IAPI (Salvador/BA): DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, na linha Territorialidade e Planejamento Urbano e Territorial.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aparecida Netto Teixeira

**SALVADOR  
2018**

C331 Carvalho, Luis Cláudio Brito Pina de  
Fragmentação urbana no IAPI (Salvador/BA): desafios e possibilidades  
para a construção de uma identidade territorial/ Luis Cláudio Brito Pina de  
Carvalho. – Salvador, 2018.  
126 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento  
Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aparecida Netto Teixeira

1. Fragmentação urbana 2. Bairro 3. IAPI 4. Zona Especial de  
Interesse Social 5. Segregação socioespacial I. Universidade Católica do  
Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Teixeira, Aparecida  
Netto – Orientadora III. Título.

CDU 711.5(813.8)

## TERMO DE APROVAÇÃO


LUIS CLÁUDIO BRITO PINA DE CARVALHO

**“A fragmentação urbana no bairro IAPI (Salvador/Ba): desafios e possibilidades para a construção de uma identidade territorial”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 30 de julho de 2018.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira – Orientadora/UCSal



Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho – UCSal

  
Profa. Dra. Rosali Braga Fernandes - UNEB

*Dedico este trabalho a minha família materna que nasceu e cresceu no IAPI e que sempre acreditou no meu esforço para a conclusão deste trabalho. Dedico também à minha esposa Heda pelo apoio presencial, moral e logístico e aos meus filhos que poderão testemunhar, um dia, os frutos desta obra.*

## **AGRADECIMENTOS**

O projeto de pesquisa acadêmica é uma jornada que exige muitos sacrifícios, escolhas, renúncia e dificuldades em virtude da conciliação do trabalho e da família com as rotinas de produção textual e pesquisas de campo.

Contudo, durante esta jornada tive a sorte de obter apoio e inspiração nas palavras do Magnífico Reitor desta ilustre instituição Prof.Drº. Pe. Maurício de Souza Ferreira a quem devo e agradeço com muito carinho este trabalho que em suas iluminadas palavras de incentivo e coragem, me proporcionou a gratificante e valiosa oportunidade de ingresso na pesquisa acadêmica.

Agradeço em especial, também, a meu tio e pai de criação Luiz Mário de Brito Pina que sempre me aconselhou e incentivou nesta jornada de pesquisa acadêmica.

Agradeço em especial à Profª Drª Aparecida Netto Teixeira que, com muito profissionalismo, ética, competência e paciência me ajudou nos conselhos, nas cobranças, nas correções e no refinamento textual deste trabalho.

Agradeço também a Profª Drª Silvana Sá de Carvalho que na dura rotina das nossas complicadas agendas de trabalho pode acolher e receber com muita atenção meus primeiros rascunhos do anteprojeto desta pesquisa acadêmica a qual me incentivou e orientou na busca de novas fontes de consulta para o amadurecimento e enriquecimento deste trabalho.

Meus agradecimentos aos moradores Alisson Cavalcante Costa e Sônia Bittencourt do Loteamento Jardim Eldorado, de Rogelane Conceição dos Santos da Comunidade Nova Divinéia, de Angelimar Trindade do Loteamento Jardim Vera Cruz, Walter Cabral do Conjunto Residencial Salvador e Josefa Calazans Gomes do Loteamento Parque San Martins pelo apoio logístico e dos contatos pessoais proporcionados.

CARVALHO, Luis Cláudio Brito Pina de. **FRAGMENTAÇÃO URBANA NO IAPI (Salvador/BA): DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL**. Salvador, 2018.125f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador, 2018.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar o fenômeno da fragmentação urbana no bairro IAPI/Salvador-BA (Lei Municipal nº9.278/2017) e seus desdobramentos na perda de identidade e pertencimento dos moradores ao bairro, no recorte temporal de 1930 a 2017. A ocupação deste bairro teve início a partir da implantação do Conjunto Residencial Salvador, entre 1944 a 1948, financiado por uma das antigas caixas de aposentadoria e pensões – o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). A partir da década de 1950, o bairro foi ocupado, ao longo de suas cumeadas e rincões, por diversos estratos sociais, mediante a implantação de loteamentos e, posteriormente, de ocupações irregulares, em decorrência do processo de favelização que ocorrera com maior intensidade na capital na metade do século XX. Para a realização da pesquisa utilizou-se o método hipotético-dedutivo e como metodologia de procedimento a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa de campo, mediante aplicação de questionários junto aos moradores, com questões relativas a pontos de referência; limites; qualidade da oferta de serviços e infraestrutura; equipamentos e espaços de uso coletivo; vantagens e desvantagens de morar no IAPI. Os resultados obtidos apontam que o bairro do IAPI constitui-se em um conjunto de lugares urbanos fragmentados, em decorrência da segregação sócio espacial estabelecida e retroalimentada pela lógica do capital imobiliário especulativo, e pela falta de implantação de políticas públicas de promoção ao direito á cidade, comprometendo a percepção comunitária de coletividade e identidade territorial. Como conclusão tem-se que a ausência de espaços de uso coletivo com características de convergência e de convivência social contribuiu para a fragmentação urbana e a não estruturação do IAPI como um bairro propriamente dito, dotado de identidade territorial e do sentimento de pertencimento.

Palavras-chaves: Fragmentação urbana. Bairro. IAPI. Zona Especial de Interesse Social. Segregação socioespacial.

CARVALHO, Luis Cláudio Brito Pina de. **URBAN FRAGMENTATION IN IAPI (Salvador/BA): CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR THE CONSTRUCTION OF A TERRITORIAL IDENTITY**. Salvador, 2018.125p.Thesis (MA) - MA in Territorial Planning and Social Development. Catholic University of Salvador (UCSAL), Salvador, 2018.

## ABSTRACT

The present dissertation aims to investigate the phenomenon of urban fragmentation in the IAPI neighborhood / Salvador-BA (Municipal Law n°9.278/2017) and the consequences related to loss of identity and belonging of the residents in this neighborhood, for the time period from 1930 to 2017. The settling (occupation) of this area began after implementation of a residential building called “Conjunto Residencial Salvador”, from 1944 to 1948, financed by one of the retirement and pension funds - the Institute of Retirement and Pensions of the Industrialists (IAPI). From the 1950s, the neighborhood was occupied along its ridges and valleys by various social strata through the implantation of subdivisions, and later by more irregular occupation resulting from the growth of slums, which occurred with greater intensity in this city in the mid-twentieth century. This research project employed a hypothetic-deductive approach utilizing bibliographical and document research in addition to field study through use of questionnaires distributed to residents with questions related to specific reference points; borders limits (outskirts); quality of services and infrastructure available; common use equipment and spaces; advantages and disadvantages of living in IAPI. The results show that the IAPI neighborhood is composed of a set fragmented urban places resulting from socio-spatial segregation established and fed by logistics related to real estate speculation and by the lack of implementation of public policies to promote the right to the city and compromising community perception of collectiveness and residential identity. The main conclusion is that the absence of common use spaces with uniting characteristics that promote social coexistence contribute to urban fragmentation and the lack of structure of IAPI as a proper neighborhood, endowed with local identity and a sense of belonging.

Keywords: Urban fragmentation. Neighborhood. IAPI. Special Area of Social Interest. Socio-spatial segregation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização IAPI.....	15
Figura 2 – Localização da poligonal de estudo.....	21
Figura 3 – Setores territoriais de análise do IAPI.....	23
Figura 4 – Vetores de expansão da cidade na década de 1940.....	49
Figura 5 – Região da Areia da Cruz do Cosme – atual IAPI.....	56
Figura 6 – Ante projeto do Conjunto do IAPI.....	58
Figura 7 – Complexo Residencial Pedregulho.....	58
Figura 8 – Vista da 1ª Etapa 264 Apartamentos do IAPI .....	58
Figura 9 – Canteiro de obras do Conjunto IAPI.....	59
Figura 10 – Vista aérea do Conjunto Residencial Salvador e entorno em 1978.....	60
Figura 11 – Loteamento Jardim Vera Cruz.....	61
Figura 12 – Loteamento Jardim Eldorado.....	61
Figura 13 – Parque San Martin / Ibramex .....	61
Figura 14 - Parque San Martin / Ibramex.....	62
Figura 15 – Terreno da antiga pedreira.....	62
Figura 16 - Plano de intervenção da OCEPLAN na atual ZEIS Nova Divinéia.....	64
Figura 17 – Localização das ZEIS no Bairro IAPI.....	65
Figura 18 – Etapas cronológicas de Ocupação do IAPI.....	66
Figura 19 - Limites intra "bairros" IAPI/Pero Vaz.....	68
Figura 20 -Limites intra "bairros" IAPI/Pau Miúdo.....	68
Figura 21 - Limites intra "bairros" IAPI/Fazenda Grande do Retiro .....	68
Figura 22 - Limites intra "bairros" Retiro/IAPI.....	68
Figura 23 - Topografia do IAPI .....	69
Figura 24 - Sistema viário do IAPI.....	70
Figura 25 – Fim de linha do IAPI.....	71
Figura 26– Moto taxistas.....	72
Figura 27– Moto taxistas.....	72
Figura 28– Fragmentação urbana no IAPI .....	73
Figura 29– Retenção do trânsito Largo do Tamarineiro.....	73
Figura 30– Uso do solo – IAPI.....	74
Figura 31– Vista aérea do IAPI em 1947.....	75
Figura 32 – Vista aérea do IAPI em 2017.....	76

Figura 33 – Densidade demográfica por setor territorial.....	77
Figura 34 – Comunidade Nova Divinéia.....	78
Figura 35 – Comunidade Bem Amado.....	78
Figura 36– Setor D – Galpões, garagens e oficinas.....	78
Figura 37 – Conjunto Residencial Salvador .....	79
Figura 38 – Padrão urbano Jardim Eldorado .....	80
Figura 39 – Padrão urbano Jardim Vera Cruz .....	80
Figura 40 – Imóveis Subutilizados no Setor D.....	81
Figura 41 – Imóveis Subutilizados no Setor D.....	81
Figura 42 – Comércio ativo no Setor D.....	81
Figura 43 – Comércio ativo no Setor D.....	81
Figura 44 – Feira no IAPI.....	83
Figura 45 – Feira no IAPI.....	83
Figura 46 – Ginásio GEMPA Jardim Eldorado.....	84
Figura 47 – Centros Religiosos.....	86
Figura 48 – Centros Religiosos.....	86
Figura 49 – Centros Religiosos.....	86
Figura 50 – Centros Religiosos.....	86
Figura 51 – Clínica médica.....	86
Figura 52 – Clínica médica.....	86
Figura 53 – Módulo policial.....	90
Figura 54 – Antigo local do módulo policial.....	90
Figura 55 – Enclausuramentos.....	91
Figura 56 – Fechamento de rua pública.....	91
Figura 57 – Área deserta setor D.....	91
Figura 58 – Área deserta setor D.....	91
Figura 59 – Invasão de Calçadas .....	92
Figura 60 – Invasão de Calçadas .....	92
Figura 61– Calçadas livres .....	93
Figura 62 – Calçadas livres .....	93
Figura 63– Acessos irregulares nas ZEIS.....	93
Figura 64– Acessos irregulares nas ZEIS.....	93
Figura 65– Espaço comunitário nas ZEIS.....	94
Figura 66 – Espaço comunitário nas ZEIS.....	94

Figura 67 – Quermesse da igreja Católica local.....	99
Figura 68 – Campo do Tejo.....	99
Figura 69 – Anúncios improvisados .....	102
Figura 70 – Limites IAPI X Santa Mônica.....	105
Figura 71 – Limites IAPI X Pero Vaz.....	105
Figura 72 – Percepção intersubjetiva do IAPI pelos moradores.....	106
Figura 73 – Espaço Público Nova Divinéia.....	107
Figura 74 – Espaço Público Bem Amado.....	107
Figura 75 – Praça do Conjunto Residencial Salvador.....	108
Figura 76 – Proposta de intervenção urbanística no IAPI.....	115

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População por setor territorial.....	24
Quadro 2 – Logradouros transversais à Rua Conde de Porto Alegre.....	71
Quadro 3 – Estabelecimentos comerciais e de serviço ao longo da Rua Conde de Porto Alegre.....	82
Quadro 4 – Comércio e serviços solicitados pelos moradores.....	82
Quadro 5 – Resumo das instituições de ensino no IAPI.....	85
Quadro 6 – Serviços públicos satisfatórios no IAPI.....	88
Quadro 7 – Vantagens de se morar no IAPI.....	88
Quadro 8 – Desvantagens de se morar no IAPI.....	88
Quadro 9 – Pontos de referência do IAPI.....	100
Quadro 10 – Regiões de morada que compõem o IAPI.....	100
Quadro 11 – Limites territoriais do IAPI pelos moradores.....	103

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS	Área de Especial Interesse Social
APSE	Área de Proteção Sócio Ecológica
BNH	Banco Nacional de Habitação
DhESCA	Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
EPUCS	Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade do Salvador
FGM	Fundação Gregório de Matos
FMLF	Fundação Mário Leal Ferreira
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OCEPLAN	Órgão Central de Planejamento
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PLANDURB	Plano de Desenvolvimento Urbano
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1.	Procedimentos Metodológicos.....	20
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL</b> .....	27
2.1.	Espaço e Território.....	27
2.2.	Lugar e Bairro.....	31
2.3.	Segregação socioespacial, fragmentação urbana e direito à cidade.....	38
<b>3</b>	<b>O BAIRRO IAPI NO CONTEXTO DA EXPANSÃO URBANA SOTEROPOLITANA</b> .....	46
3.1.	Salvador/BA: da cidade colonial à cidade de fragmentos.....	46
3.2.	O surgimento e consolidação do bairro IAPI.....	56
<b>4</b>	<b>FRAGMENTAÇÃO URBANA NO BAIRRO IAPI: SETORES DE ANÁLISE</b> .....	67
4.1.	Características físico-espaciais e sócio econômicas.....	67
4.2.	Dilemas urbanos: segurança, mobilidade urbana e espaços públicos coletivos.....	87
<b>5</b>	<b>DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DE BAIRRO NO IAPI</b> .....	98
5.1.	A relação de pertencimento dos moradores do conjunto e da região de entorno com o bairro.....	98
5.2.	O espaço de uso coletivo como possibilidade para a construção da identidade territorial de bairro.....	107
5.3.	Proposta de intervenção urbanística.....	111

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## REFERÊNCIAS

## APÊNDICE

## INTRODUÇÃO

O bairro IAPI<sup>1</sup>, localizado na área central da cidade de Salvador, desenvolveu-se a partir da década de 1940, ao longo da atual Rua Conde de Porto Alegre iniciada a partir do Largo do Tamarineiro, no bairro do Pau Miúdo. De forma similar a outros bairros da capital baiana, a ocupação do IAPI iniciou-se a partir das cumeadas da peculiar topografia soteropolitana finalizando, décadas depois, com a ocupação dos vales e rincões em consequência da implantação das avenidas de vale.

Figura 1 – Localização bairro do IAPI



Fonte: Google Earth (2018). Elaboração Carvalho (2018).

O surgimento do bairro acontece em um período de intensas transformações urbanísticas e de ações higienistas como, por exemplo, a abertura da Avenida Sete de Setembro inicializadas por J.J Seabra entre os anos 1910 e 1920, motivados por um novo pensamento de modernidade e progresso do qual são rompidos os laços de herança da cidade colonial de economia agrária e escravocrata pelo surgimento de uma incipiente cidade industrial, com base na divisão espacial de classes sociais. Como explica Gordilho Souza (2000),

<sup>1</sup>De acordo com a delimitação da Lei Municipal nº9.278/2017

[...]o processo de crescimento urbano industrial mais recente [de Salvador] superpõe-se a outras características habitacionais herdadas do passado. A cidade manteve, até meados do século XX, uma estrutura fundiária arcaica baseada em arrendamentos de glebas públicas e privadas. A subdivisão dos antigos sobrados do Centro Histórico para aluguel, prática surgida no final do século XIX, com a abertura de novas áreas habitacionais nos arredores imediatos para famílias abastardas, gradativamente, vai dando lugar aos cortiços. Esses perduram, associados aos “abecedários”, aos “becos” e às “casas de avenida”, que surgem como forma de habitação popular na virada do século, sendo produzidas até a década de 1940, quando grandes levas de população passam a chegar da zona rural em busca de trabalho. (GORDILHO-SOUZA, 2000, p.39)

Entre as décadas de 1920 a 1950 o controle municipal sobre o uso e ocupação do solo começa a dar os primeiros passos com a implantação do Código de Posturas de 1920 e 1926, com a regulação da construção e do sistema de compra e venda de terras da capital baiana. As ocupações proletárias adjacentes às primeiras fábricas implantadas no final do século XIX, a migração da população do campo para a capital pela recessão econômica agrícola do período e o mercado imobiliário emergente geraram um impulso demográfico que “fez com que a população soteropolitana, entre 1940 e 1950, passasse de 290.443 para 417.235 habitantes, ou seja, cresce 44% em apenas 10 anos, enquanto que, nos vinte anos anteriores, 1920/40, o acréscimo havia sido apenas de 2% (IBGE-Censos)” (Gordilho-Souza, 2000, p.112).

Em paralelo, o movimento modernista, em seu auge no período entre guerras, com seu discurso inflexível na defesa da “pureza” estética, higienista e progressista no planejamento de espaços arquitetônicos públicos e privados, influenciou em larga escala uma geração de profissionais, bem como as ações do Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS). Segundo Souza (2000 apud SAMPAIO, 1998, p.87) “o EPUCS “antecipa” uma nova condição de processo de planejamento moderno, rompendo com a antiga tradição sanitaria do século XIX, aprofundando, na cultura urbanística local, um novo modo de pensar a cidade, não mais por ações isoladas e problemas imediatos, mas numa visão prospectiva, alinhando-se à perspectiva do Estado do Bem-Estar.”

Neste contexto histórico o marco da criação do bairro foi a implantação do Conjunto Residencial Salvador, entre 1944 a 1948, financiado pelas antigas caixas

de aposentadoria e pensões mais conhecido como Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). A concepção dos conjuntos habitacionais dos IAP's exigia que fossem implantados em locais distantes dos núcleos tradicionais urbanos em virtude das suas concepções estéticas, escala de implantação e quantidades de unidades habitacionais.

O conjunto foi implantado em uma área de aproximadamente 40.000m<sup>2</sup> anteriormente ocupada por chácaras e fazendas isoladas, formado por 264 unidades habitacionais, cinco blocos de edifícios de quatro pavimentos e espaços abertos de convivência social do estilo modernista. A concepção urbanística modernista que valorizava o espaço coletivo exigia a criação de grandes espaços de convivência social sob os edifícios apoiados em pilotis do qual foi amplamente explorado no projeto das superquadras em Brasília anos depois. Desse modo, o empreendimento destacou-se em sua região de entorno, não só pelo estilo arquitetônico, bem como pelo gerenciamento das obras em escala industrial, até então, não vista no local.

A partir da década de 1950, após a implantação do conjunto e no contexto da expansão do processo de industrialização no Brasil e na Bahia, com consequente atração de população para as áreas urbanas, o bairro IAPI passou a ser ocupado por um contingente populacional de diversos estratos sociais, ao longo das cumeadas e rincões.

Impulsionado pelas ações urbanas do EPUCS, entre as décadas de 1950 e 1960, avenidas estratégicas como as Avenidas General San Martin e Barros Reis, que se conectavam com a BR-324, abriram caminho para uma progressiva ocupação imobiliária do bairro, com a implantação dos loteamentos Jardim Eldorado e Jardim Vera Cruz, logo após a inauguração do conjunto em 1952. O loteamento Parque San Martin surgiu no início dos anos 1960, com lotes residenciais similares aos do Jardim Vera Cruz e Eldorado. Posteriormente, novos conjuntos residenciais foram implantados pela Construtora Ibramex, seguindo a política de incorporação e financiamento habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH). Além destes, outros núcleos urbanos de baixa renda como a Nova Divinéia, Rocinha, Brongo e Bem Amado também passaram a compor o tecido urbano deste local, através do processo de favelização que ocorrera com maior intensidade na capital na segunda metade do século XX.

O aumento da demanda por novas habitações e a provável omissão pública municipal quanto ao planejamento de novos bairros emergentes, no período de 1950

a 1970, contribuiu diretamente para uma massificação dessas glebas urbanas, subdividindo-as em setores voltados quase que exclusivamente para habitação e comércio local. O IAPI tornou-se um “bairro dormitório”, sem nenhum planejamento e perspectiva de pontos espaciais de convergência e convivência coletiva. Neste sentido é difícil perceber, no bairro, organizações sociais coesas de forma a representar politicamente os diversos setores de vizinhança. Ao contrário, ao caminharmos pela localidade nos deparamos com ilhas habitacionais isoladas produzindo imagens urbanas fragmentadas.

O interesse pelo estudo teve início a partir do desenvolvimento do trabalho final de graduação do autor para o bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, em 2002, cujo tema era a requalificação arquitetônica e urbanística do Conjunto Residencial Salvador.

Durante o trabalho de graduação, constatou-se a importância do referido conjunto na evolução histórica de ocupação do bairro e que, mesmo não intencionalmente, alavancou outras ocupações urbanas e serviços públicos com o início das obras. Desse modo, o Conjunto Residencial Salvador não só se tornou uma referência arquitetônica para o local e para a cidade, quanto um elemento indutor de ocupação, devendo-se considerar ainda que o bairro incorporou o nome da instituição que o criou.

Após o término da graduação, com o amadurecimento profissional e a partir do aprofundamento teórico proporcionado pelo Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, surgiu a necessidade de expandir e aprofundar o estudo, ampliando o recorte espacial para os limites oficiais de delimitação do bairro (Lei nº9.278/2017), o qual abrange o Conjunto Residencial Salvador e os demais setores residenciais e comerciais adjacentes. Surgem indagações de que o bairro, oficialmente assim denominado pela Prefeitura Municipal de Salvador, seja composto de lugares urbanos fragmentados, pela segregação sócio espacial, com traços de pertencimento próprios entre seus moradores, apesar da origem histórica a partir do Conjunto.

Desse modo, a presente investigação se justifica, por um lado, pela importância desta localidade no contexto histórico da formação da cidade de Salvador, e, por outro pela necessidade de aprofundamento acerca do processo de segregação sócio espacial e de fragmentação urbana e seus rebatimentos no

sentimento de pertencimento dos moradores ao local, o qual interfere diretamente na atividade social e política dos moradores para com o bairro.

A dissertação tem, pois como objetivo investigar o processo de fragmentação urbana no IAPI, e seus desdobramentos na perda de identidade e pertencimento dos moradores com o bairro, no período de 1930 a 2017.

Com o desenvolvimento do trabalho busca-se comprovar as seguintes hipóteses: - O IAPI é composto por lugares urbanos fragmentados como resultado de um processo histórico de segregação sócio espacial; - A ausência de espaços de uso coletivo com características de convergência e de convivência social contribui para o distanciamento da comunidade e na perda de uma identidade territorial e ativismo de bairro. Como questões norteadoras do trabalho têm-se:

- Qual o contexto histórico de surgimento do “bairro” IAPI e quais as características atuais sob os aspectos físico, espacial e socioeconômico?
- Como pode ser constatado o fenômeno da fragmentação urbana no local?
- Qual a relação de pertencimento dos moradores dos diferentes setores de análise com o IAPI?;
- Quais os desafios e possibilidades para a construção de uma identidade territorial de bairro?

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. Na Introdução são apresentados o objeto, questões centrais, justificativa do trabalho e procedimentos metodológicos. O Capítulo 2 apresenta o referencial teórico-conceitual, com ênfase nos conceitos de espaço, lugar, território, bairro, segregação socioespacial, fragmentação urbana e o direito a cidade. O Capítulo 3 apresenta o processo histórico de produção do espaço do bairro IAPI, buscando situá-lo no contexto da expansão urbana soteropolitana e da implantação da habitação social proletária no período entre guerras. O Capítulo 4 trata das características físico-espaciais e socioeconômicas da localidade, por setor de análise, bem como do estudo da pesquisa de campo realizada, com vistas à identificação das relações de vizinhança, de identidade e pertencimento dos moradores com o IAPI e entre estes com a cidade, buscando identificar o fenômeno da fragmentação urbana. O Capítulo 5 aborda os desafios e possibilidades para a construção da identidade territorial de bairro, a partir da análise da relação de pertencimento dos moradores do conjunto e dos demais setores que integram o “bairro”, além de reflexões sobre a importância do espaço público como palco e protagonista das relações sociais cotidianas do

meio urbano fomentando a discussão e construção de uma comunidade representativa e consciente do seu direito a cidade. E, por fim, será apresentado um estudo propositivo de intervenções urbanísticas promovendo a discussão de novos usos e a inclusão de espaços de uso coletivo como catalizadores para a construção dessa identidade.

Desse modo, o trabalho visa contribuir para a discussão acerca do processo da perda de identidade territorial em face da fragmentação urbana em outros bairros, a partir da reflexão dos temas levantados, com rebatimentos diretos no processo de pertencimento dos moradores e na perspectiva do direito à cidade.

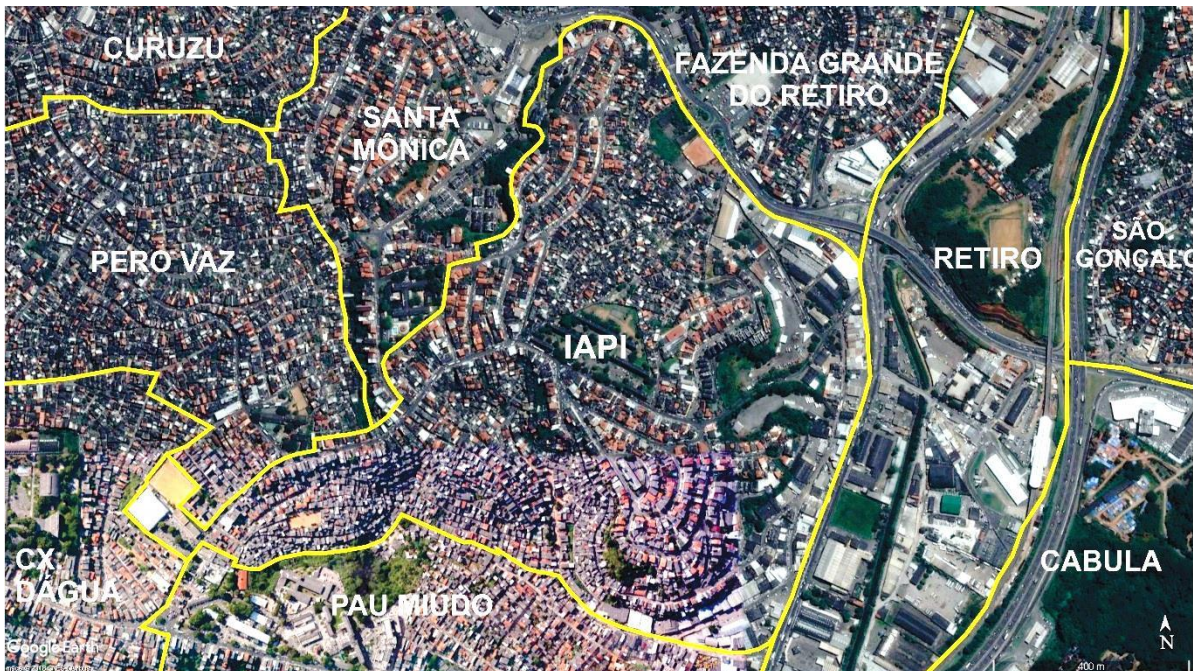
### 1.1. Procedimentos metodológicos

A metodologia de abordagem a ser utilizada no presente trabalho aplica o método hipotético-dedutivo, visando à confirmação ou rejeição das hipóteses preliminares apresentadas.

O objeto de estudo abrange a poligonal oficial do bairro IAPI, identificada pela Prefeitura Municipal de Salvador, conforme a Lei nº9.278/2017 que dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador inspirada nos cursos das bacias hidrográficas de acordo com os estudos multidisciplinares apontados na obra *Caminho das Águas em Salvador* (2010). Esta delimitação adota, em parte, as silhuetas geradas pelas bacias hidrográficas locais, pelas cumeadas e rincões característicos do peculiar relevo acidentado da cidade do Salvador totalizando 943.677,00m<sup>2</sup> conforme indicado a seguir (Figura 2).

Contudo, quando falamos de “bairro do IAPI” nesta dissertação trataremos tecnicamente pela delimitação oficial apresentado acima. O conceito de bairro e suas implicações na análise deste trabalho serão tratados no referencial teórico no subcapítulo seguinte.

Figura 2 - Localização da poligonal de estudo



Fonte: Google Earth (2018), Lei Municipal nº9.278/2017. Adaptação Carvalho (2018).

A metodologia de procedimento abrange as pesquisas quantitativa e qualitativa, sendo estruturada em duas etapas principais. Na primeira foi realizada pesquisa histórica, documental e bibliográfica, em órgãos públicos como o IBGE, Fundação Mário Leal Ferreira, Fundação Gregório de Matos, Biblioteca Central dos Barris, Universidades, além da pesquisa em periódicos e jornais. Além disso, foram coletados dados urbanísticos (tais como topografia, uso do solo, sistema viário) e sócio demográficos (densidade demográfica, faixa de renda).

Na segunda etapa foi realizada a pesquisa de campo, mediante aplicação de questionários (apêndice), junto aos moradores do bairro, com base nos trabalhos de Lynch (1960), Serpa (2007) e Tuan (1983).

Através de técnicas de cartografia cognitiva, com a identificação dos referenciais arquitetônicos, dos percursos, limites etc., conforme a metodologia proposta por Lynch (1990) busca-se a construção de uma representação coletiva para cada bairro, a partir das representações individuais dos moradores (identificando-se os pontos comuns entre as diferentes representações individuais). Segue-se a ordem; sucessão “meu” (representação individual), “nosso” (representação coletiva de nível intermediário, específica para cada grupo – formal ou informal) e “o” bairro (representação coletiva de nível superior) (TUAN, 1983). (SERPA, 2007, p.14).

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSAL. Foram coletadas informações quanto à infraestrutura, o cotidiano, as vivências, pontos de referência, marcos nodais que mais se destacam na memória subjetiva do morador e suas relações com a cidade e as perspectivas futuras. Buscou-se identificar os diversos pontos de vista que os moradores têm sobre o bairro do IAPI e como esta percepção influencia no uso deste espaço e na sua relação com cidade. A análise acerca das imagens que o morador tem da localidade possibilitou identificar os limites subjetivos do bairro, sua estrutura e a identidade deste espaço. Conforme afirma Souza (1989):

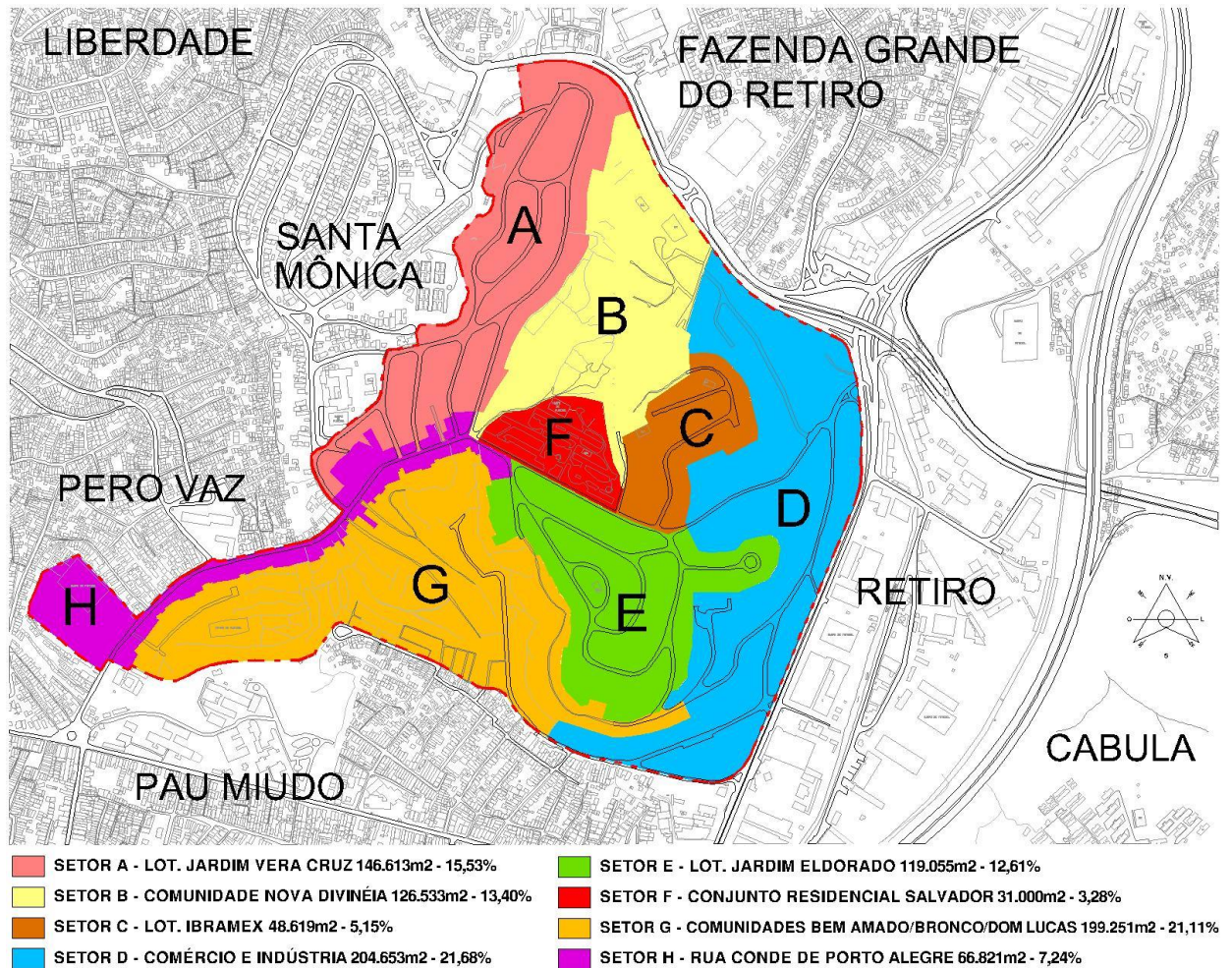
[...] a comunidade é um referencial insuficiente, do ponto de vista político, pois pode bem ser usado para encobrir ideologicamente diferenças e conflitos. É, todavia, um referencial necessário, pois o encontro e o diálogo são requisitos para a formação de um projeto comum, para a mobilização e, finalmente, para a humanização do espaço e da vida. O encontro precisa, naturalmente, ser preenchido pelas relações sociais e projetos que lhe definirão o perfil efetivo. E o encontro só é possível, em condições normais, quando o ritmo da vida e o modo de vivência do espaço – na rua, na praça, espontaneamente o permitem. (SOUZA, 1989, p.165)

As relações e o encontro dos cidadãos nas ruas, padarias, botequins e na própria praça pública são fenômenos básicos para que se mantenham vivos os conflitos e as discussões cotidianas sobre política, esporte e melhorias para o bairro.

Para a aplicação dos questionários e melhor identificação da percepção dos moradores, adotou-se como opção metodológica da subdivisão do bairro em oito setores de análise. As fronteiras destes setores foram delineadas pela tipologia urbanística de ocupação e por distinções físicas bem definidas como, por exemplo, o desenho do sistema viário, topografia, uso do solo, tipologia habitacional e gabarito. Cada setor foi identificado por uma letra de A à H (Figura 3).

Com a identificação dos setores descritos acima e com os dados censitários fornecidos pelo IBGE (2010), foi possível estimar a população residente, por setor de análise, uma vez que a unidade base de recorte do IBGE é o setor censitário. Para cada setor foram quantificadas as unidades residenciais por projeção descrita na base cartográfica. A partir da projeção de edificação e com os dados de gabarito e tipologia da edificação foi possível se obter uma estimativa de residências unifamiliares e multifamiliares distribuídas pelos pavimentos.

Figura 3 - Setores de análise do bairro IAPI



Fonte: CONDER, 1992. Adaptação Carvalho, 2018

Os cálculos foram iniciados pelos setores A, C, F e H nos quais a urbanização e a tipologia habitacional são mais visíveis, o que tornou a identificação e quantificação das unidades mais clara e precisa. Após os cálculos dos setores citados, o total da população destes setores foi subtraído da população total do bairro fornecido pelo IBGE (2010). O resultado foi dividido pelos dois últimos setores (B e G) compostos pelas ocupações de baixa renda que se constituem nas ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), conforme definido pelo PDDU (2016). Nestes setores a quantificação das unidades foi realizada por amostragem, haja vista a dificuldade de adentrar a área em decorrência da presença de facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas.

Com base na informação acerca do número de unidades habitacionais, foi realizado o cálculo da população residente, estimando-se uma média de dois moradores por unidade habitacional. O único setor que não apresentou população

significativa foi o setor D, localizado nas proximidades da Av. Barros Reis, composto quase que exclusivamente por edificações comerciais, serviços e galpões industriais.

Com base nesta metodologia de cálculo podemos resumir a distribuição da população nos setores e a densidade populacional no Quadro 1.

Quadro 1 – População por setor territorial

SETOR DE ANÁLISE	ÁREA m <sup>2</sup>	POPULAÇÃO	DENSIDADE Hab/ha
SETOR A - Jardim vera Cruz	146.613	2.348	160,15
SETOR B - Nova Divinéia	126.533	6.600	521,60
SETOR C - Ibramex	48.619	1.786	367,35
SETOR D - Galpões e Lojas	204.653	100	4,89
SETOR E - Jardim Eldorado	119.055	1.790	150,35
SETOR F - Conjunto R. Salvador	31.000	1.056	340,65
SETOR G - Bem Amado/Dom Lucas	199.251	10.000	501,88
SETOR H - Rua Conde de Porto Alegre	66.821	774	115,83

Fonte: Carvalho, 2018

No tocante ao total de questionários, inicialmente a pesquisa tinha como meta a aplicação de 10 questionários por setor, totalizando 70 questionários em um universo de 24.552 moradores (IBGE, 2010). Tratava-se de uma amostragem não proporcional, e sim qualitativa, de modo a obter opiniões dos moradores para cada setor de análise do bairro. Contudo, esta meta não foi alcançada devido à recusa de moradores que, por medo de uma possível exposição pública, recusaram-se em participar. É notório que essa resistência se deve ao problema da criminalidade gerada pela presença do tráfico de drogas na região. Dos 70 questionários previstos obteve-se apenas a consolidação de 42.

Quanto à seleção e amostragem dos entrevistados buscamos utilizar o conceito de redes sociais. De acordo com Gouveia (2010 apud SERPA, 2007):

Trabalha-se o conceito de redes como instrumental para seleção e amostragem dos entrevistados, geralmente partindo-se das redes formais/associativas (com maior visibilidade), como associações de moradores, clube das mães, templos religiosos, identificado seus porta-vozes e buscando-se caracterizar suas estratégias de ação e formas de organização, bem como a interação entre eles. O passo seguinte é a identificação das redes informais/submersas, como grupos de jovens, de terceira idade, redes de vizinhança e parentesco, “pinçando-se” também desse universo os porta-vozes dos diferentes grupos identificados. (SERPA, 2007, p. 13-14).

Sendo assim, objetivando o caráter qualitativo do recorte, além de consideradas as redes sociais, esta foi distribuída a partir dos critérios de idade, tempo de moradia, logradouro e setor de análise, de modo que o resultado das entrevistas representasse a heterogeneidade do bairro e as diferentes percepções dos fenômenos analisados.

## 2. Referencial teórico-conceitual

A fundamentação deste trabalho buscou nos conceitos de *espaço* - Correa (2000); Lefebvre (1976) e Santos (1977); *território* – Albagli (2004), Raffestin (1993), Santos (2002) e Souza (2000); *lugar* - Tuan (1980); Lynch (1960); Del Rio (1996) e Serpa (2007); *bairro* – Souza (1989), Serpa (2007) e Tuan (1980); *segregação socioespacial* - Carlos (2007), Lefebvre (1968), Santos (2013) e Fernandes; Regina (2005); *fragmentação urbana* – Caldeira (2000), Harvey (2012), Santos (2013) e Souza (2008) e *direito à cidade* – Harvey (2008) Lefebvre (1968) e Trindade (2012) o suporte teórico para a reflexão sobre a identidade dos moradores com o bairro IAPI (conforme delimitação oficial) e o sentimento de pertencimento, o qual aliado a fatos e processos históricos durante a formação do bairro contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e a construção da linha de pensamento deste trabalho.

### 2.1 Espaço e Território

#### Espaço

O conceito de espaço é amplo e possui interpretações à luz de diversas disciplinas. No âmbito da geografia, diferentes concepções de espaço estão associadas a diferentes correntes de pensamento em determinados períodos históricos. Segundo Correa (2000) pode-se identificar, no período de 1870 a 1950, o predomínio da “geografia tradicional” no qual a conceituação sobre espaço ficou em segundo plano, se comparado a outros conceitos como paisagem e região.

Contudo, ainda segundo o autor o conceito de espaço começa a emergir nas obras de Ratzel e de Hartshorne onde este defendia que o espaço era uma dimensão absoluta tendo apenas o papel de área que conteria outros fenômenos estudados pela geografia. Já Ratzel defendia que o domínio do espaço transformar-se-ia em elemento crucial na história do homem derivando posteriormente a construção do conceito de território.

No período entre 1950 a 1970, durante a corrente teórico-quantitativa da geografia, o conceito de espaço passa a ser inserido como conceito chave na geografia, já considerada nesta época como ciência social. O conceito de espaço passa a ser utilizado como representação matricial para o estudo e pesquisa de simulações e modelos de organização espacial da realidade analisando fenômenos sociais e naturais, dando suporte a economistas e urbanistas.

[...] Modelos, entre eles os matemáticos com sua correspondente quantificação, foram elaborados e, em muitos casos, análogos aos das ciências naturais. No plano prático as vinculações com o sistema de planejamento público e privado foram intensas. [...] O espaço aparece, pela primeira vez na história do pensamento geográfico, como conceito chave da disciplina. O conceito de paisagem é deixado de lado [...] Lugar e território não são conceitos significativos na geografia. (CORREA, 2000, p.20)

A partir da década de 1970 com o surgimento da chamada geografia crítica, baseada no materialismo histórico e na dialética, o conceito de espaço passa a ter outra natureza e significado na visão de autores como Lefebvre (1976) e de Milton Santos (1977) (CORREIA, 2000, p.23). Segundo o autor, o espaço passa a ser visto como um meio em que a vida da sociedade se manifesta, se reproduz e se retroalimenta. Com base nas formulações de LEFEBVRE (1976), o autor expõe a concepção do espaço na análise marxista:

O espaço entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, [...] nem como um produto da sociedade [...]. O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social). O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefebvre, o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o locus da reprodução das relações sociais de produção. (CORREA, 2000, p.25, g.n.).

Milton Santos (1977) apud Correa (2000) aborda a interdependência que existe entre as categorias do modo de produção, formação socioeconômica e espaço, resultando no conceito da formação sócio espacial. Segundo Santos (1977) não é possível conceber uma determinada formação sócio econômica sem se recorrer ao espaço.

“O mérito do conceito de formação sócio espacial, ou simplesmente formação espacial, reside do fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do

espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reunimos à posteriori, mas sim na formação sócio espacial. (CORREA, 2000, p. 27).

Entre as décadas de 1970 e 1980 o conceito de espaço passa também a ser entendido não mais como absoluto e objetivo e sim relativizado, vivido e sentido. Esta nova interpretação é pautada em uma nova visão da geografia: a geografia humanista e cultural inspirada na subjetividade, na intuição, no simbolismo e na experiência humana. Nesse contexto "a paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na geografia humanista uma de suas matrizes. O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire [...] o significado de espaço vivido" (CORRÊA, 2000, p.30).

## **Território**

O conceito de território, conforme Souza (2000), Albagli (2004), Raffestin (1993) está diretamente associado às relações de poder, que podem se estabelecer em um espaço físico ou não. Segundo SOUZA (2000), o território é "fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder". Esta relação de poder pode ser tanto duradoura, quanto temporária, uma vez que a formação de territórios não necessariamente depende de um espaço físico fixo e, tão pouco, de um longo processo histórico de ocupação e dominação. Nesse sentido, os territórios "são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) que podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido" (SOUZA, 2000, p.87).

Nesse sentido, o território pode ser representado em diferentes escalas, abrangendo, por exemplo, uma rua, um bairro, uma cidade, desde que esteja implícito as relações de poder entre estas escalas e um grupo social.

Os territórios podem ser temporários, cíclicos e também justapostos, pois a relação de domínio pode ser alternada, em alguns casos, conforme a hora do dia. Souza (2000) cita como exemplo "as ruas, travessas e quadras de circulação e

domínio de prostitutas e travestis dos quais disputam acirradamente, no período noturno, os melhores pontos de exposição de seus corpos”. Contudo, durante o dia estes locais voltam a pertencer à rotina dita “tradicional” da cidade. Outro exemplo são as áreas de domínio dos camelôs nas ruas ou travessas da cidade que lutam, durante o mesmo período do dia, para obter pontos de venda de suas mercadorias sobre o mercado formal.

Outro aspecto importante que deve ser destacado é que o território é um produto histórico que não pode ser reduzido à sua dimensão material ou concreta, sendo produto de atores sociais, estando diretamente relacionado à identidade, conforme pode ser constatado nas abordagens de Albagli (2004), Raffestin (1993) e Santos (2002):

É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Daí que o território seja objeto de análise sob diferentes perspectivas – geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica –, que o percebem, cada qual, segundo suas abordagens específicas. (ALBAGLI, 2014, p. 26).

Há, portanto, um "processo" do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. O território é também um produto "consumido" [...] (RAFFESTIN. 1993, p. 7/8). [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN. 1993, p. 143/4)

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. (Santos, 2002, p. 8).

Com o passar do tempo, a relação de domínio do grupo social com seu território gera involuntariamente dinâmicas de vivências e relações sociais com o

espaço a sua volta, culminando em sentimentos de pertencimento, construções mentais simbólicas e conflitos.

## 2.2. Lugar e Bairro

### Lugar

O conceito de lugar assume destaque a partir do surgimento da geografia humanista descrita acima, baseada nas formulações de autores como TUAN (1983) e LYNCH (2006), que passaram a adotar as “filosofias do significado como a fenomenologia e o existencialismo” para explicar as dimensões do mundo real. (CORRÊA, 2000, p.30).

Nesta matriz teórica “espaço” e “lugar” não são a mesma coisa. A partir do momento em que o espaço passa a ser vivido e sentido ao longo do tempo, gerando experiências particulares sob o ponto de vista do homem, este se torna “lugar” – sendo inviolável e carregado de simbologias e significados de valor inestimável para o homem. Nesse sentido, o lugar pode ser considerado como o espaço em uma escala particular e íntima do observador. É uma dimensão que dá sentido particular ao ser humano que se encontra submerso nele por um determinado tempo.

Para TUAN (1983, p.4) “espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. Vivemos no espaço. [...] O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria.” Neste aspecto, o conceito de lugar pode ter múltiplas escalas, porém necessariamente carregado de significado, simbolismo, apego e pertencimento entre o homem e uma determinada, região ou paisagem.

Na experiência, o significado do espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice e versa. Além disso, se pensarmos o espaço como algo que permite movimento, o lugar é pausa. (TUAN, 1980, p.6)

Tem-se nesta análise um importante componente subjetivo na relação homem-espaco ou comunidade-território que se expressa por um apego ao locus ou amor pelo local de moradia. Este dispositivo subjetivo gera para o homem, ou grupo social, sentimentos de pertencimento e identidade territorial por um determinado local. Tuan em seus livros *Topofilia* (1980) e *Espaco e Lugar* (1983) propõe uma “fenomenologia da imaginação”, a qual estuda as sensações de imagens que emergem na consciência humana. Sobre o conceito de Topofilia, Tuan afirma em sua obra que:

A palavra “Topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente de intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tática: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o locus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 1980, p.107)

O urbanista Kevin Lynch em sua obra *A Imagem da Cidade* (1960) inovou ao defender a importância da paisagem e da infraestrutura urbana (prédios, ruas, esquinas, parques, lagos, estabelecimentos) na construção de imagens subjetivas individuais e coletivas junto aos moradores e visitantes de uma cidade, dotados de simbologia e significado. Esta influência pode conduzir a reações sensoriais positivas como paz, orgulho, pertencimento, felicidade quanto negativa como irritabilidade, revolta, desapeço, fuga, etc. Segundo o autor:

Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo a sua volta. Isso é o extremo oposto do medo que decorre da desorientação; significa que o doce sentimento da terra natal é mais forte quando não apenas esta é familiar, mas característica. (LYNCH, 2006, p.5)

Segundo Lynch (2006) apud Gouveia (2010), a paisagem urbana é “ algo a ser visto e lembrado, um conjunto de elementos que se espera que deem prazer, associando o conceito de legibilidade à capacidade dos símbolos de atrair a

percepção dos indivíduos, sobretudo àqueles que habitam o lugar.” (GOUVEIA, 2010, p.20-21).

Nesse sentido, a paisagem urbana, independente das origens históricas, pré-julgamentos estéticos ou sociais, sempre produzirá aos cidadãos e turistas que a vivenciam reações subjetivas diversas. LYNCH (2006) explorou este campo inferindo que não apenas a paisagem natural, intocada, paradisíaca conduz a sentimentos de identidade, prazer e pertencimento a um local. Para o autor a paisagem urbana também é palco de percepções e de singularidades que gera estímulos individuais e coletivos carregados de lembranças e significados de cada cidadão.

A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. [...] Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados.(LYNCH, 2006, p.1)

Vicente Del Rio em sua obra *Percepção Ambiental: a experiência brasileira* (1996) registra que as obras de Kevin Lynch e Gordon Cullen foram as pioneiras em encorajar o desenvolvimento de metodologias projetuais com base nos estudos de percepção ambiental. Ambos admitiam que os atributos do meio ambiente – natural ou construído – influenciam o processo perceptivo da população, particularmente o visual, o que possibilita o reconhecimento de qualidades ambientais e a formação de imagens compartilhadas pela população. Enquanto os estudos influenciados por Lynch, por exemplo, procuram responder a ideais qualitativos, tais como legibilidade, orientabilidade e identidade, aqueles influenciados por Cullen buscam sensações visuais topológicas. (DEL RIO, 1996, p.XI)

Nesse contexto destaca-se ainda o geógrafo Ângelo Serpa a partir do estudo fenomenológico do espaço urbano, sobretudo na obra *Cidade Popular: trama de relações sócio espaciais* (2007) em que o autor aborda a geografia dos bairros populares e das áreas de urbanização popular, discutindo as diversas representações e dinâmicas inerentes a esses espaços a partir dos conceitos de redes sócio espaciais, de cultura, de lugar e de bairro.

## Bairro

O conceito de bairro pode ser abordado por diferentes linhas de pensamento. A geografia clássica pode defini-lo como “a relação do meio físico (sitio) com a evolução da ocupação humana” (SOUZA 1989, p. 165). Para a corrente sociológica, o bairro pode ser definido como um tipo de escala geográfica dotada de territorialidade que reflete a eterna relação entre o homem e o espaço. Já a sociologia marxista decorre a afirmação de que os bairros nada mais são do que um setor urbano desprovido de identidade do qual acompanha o ritmo e o tempo do modo de produção capitalista.

Para Reymond Ledrut (1971) o bairro em sua essência é oriundo dos antigos agrupamentos humanos da antiguidade e da Idade Média constituídos sobre uma base patriarcal e sobre bases profissionais respectivamente. Segundo Ledrut (1971) apud Souza (1989) :

O bairro clássico, com seu centro de bairro catalizador, com sua feira e seus botequins sociabilizadores, com os locais de brincadeira da criançada, com os contatos frequentes e não raro intenso entre vizinhos, era um lugar vivenciado em bloco. (SOUZA, 1989, p.156)

Segundo Tuan (1980) “a ideia de bairro do planejador dificilmente coincide com o morador” e nem sempre o bairro representa uma ideia preconcebida do bem estar e harmonia de uma comunidade e que esta ideia é relativizada em função do grau de conhecimento que o grupo social que vivencia o cotidiano do bairro tem além de seus limites na cidade. Ele afirma que:

Parece que a palavra “bairro” é uma construção da mente que não é essencial para a vida amistosa; o seu reconhecimento e aceitação dependem do conhecimento do mundo externo. O paradoxo pode ser expresso de outra maneira: os residentes de um verdadeiro bairro não reconhecem a extensão e singularidade de sua área a não ser que eles conheçam as áreas contíguas; mas quando mais eles conhecem e se relacionam com o mundo exterior menos se envolverão com a vida de seu próprio mundo, seu bairro e, portanto, será cada vez menos um bairro. (TUAN, 1980, p.243)

Souza (1989), a partir da análise crítica das diversas vertentes de pensamento teórico, redefine o bairro a partir de uma proposta dialética entre a subjetividade e objetividade e realça a dimensão territorial e política do bairro como

espaço fértil e acolhedor do ativismo social local, em estreita proximidade com as bases de investigação do presente estudo. Para Souza o bairro é:

[...] um referencial direto e decisivo, pois: define territorialmente a base territorial de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e politicamente o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de uso coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deteriorização da qualidade de vida urbana. (SOUZA, 1989, p.140)

O bairro, qualquer bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, e estas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-se uma à outra ao longo do processo histórico...o bairro pertence aquela categoria de “pedaços da realidade social” que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo o coletivo. (SOUZA 1989, p,149).

Inspirado pelas ideias de Lynch (1960) e Tuan (1980), SOUZA afirma que para sustentar o sentimento de pertencimento dos moradores com o local de moradia é fundamental que exista a empatia dos moradores com o local, e que só a partir daí a identidade territorial se revela e se solidifica. Deste ponto teremos um bairro. A empatia pode ser interpretada em diversos níveis, pois dependerá muito da classe social, da faixa etária, de valores pessoais e da ocupação do morador. Como afirma Souza:

Para uns, o bairro representa a casa e a rua onde se nasceu e brincou, os amigos e vizinhos, as árvores amigas, as paisagens familiares; para outros, ele apenas significa um Espaço valorizado, um locus específico onde possuem imóveis que propiciam rendas. (SOUZA 1989, p,151).

Para SERPA (2007, p.26) ao interpretar SOUZA (1989) infere que os bairros são considerados “lugares” quando internalizados mentalmente pelos indivíduos de uma coletividade, que os tem como espaços vividos e sentidos. Por conta disso não temos condições de definir por completo os reais limites de um bairro tendo em vista sua característica de representatividade subjetiva na mente de seus moradores.

Mas o bairro não é um recorte estático, congelado para sempre no tempo e no espaço da cidade. Ele é estável e mutante, reflexo e condição da trama de relações sociais que ali se especializa. Também não está isolado dos outros bairros, articulando-se em rede com outras áreas da cidade. (SERPA 2007, p.40)

Ainda no que se refere à discussão conceitual sobre bairros vale registrar o conceito adotado pela administração municipal de Salvador, constante da Lei nº 9.278/2017. Nesta, no art. 2º define-se bairro como “a unidade territorial com densidade histórica e relativa autonomia no contexto da cidade, que incorpora noções de identidade e pertencimento dos residentes e usuários, os quais utilizam os mesmos equipamentos e serviços comunitários, mantêm relações de vizinhança e reconhecem seus limites pelo mesmo nome”

Além desta definição foi contemplado, pela referida lei, outro critério de delimitação física de bairro a partir do caminho das águas pluviais conduzidas pelas doze bacias hidrográficas que compõem a topografia de Salvador. A obra “*O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes (2010)*” contribuiu, dentre outras linhas de pesquisas multidisciplinares, na base teórica desta lei municipal:

É preciso ressaltar que a relação entre bacia e bairro, aqui estabelecida, tem o claro objetivo de estimular a reconstrução dos laços de pertencimento entre o cidadão, o território e suas águas – noção que se encontra materializada em relação ao bairro, mas que se perdeu em relação às águas. Foram três os critérios de inserção de um bairro em uma determinada bacia: a. que as águas do território circunscrito no bairro confluam para a bacia hidrográfica ou de drenagem; b. que mais da metade do território do bairro esteja contido na bacia; c. que a nascente do corpo d’água de uma determinada bacia esteja no bairro. (SANTOS et al, 2010, p.15)

Veiga et. al (2012) questiona a metodologia empregada na delimitação dos bairros de Salvador por não haver indícios suficientes de correlação entre bacia e bairro reconhecendo, porém, a iniciativa do despertar a consciência ambiental dos moradores das respectivas áreas para com o curso e destino das águas pluviais. Segundo o autor, uma bacia hidrográfica, por exemplo, pode conter ao mesmo tempo mais de um bairro ou espaços territorializados demonstrando a complexidade das relações socioculturais, de pertencimento e da escala de identidade territorial de um determinado grupo de moradores.

É preciso registrar que não existe uma correspondência territorial direta entre bairro e bacia (muitos são os bairros que estão contidos parcialmente em uma bacia hidrográfica ou de drenagem). (VEIGA et al, 2012, p.134)

Outro questionamento dos autores refere-se ao baixo alcance participativo da população para as análises e estudos que serviram como base para a delimitação dos limites territoriais dos bairros. Considerando a população de Salvador de 2.675.656,00 pessoas segundo o IBGE (2010) o livro registra a realização de 76 reuniões com a comunidade e aplicação de 21.175 questionários “de modo a expressar com fidelidade o sentimento de pertencimento e de identidade do morador de Salvador. (SANTOS et al, 2010, p.14). Veiga et. al. (2012) questiona o fato do:

[...] trabalho de delimitação ter sido feito “dentro dos escritórios” com muito pouca ou nenhuma interação com os moradores diretamente envolvidos. Os limites instituídos foram “gestados” única e exclusivamente pelo poder público municipal, sem interface com a população, segundo informações constantes nos relatórios e documentos constantes nos portais das prefeituras. Um trabalho com tais características requer demanda da participação direta da população diretamente envolvida, para que não acabe se configurando como apenas peça decorativa a compor uma cartografia temática, ou seja, um mero componente burocrático no âmbito das prefeituras, sem respaldo da população (VEIGA et al, 2012, p.134).

SOUZA (2000) apud SERPA (2007) questiona a legitimidade e adequação dos critérios de definição dos recortes territoriais que fundamentam o processo de participação popular formulando algumas questões como:

Os recortes territoriais consideram as tradições de organização da população ou são, pelo contrário, em maior ou menor grau, uma imposição “de cima para baixo” de uma malha territorial? Em que medida sentimentos “legítimos” de lugar estão contemplados (ou não) nos recortes territoriais adotados? Quão forte é a identificação da população com cada recorte territorial de referência? Como essa identificação maior ou menor pode condicionar a dinâmica participativa (menor poder catalítico da dimensão espacial...)? De que modo recortes territoriais diferentes condicionam diferentemente o processo? (SOUZA, 2000, p.7, apud SERPA, 2007, p. 39)

Com base na análise dos diversos conceitos apresentados acima, adotaremos uma definição de bairro quanto este contemplar, no mínimo, as seguintes características:

- 1 - Dimensão territorial e política que solidifique um ativismo da comunidade em prol de melhorias do bem comum e sua representatividade perante a cidade;

2 – Uma realidade social comum dotada de identidade e pertencimento construída ao longo de um processo histórico de ocupação e vivências coletivas;

3 – Áreas sociais comuns com características centralizadoras que protagonizem a convergência de seus moradores sobre diversos usos tais como: lazer, comércio, esportes, contemplação, encontros, turismo, etc

Entendemos que sem essas características mínimas uma identidade territorial em uma escala dimensional de bairro não pode ser sustentada tendo em vista da importância das três características sobre sua representatividade cultural e política perante a cidade. Neste sentido, portanto, com a análise dos dados realizados e com a conceituação teórica adotada identificaremos se a poligonal de estudo a qual chamamos de bairro do IAPI pode ser definida como um bairro ou se esta área é o resultado de uma convergência de fatos sociais e fenômenos urbanos que o distanciam de ser uma unidade representativa perante a cidade.

### **2.3 Segregação socioespacial, fragmentação urbana e direito à cidade**

#### **Segregação socioespacial**

A segregação socioespacial está diretamente relacionada aos conceitos de cidade e urbano. O conceito de cidade pode ser definido em suas características históricas mais comuns que é evidente nos mais variados lugares e culturas. Segundo Souza (2003) para ser considerada cidade esta deve, necessariamente, possuir características de centralização de mercados e população, espaço de produção não agrícola e ponto central de gestão de um território.

Com base na geografia crítica de vertente marxista, tem-se a matriz teórica da produção social do espaço. Para Lefebvre (1999b) e CARLOS (2007) apud Santos (2013, p.20).

[...] a cidade é uma força produtiva por permitir a reunião dos trabalhadores e das obras, dos conhecimentos e das técnicas, dos meios de produção, intervindo ativamente no crescimento e no desenvolvimento. A cidade se torna, no curso da história, o lugar privilegiado onde se elaboram as relações de produção, onde se manifestam os conflitos entre as relações de produção e as forças produtivas. (LEFEBVRE, 1999b, p. 91-92).

[...] [Adota-se a concepção de] cidade como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana. (CARLOS, 2007, p. 20).

O conceito de urbano surge e se manifesta nas ações e relações subjetivas da população de se “consumir” a cidade. Segundo Lefebvre (2008) apud Santos (2013) o urbano deve ser visto não apenas como centro de produção e acumulação industrial, mas também como elemento de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo.

Segundo Santos (2013) a segregação socioespacial é o reflexo da apropriação privada da terra, por parte da classe dominante e com a anuência do poder público, no controle e na produção do espaço urbano onde a manipulação do zoneamento residencial é o ponto de partida para a distribuição dos demais usos (comercial, industrial, turismo, etc.). De acordo com Villaça (2001) apud Santos (2013, p. 51), a segregação socioespacial, “conforma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e por meio da qual essa classe exerce sua dominação, visando à apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço urbano”.

A segregação socioespacial, ao longo da história das cidades brasileiras e latino americanas, mostrou diferentes contornos e desenhos, variando conforme o desenvolvimento de novas tecnologias de mobilidade urbana e a escassez gradativa de terras edificáveis. Esta dinâmica moldou os principais vetores de crescimento das cidades brasileiras e a formatação de bairros.

Santos (2013, p.57) interpreta Yujnovsky (1991) citado por Correa (1991) afirmando que a cidade latino-americana teve três períodos com diferentes padrões de segregação. O primeiro ocorreu entre o século XVI e 1850, aproximadamente, caracterizando-se pela centralidade da moradia das classes altas no período colonial. O segundo foi de 1850 a 1930, quando há importantes mudanças nos sistemas de transportes, com o aparecimento de bondes e trens, que permitiu às classes altas afastarem-se do centro. O terceiro período inicia-se aproximadamente em 1930, quando o processo de urbanização se acelera em função dos fortes fluxos migratórios campo-cidade. Nesse período, as classes altas buscam áreas com amenidades, em espaços com boa acessibilidade ao centro, enquanto os trabalhadores expropriados do campo constituem vastos loteamentos populares ou favelas como forma de acesso à terra e à moradia. O trinômio loteamento popular/casa própria/autoconstrução caracterizou a formação de extensas periferias no processo de formação das metrópoles brasileiras e latino-americanas.

A partir das décadas de 1990 e 2000, com a redução da escala geográfica de segregação devido ao aumento da escassez de terras edificáveis e dos custos de deslocamento um novo padrão de segregação começou a surgir nas cidades: a fragmentação, marcada pela proximidade física e distanciamento social. Um dos principais elementos desse novo padrão de segregação são os condomínios fechados, áreas residenciais auto segregadas, separadas do entorno através de muros e aparatos de segurança. “O modelo fractal relaciona-se à auto segregação das camadas de alta renda, que substitui as distâncias físicas do modelo centro-periferia pelos aparatos de segurança que garantem o distanciamento sociocultural” (SANTOS, 2013, p.59).

Para a dinâmica da vida social de um bairro os efeitos da segregação socioespacial distanciam e enfraquecem a organização popular tanto de moradores de tipologias habitacionais iguais quanto diferentes quando o assunto recai na luta por melhores condições de prestação de serviços públicos e de habitabilidade na sua urbe de morada. Os constantes conflitos e frustrações entre vizinhos e grupos, muitas vezes originados pelo pré-conceito sócio racial, diminuem a empatia e a relação de pertencimento dos moradores com o bairro.

No caso de Salvador, o fenômeno da segregação urbana, associado à periferação, pode ser bem caracterizado na área do Miolo da cidade, cuja expansão a partir da década de 1950 foi definida como “periferação sócio-espacial”, constituindo-se numa forma “de segregação imposta aos que não possuem condições para adquirir moradias em áreas bem servidas pelos bens e serviços urbanos”. (FERNANDES; REGINA, 2005).

### **Fragmentação Urbana**

A fragmentação urbana pode ser considerada um novo padrão de segregação socioespacial que teve seu início a partir da década de 1990. Para SANTOS (2013, p.59) há uma mudança no padrão de segregação da escala metropolitana para a microescala (intra-urbana), embora a segregação em grande escala (metropolitana) não deixe de existir. Em outras palavras, no tecido urbano fragmentado predomina a existência de ilhas ou “feudos” urbanizados gerando uma descontinuidade, com características paradoxais de aproximação física de com outras partes da cidade, mas com grande distanciamento social.

Segundo Caldeira (2000) apud Santos (2013) “o período após 1980 caracteriza-se pela maior proximidade espacial entre as classes sociais, com a maior dispersão da classe alta pela periferia e da difusão da classe pobre pelas áreas mais nobres da cidade, principalmente com a criação de favelas. É neste contexto que se acentua a auto segregação da classe de renda mais alta nos “enclaves fortificados”, delineando um padrão fractal de segregação.”

Contudo, a fragmentação não é um fenômeno exclusivo dos “enclaves fortificados” da elite (Caldeira, 2000). É um fenômeno também constatado nas favelas e assentamentos populares que se fecharam, em muitos casos, em decorrência da coação e uso da força por grupos e facções criminosas na disputa de territórios para a venda de entorpecentes e serviços piratas contrabandeados.

Souza (2000, p.217-18) apud Santos (2013, p.62) aborda a fragmentação sociopolítico e espacial com base na dimensão do poder que reflete o surgimento de atores ou forças paralelas que tomam conta dos territórios abandonados pela mão estatal. Como exemplo as favelas e condomínios populares controlados por milícias

e traficantes que impõem regras de convivência a moradores, comerciantes e prestadores de serviço. A outra face dessa dimensão é a territorialização dos ricos em áreas dispersas com regras rígidas de convivência em condomínios horizontais e verticais, loteamentos fechados, clubes e shopping centers privados tendo esses empreendimentos sido legitimados pelo Estado. HARVEY (2012) contribui afirmando:

Vivemos progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito. [...] Os resultados são indelevelmente cáusticos sobre as formas espaciais de nossas cidades, que consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância. No desenvolvimento mundial, a cidade está se dividindo em diferentes partes separadas, com aparente formação de muitos "microestados". (HARVEY, 2012, p.81).

Para Souza (2008) a fragmentação está relacionada a fragmentos que não mais possuem relação entre si:

[...] fragmentos são partes, frações de um todo que ou não se conectam mais, ou quase não se conectam mais umas com as outras; podem ainda 'tocar-se', mas não muito mais que isso. Claro está, ou deveria estar que se trata de muito mais que de um processo de 'diferenciação'. Menos óbvio é que se trata de algo que vai além, até mesmo, de um processo de 'segregação'. (SOUZA, 2008, p. 56).

Ana Fernandes (2013) aborda a fragmentação urbana com o conceito de urbanismo corporativo dos quais pedaços da cidade são embalados e vendidos como bairros/cidades/franquia ou bairros/cidades/marca onde a simbologia dos muros, das fortificações e fronteiras são sinônimos anunciados dos desejos de exclusividade, proteção ou refugio a um oásis dentro da cidade. Para ela o urbanismo corporativo é:

Do ponto de vista da produção dos espaços, a segregação social e espacial é uma de suas marcas. É um urbanismo contra a cidade. Enquanto condomínios fechados, o desenho é em geral pensado para negar o entorno e o contexto, com pouquíssimas relações com as áreas ou bairros circunvizinhos, inclusive do ponto de vista da articulação da malha urbana. Essa característica é ainda mais reforçada pelo fato de que, para baratear os custos de segurança, opta-se, salvo raras exceções, por uma única entrada, uma única guarita, o que impede qualquer porosidade possível, gerando um afunilamento do espaço e a construção de perímetros amuralhados ao redor dos cada vez maiores empreendimentos. (FERNANDES, 2013, p.102)

Com base neste conceito, cabe uma investigação se o IAPI possui ou não traços de fragmentação urbana, em decorrência dos efeitos da segregação socioespacial no local, tendo em vista o aspecto visual marcante de uma comunidade “aquartelada”, emparedada e dividida em setores residenciais isolados.

## **O direito à cidade**

A cidade sempre foi palco de convergência e troca de informações das diversas áreas do conhecimento entre os cidadãos, mercadores e usuários que usufruem da cidade como ponto de partida, proteção, moradia. As atividades políticas, comerciais, de lazer e do próprio ócio foram sentidas e vividas na cidade onde a essência da vida urbana (diferente da vida rural) passou a existir conforme os estudos de LEFEBVRE (1968). Segundo ele a localização das classes menos favorecidas nas periferias e em favelas, associado à rotina do trabalho assalariado, ao subemprego e ao aumento da violência contribuiu para o afastamento do cidadão das atividades de encontro, das conversas e controversas, do agrupamento em pontos públicos, de atividades lúdicas que servem de palco para o lazer, celebrações, aspirações e lutas políticas.

Com o tempo as cidades possibilitaram o desenvolvimento dos mercados e de novas tecnologias produtivas que impulsionaram a produção capitalista. Com a maturação de novas tecnologias de produção, através da revolução industrial, a cidade foi o lócus da acumulação capitalista e, com a implantação compulsória deste novo processo de produção, tem-se a ruptura do tradicional estilo de vida rural para uma nova rotina repetitiva inserida em núcleos urbanos segregados e densificados. Essa relação histórica entre o processo de urbanização e desenvolvimento do capitalismo é interpretado por Harvey:

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o

desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. (HARVEY 2008, p.74)

Henri Lefebvre em sua obra “O direito à cidade” contribuiu significativamente na reflexão das origens antropológicas e sociológicas acerca da retomada da vida urbana social pelo cidadão, ratificando este resgate em um direito fundamental do ser humano que vive em sociedade. Na opinião de Lefebvre o direito ao descanso, ao lazer, à natureza, ao campo, à moradia, etc. encerram-se em essência ao direito à cidade. Como afirma o autor:

O direito a cidade se afirma como um apelo, como uma exigência. Através de surpreendentes desvios – a nostalgia, o turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existente ou recentemente elaboradas – esse direito caminha lentamente. A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito a cidade. (LEFEBVRE, 2008, p. 117).

O direito a cidade introduzido por Lefebvre era, naquele momento, um dos principais pontos de partida para uma discussão mais ampla pela sociedade e não uma tese fechada a ser aplicada na prática. Na análise do discurso inicial de LEVEBVRE (1968), TRINDADE (2012, p. 140) complementa que:

“o direito à cidade é uma utopia, uma plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares contra a lógica capitalista de produção da cidade, que mercantiliza o espaço urbano e o transforma em uma engrenagem a serviço do capital.”

Segundo SOUZA (2010) apud TRINDADE (2012, p.140)

“para Lefebvre, o direito à cidade não se refere ao direito a uma vida melhor e mais digna na cidade capitalista, mas sim a uma vida muito diferente, em uma sociedade, por sua vez, muito diferente, onde a lógica de produção do espaço urbano esteja subordinada ao valor de uso e não ao valor de troca.”

Esta reflexão infere que o direito a cidade não vai de encontro à mudança do *status quo* do sistema capitalista de produção, contudo questiona a desigual distribuição do espaço urbano através da prevalência absoluta do direito da propriedade privada sobre o interesse público, com a anuência do poder público. Isto exige das instituições, principalmente na esfera municipal, um posicionamento de

isonomia e ações mais positivas e protetivas dos direitos sociais, utilizando-se de instrumentos jurídicos mais eficientes e democráticos.

[...] é impossível garantir o direito à cidade para as camadas mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico sem a adoção, por parte do Estado, de uma política urbana rigorosamente pautada pela defesa dos interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais de propriedade. Do ponto de vista jurídico, isso requer a incorporação do princípio da função social da propriedade, justamente com o intuito de regular o uso da propriedade e do solo urbano, coibindo assim a prática da especulação imobiliária. (TRINDADE, 2012, p.149)

HARVEY (2008) é mais incisivo nesta articulação entre o ideal político de Lefebvre e a necessidade de ações mais práticas na luta por uma cidade mais democrática.

Um passo na direção de unificar essas lutas é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente. A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais. (HARVEY, 2008, p.88)

O direito à cidade faz parte do ramo do direito que trabalha na derivação de certos direitos e garantias fundamentais no âmbito do lócus urbano apoiado nos princípios do direito do exercício a cidadania, da gestão democrática das cidades e da função social da cidade e da propriedade urbana. O sistema jurídico brasileiro com o advento da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 182 e 183, materializou um importante passo para a política urbana na sociedade brasileira. Com a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001, estes artigos foram regulamentados inserindo, além de outras medidas, como a participação da população na gestão urbana, mecanismos jurídicos de regulação do direito de uso da propriedade privada em prol do interesse coletivo e ambiental.

De acordo com Santos Junior e Müller (2000), o direito à cidade surge como resposta às desigualdades sociais produzidas no âmbito urbano, que se manifesta na dualidade: cidade dos ricos e cidade dos pobres; cidade legal e cidade ilegal; exclusão da maior parte dos habitantes de uma cidade, que é determinada pela

lógica da segregação socioespacial e concebida como mercadoria; mercantilização do solo urbano e valorização imobiliária; apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, transportes públicos, equipamentos urbanos e serviços públicos em geral.

O direito à cidade retrata a defesa da construção de uma ética urbana fundamentada na justiça social e na cidadania, afirmando a prevalência dos direitos urbanos e precisando os preceitos, instrumentos e procedimentos com o fim de viabilizar as transformações necessárias para que a cidade exerça a sua função social.

Assim, a cidade não é apenas aquela que oprime e exclui. O Direito à Cidade deve conduzir as políticas urbanas em direção à construção de uma cidade inclusiva, compartilhada, digna, equitativa, justa, pacífica, solidária e cidadã. (SANTOS JUNIOR, MÜLLER, 2000, p.13)

À luz, portanto, dessas matrizes teóricas esboçadas, a reflexão ao longo do trabalho se desenvolverá a partir dos rebatimentos do processo de segregação socioespacial, e de fragmentação urbana na relação de pertencimento dos moradores com o bairro IAPI. Nesta linha de raciocínio, caberá também questionar se o IAPI constitui-se em um bairro propriamente dito, enquanto espaço vivido e sentido em sua totalidade, ou se este sentimento está fragmentado entre os setores de análise que integram os limites oficiais do bairro, com rebatimentos significativos no “direito à cidade”.

Outra reflexão, não menos importante, são os efeitos sociais da ausência de espaços públicos de lazer e de convergência social no IAPI. Esta supressão pode ter contribuído, ao longo dos anos, na perda do contato visual, rotineiro ou casual dos moradores com a paisagem urbana reduzindo, enfim, a probabilidade de construção de simbolismos históricos, marcos visuais e o próprio sentido de lugar que fora confinado aos limites dos muros e paredes das residências de seus moradores.

### 3. O BAIRRO IAPI NO CONTEXTO DA EXPANSÃO URBANA SOTEROPOLITANA

#### 3.1. Salvador/BA: da cidade colonial à cidade de fragmentos

A evolução do território urbano que hoje denominamos bairro IAPI provém de uma convergência de fatores políticos sociais e econômicos que ocorrera no Brasil, na Bahia e na capital baiana a partir da década de 1950. O país, neste período, estava em processo de transição para um novo modo de produção baseado na indústria, em detrimento da valorização da mão de obra no campo gerando, por conseguinte, uma demanda súbita por habitações proletárias nos principais centros urbanos da região Sudeste e em menor escala no Nordeste.

A capital baiana passou por um período de intensas transformações urbanísticas inicializadas por J.J Seabra entre os anos 1910 e 1920, motivados por um novo pensamento de modernidade e progresso do qual é se tenta romper os velhos laços de herança da cidade colonial de economia agrária e escravocrata pelo nascimento de uma cidade industrializada e organizada espacialmente pela divisão em classes sociais. Conforme exposto por Gordilho-Souza (2000):

No Brasil Pós-Monarquia, a crise da habitação esteve vinculada basicamente ao surto manufatureiro-industrial, surgido ainda no final do século XIX, despontando com mais vigor na Região Sudeste. Nesse momento, de declínio da produção agroexportadora de açúcar, café e algodão, intensifica-se a demanda de moradia nas áreas urbanas, em decorrência da abolição da escravatura e dos fluxos migratórios de trabalhadores, expulsos do campo ou pela decadência da economia rural ou pela modernização tecnológica da produção agrícola. (GORDILHO-SOUZA, 2000, p.37).

Neste ritmo de crescimento a cidade de Salvador sofreu mudanças nas esferas comercial, legislativa em virtude da cidade ainda manter um sistema fundiário arcaico que “impedia” o avanço de um novo formato de comercialização de terras que estava surgindo, a reboque do surto da industrialização na época. Conforme afirma Ângela Gordilho Souza sobre o século XX:

Assim, até as primeiras décadas deste século, predominavam, nas áreas urbanas, os antigos instrumentos para posse e uso da terra, baseados em concessões e arrendamentos, sendo grande parte dessas terras pertencentes ao Poder Público (Teixeira, 1978). Esses

instrumentos foram paulatinamente substituídos pelo novo sistema de compra e venda de glebas e terrenos, dando origem aos futuros parcelamentos de chácaras e loteamentos nos arrabaldes da área urbana. (GORDILHO-SOUZA, 2000, p.41)

Ainda segundo a autora, entre as décadas de 1920 a 1950 o controle municipal sobre o uso e ocupação do solo começou a dar os primeiros passos com a implantação do Código de Posturas de 1920 e 1926, o qual incide drasticamente no processo de zoneamento, com regras de construção e sistema de compra e venda de terras da capital baiana.

Entre as décadas de 1900 a 1940, no entanto, a cidade pouco cresceu em seu tecido urbano. Um período de forte recessão econômica do Estado entre os anos 1920 e 1940, batizado por Pinto de Aguiar (1958) como “Enigma Baiano” travou o crescimento da região e da capital incorrendo nestas intervenções significativas apenas na orla e nas adjacências do perímetro da cidade antiga. O “enigma” é esclarecido por Almeida (2008):

Sem mercados no campo, em virtude da lenta implantação de relações capitalistas de produção e da extrema concentração da propriedade fundiária e da renda gerada por uma produção agropecuária estagnada tecnologicamente, a incipiente indústria baiana permaneceu, durante a primeira metade do século XX, sem poder contar, também, com a expansão dos mercados urbanos regionais. Os poucos centros urbanos existentes na Bahia, até a primeira metade do século XX, encontravam, a exemplo de Salvador, nas atividades de comércio e administração pública, seus principais suportes econômicos. Boa parte da população economicamente ativa era formada por descendentes analfabetos de escravos. A maior parcela das ocupações era encontrada na prestação de serviços pessoais, no artesanato, na burocracia estatal, na construção civil e no pequeno comércio varejista. O movimento comercial era limitado, basicamente, ao fluxo de mercadorias entre Salvador e as cidades menores, por via marítima, concentrando-se no interior do Recôncavo. (ALMEIDA, 2008, p.17-18)

O reflexo deste período econômico na ocupação urbana de Salvador é identificado por Gordilho-Souza (2000):

Neste intervalo temporal, os avanços mais significativos na expansão urbana foram a ampliação da ocupação na Orla Oceânica, entre a Barra e o Rio Vermelho, impulsionada pela abertura da Avenida Oceânica e a expansão ao norte da cidade antiga, com o crescimento dos bairros pobres, nas proximidades da Liberdade e Quintas. (GORDILHO-SOUZA, 2000, p.103)

De acordo com Almeida (2008) as bases para a construção de uma infraestrutura que permitisse um desenvolvimento econômico mais autossuficiente teve início entre as décadas de 1940 e 1950 quando o poder público promoveu uma série de iniciativas como a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso (1949-1954), a extração e refino do petróleo no recôncavo pela Refinaria Landulpho Alves (RLAM), a construção da ligação viária Rio-Bahia (BR-116), a criação do Banco do Nordeste do Brasil e da Superintendência do Nordeste.

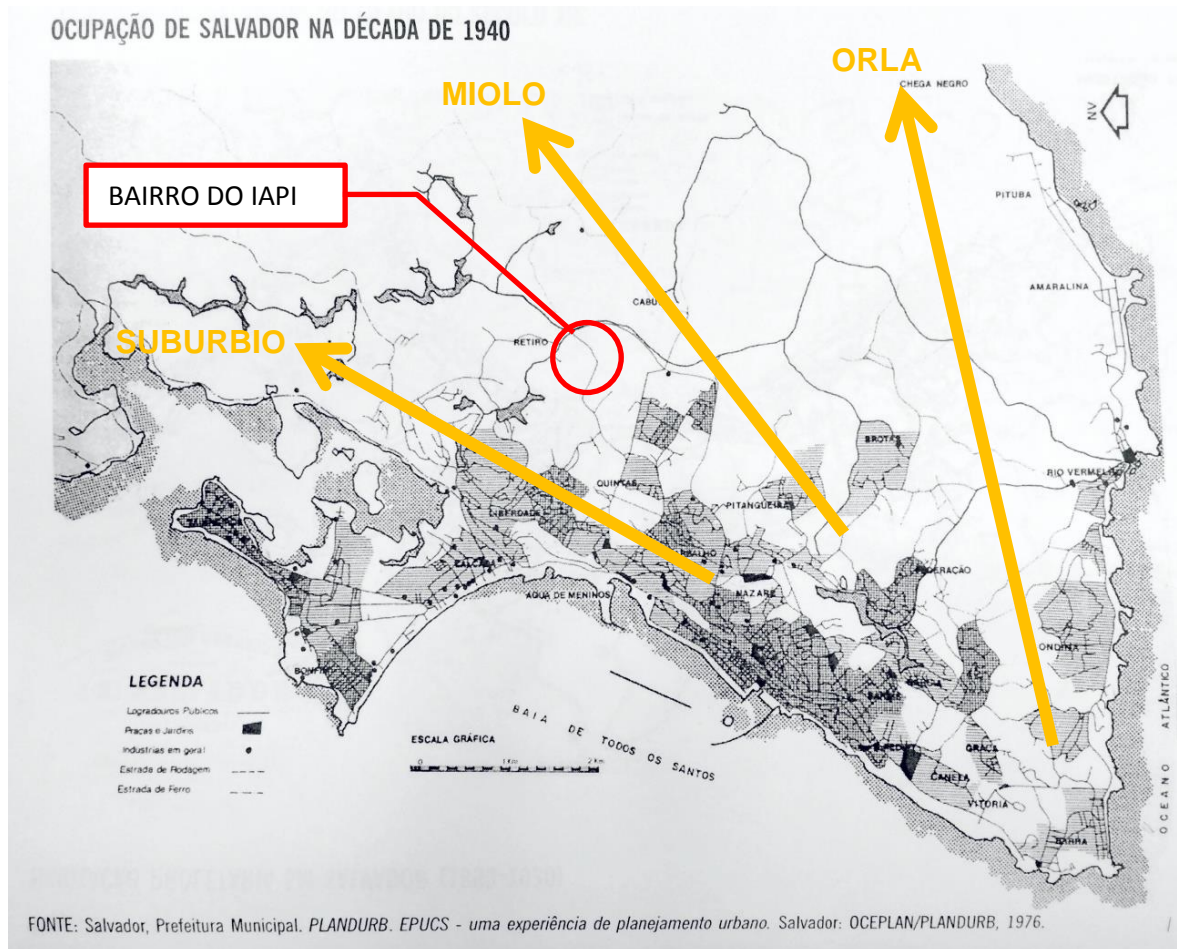
Este período, somado à herança da recessão econômica agrícola, proporcionou um incremento da migração da população do campo para a capital e aliado a um mercado imobiliário emergente gerou um impulso demográfico que, como dito anteriormente, “fez com que a população soteropolitana, entre 1940 e 1950, passasse de 290.443 para 417.235 habitantes, ou seja, com crescimento de 44% em apenas 10 anos, enquanto que, nos vinte anos anteriores, 1920/40, o acréscimo havia sido apenas de 2% (IBGE-Censos)” (GORDILHO-SOUZA, 2000, p.112).

Na década de 1960, com a implantação das avenidas de vale já idealizadas pelo EPUCS e com a abertura de linhas de financiamento através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) pelo governo federal em 1964, para atender a constante demanda de habitações proletárias, ocorrera um aumento significativo do valor de terrenos lindeiros para as novas avenidas e nas cumeadas.

Nos anos sessenta, a expansão do sistema viário da cidade - definido, nos anos 40, pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), plano coordenado por Mario Leal Ferreira (PMS, 1976) - incorporou espaços novos ao tecido urbano, inverteu a lógica de circulação pelas cumeadas para a circulação pelos vales, aumentou o valor da terra urbana e tornou acessível ao mercado terras que não estavam disponíveis e abrigavam muitas das habitações precárias da cidade, que ocupavam fundos de vale e encostas. Embora a primeira avenida projetada pelo EPUCS tenha sido construída em 1949, somente na década de 70 a implantação é completa como um sistema articulado (VASCONCELOS, 2002).

Este crescimento foi acompanhado, também, pela presença marcante da segregação e hierarquização de áreas urbanas seguindo os ditames dos vetores de crescimento da cidade motivados pelo mercado imobiliário, tendo em vista que, até a década de 1950, Salvador concentrava-se apenas no lado leste da península, no sentido da Bahia de Todos os Santos. (Figura 4)

Figura 4 – Vetores de expansão da cidade a partir de 1940



Fonte: Gordilho-Souza, 2000. Adaptação Carvalho (2018).

De acordo com Carvalho e Pereira (2008), a expansão da metrópole, a partir daí, resulta na configuração de um espaço urbano desigual e segregado, e passa a se dar a partir de três vetores de expansão diferenciados – orla atlântica, miolo e subúrbio ferroviário, que partem do centro tradicional da cidade, nos anos 1970 já bastante esvaziado de suas funções.

O vetor “orla” segue em direção ao norte, no litoral atlântico, tendo recebido os principais investimentos em áreas públicas como infraestrutura, comércio e serviços. Trata-se, pois de área privilegiada quanto a moradia, serviços e lazer, com a concentração de riqueza, investimentos públicos, equipamentos metropolitanos, parques, hotéis, centros de consumo, oportunidades de trabalho.

O vetor “miolo” corresponde ao centro geográfico do município, e começou a ser mais densamente ocupado nos anos 1970, a partir da implantação de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação para setores de

rendimento médio. As áreas dos conjuntos que não foram edificadas deram lugar às invasões, e a expansão dessa área continuou por loteamentos populares. Fernandes e Regina (2005, p.39) destacam o processo de segregação espacial da classe trabalhadora residente no Miolo: “a forma de crescimento segregado se concretiza em várias áreas da cidade, mas no chamado Miolo, se manifesta de forma contundente, tanto por causa da área ocupada [...] como pela população ali residente [...].”

O vetor do subúrbio era composto pelo entorno da península Itapagipana, Calçada, Liberdade e Lobato onde desde o início do século XX já se concentravam as camadas mais pobres de Salvador oriundas do campo e de uma parcela do proletariado que se alojou em pequenas vilas operárias em torno das fábricas e da zona portuária situadas neste vetor. O segundo e o terceiros vetores receberam investimentos moderados em sua infraestrutura, sendo carentes de serviços públicos, áreas de lazer e praças públicas. (Carvalho e Pereira, 2008).

A década de 1970 foi marcada pela criação das Regiões Metropolitanas (RM) em algumas capitais do Brasil, como Fortaleza, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém, em 1973, e Rio de Janeiro em 1974 sobre uma conjuntura nacional marcada pela centralização política da ditadura militar. “A criação das Regiões Metropolitanas foi uma iniciativa federal de consolidação de um eixo da geopolítica de integração e modernização do território nacional, com base na industrialização”. (SANTOS, 2013, p.51).

Com a oficialização da Região Metropolitana de Salvador um novo eixo de convergência de investimentos surge: a implantação do Complexo Industrial de Aratu (CIA) (1968) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) (1972-1978). No fluxo desta implantação toda uma cadeia de investimentos em infraestrutura viária, edifícios públicos e de comércio e serviço são criados ramificando, ainda mais, a malha urbana para toda a RMS. Importantes vias foram criadas como a Avenida Luis Viana Filho (Paralela) (1974) e as avenidas de vale como o a Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô), Avenida Lafayette Coutinho (Contorno) (1962), Avenida Afrânio Peixoto (Suburbana) (1971), Avenida Reitor Miguel Calmon (Vale do Canela), Avenida Magalhães Neto, Avenida Vale dos Barris, Avenida Antônio Carlos Magalhães, Avenida Anita Garibaldi, Avenida Juracy Magalhães e a Avenida Vale do Ogunjá. Além dessas vias o Centro Administrativo da Bahia (CAB), a rodoviária e o

Shopping Iguatemi também surgem nesta década, com a criação de uma nova centralidade em Salvador.

Essa nova centralidade direcionou a expansão urbana no sentido da orla atlântica norte, e contribuiu para o gradativo esvaziamento do centro tradicional da cidade. A ocupação do miolo foi fortemente induzida pelo Estado com a implantação do CAB, a abertura da Avenida Paralela e a construção de grandes conjuntos habitacionais. As invasões e loteamentos irregulares ocupam a área dos subúrbios ferroviários e o entorno dos conjuntos habitacionais do miolo. (CARVALHO, 2014, p.148),

A década de 1980 herdou consequências sociais e urbanísticas do surto de expansão e crescimento da região metropolitana da década anterior, e seu posterior declínio aconteceu ainda no final da década de 1980. Somado ao incipiente alcance operacional e de intervenção do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PLANDUR) de 1976 a 1979 agravou-se os fortes fluxos migratórios campo-cidade, alimentando, consolidando e verticalizando a maior parte das favelas em Salvador. Neste período, com a mudança do foco administrativo e comercial para o eixo rodoviária – aeroporto, a construção de mais três shoppings centers e a perda do poder aquisitivo e de compra pela hiperinflação contribuíram para a decadência dos bairros do Comércio, Avenida Sete, Pelourinho, e entorno agravando o desemprego e estagnação econômica da cidade neste período.

A efemeridade, por sua vez, seria confirmada entre a segunda metade dos anos 80 e a primeira dos de 1990. O esgotamento da industrialização, por substituição de importações com base no endividamento externo e interno, a crise fiscal e a virada neoliberal dos policymakers nacionais, levaram ao esvaziamento das políticas regionais de desenvolvimento e, antes de tudo, ao fechamento da torneira dos incentivos fiscais bancados nacionalmente. Isso liquidou com empresas que não tinham escala e fôlego financeiro para suportar as novas condições de concorrência. (ALMEIDA, 2008, p.24)

Em face do agravamento da precariedade da habitação social pelos assentamentos ilegais e a ameaça de contaminação e extinção da fauna, flora e áreas mananciais de recursos hídricos remanescentes na região metropolitana de Salvador a prefeitura dispôs, em 1984, na Lei Municipal de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS), Lei nº. 3.377/84, as Áreas de Proteção Sócio Ecológica (APSE's) institucionalizadas pela Lei Municipal n. 3.592/1985, conceituando-as, no anexo I, como “áreas de assentamentos consolidados, de população de baixa renda

que, valorizadas pelo processo de transformação urbana, ficam suscetíveis a pressões que se refletem na expulsão dessa população, e que se caracterizam por: edificações de dimensões reduzidas; elevadas taxas de ocupação dos terrenos; utilização de materiais de construção de baixo valor econômico; vias de circulação e sistema de infraestrutura precários”.

As APSE's foram reformuladas duas décadas depois no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador (PDDU), Lei n. 6586/2004, e transformadas em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) de alcance urbanístico e social mais abrangente. Em 2006, uma nova revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano elevou as Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) a uma nova categoria: as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social). As ZEIS passaram a ter novas prerrogativas e como objetivo principal viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e sua posse, aos serviços públicos essenciais e aos equipamentos sociais básicos. No PDDU de 2016 foram instituídas 213 ZEIS na cidade de Salvador.

A Constituição Federal de 1988 proporcionou uma esperança no reforço na segurança jurídica para a aplicação das políticas urbanas e de regularização fundiária no país pela regulamentação do artigo 5º, inciso XXIII, que trata da função social da propriedade, que gerará efeitos práticos 10 anos mais tarde com a promulgação do Estatuto das Cidades (Lei nº. 10.257/01) e da criação do Ministério das Cidades (2003).

Entre as décadas de 1990 e 2000, a abertura econômica do país para o mercado internacional, no contexto da globalização, impactou ainda mais o agravamento do desemprego obrigando as indústrias e empresas de comércio e serviço nacionais a fecharem suas portas e as que sobreviveram à missão de se reformularem para concorrer aos produtos internacionais, com impactos na Região Metropolitana de Salvador, conforme afirma Carvalho (2014):

[...] o esgotamento do padrão desenvolvimentista, a abertura comercial, a reestruturação produtiva e a nova orientação neoliberal do Estado (abandonando as políticas de desenvolvimento industrial e regional) tiveram um impacto especialmente adverso sobre a estrutura produtiva e a dinâmica econômica da RMS, reduzindo seu crescimento e afetando, especialmente, o nível e as condições de emprego local (CARVALHO 2014, p.115).

A Região Metropolitana de Salvador passa, então, por um novo período de estagnação econômica agravada pela crise da indústria cabendo ao setor terciário a maior parte de absorção de mão de obra desempregada. Apesar da emergente agroindústria que já se despontava no oeste Baiano para o mercado nacional e internacional esta não possuía alcance geográfico suficiente para absorver contingentes de desempregados do lado leste.

[...] a ausência de uma base industrial diversificada e complexa, reunindo empresas de diversos ramos e tamanhos e operando com externalidades positivas geradas por sua própria expansão, explica, em grande parte, a relativa estagnação econômica de Salvador nos anos 1990-2000 e, por conseguinte, seus recordes de desemprego. Como se viu, a “industrialização”, dos anos 1950-1980, apesar dos efeitos multiplicadores dos seus investimentos, não criou essa base. (ALMEIDA, 2008, p.27)

Na primeira década do século XXI, a dinâmica urbana da cidade de Salvador continuou com maior concentração de investimentos públicos e privados no vetor da orla marítima que compreende a chamada “cidade moderna” (CARVALHO e PEREIRA 2008) e investimentos pontuais em algumas regiões centrais como é o caso do Horto Florestal e a Pituba. Neste período, a política econômica do governo federal estimulou a economia com diversos incentivos fiscais, subsídios e diminuição do custo do crédito em diversos setores. A escolha do Brasil, em 2007, como país sede da Copa do Mundo de 2014 e, em 2009, para as olimpíadas em 2016 também contribuiu para uma onda de otimismo, grandes expectativas e aquecimento do mercado interno de Salvador na rota do turismo internacional.

Entretanto, mesmo com o aquecimento da economia baiana neste período (2000-2010) não ocorreram alterações de ordem estrutural e qualitativa dos postos de trabalho criados. Boa parte dos empregos foi gerada em decorrência de uma demanda de oferta e procura momentânea e não por alterações estratégicas na estrutura produtiva da economia do estado e da capital.

[...] esses movimentos não chegaram a alterar mais significativamente sua estrutura produtiva e seu panorama ocupacional. O número de ocupados no setor secundário, por exemplo, continua bem mais reduzido que em outras metrópoles brasileiras, principalmente no que tange a indústria de transformação. O crescimento das oportunidades de emprego vem se dando principalmente no comércio, nas atividades imobiliárias, de alojamento e alimentação, nos serviços pessoais e nos serviços

domésticos, enquanto o terciário mais qualificado persiste com uma menor expressão; as taxas de desemprego se mantem bastante elevadas, e a grande maioria dos ocupados percebe ate, no máximo, três salários mínimos. (CARVALHO 2014, p.122)

Nesta tendência a pressão do setor privado, principalmente o imobiliário, foram decisivas na tentativa de implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador de 2004 e de 2008 que gerou grandes questionamentos e impugnações pelo Ministério Público quanto à legalidade de sua aplicabilidade no que tange a alterações no uso do solo.

[...] o capital imobiliário passou a operar a “máquina de crescimento” a todo vapor, ocupando as poucas áreas ainda livres e disponíveis na orla, mas apostando, sobretudo, em uma elevação da rentabilidade de suas inversões pela intensificação do uso do solo, o que desencadeou uma nova onda de reconstrução de áreas consolidadas e bem localizadas na estrutura urbana, com uma intensa verticalização e diversificação populacional. (CARVALHO 2014, p.253)

As alterações legais na configuração do uso do espaço urbano da cidade de Salvador, a partir de 2004, demonstram a perfeita articulação entre o capital imobiliário e a administração pública municipal no que tange, dentre outros fatos, ao esvaziamento e abandono do centro histórico de Salvador, para que este seja redesenhado para usos mais exclusivos no futuro, e a dispersão de assentamentos imobiliários do programa Minha Casa e Minha Vida para regiões mais afastadas da cidade, aumentando, assim, o custo de vida e de deslocamento dessas pessoas para as áreas centrais. Esse esvaziamento e atrofia do centro urbano e a expulsão de camadas sociais mais desfavorecidas para regiões mais distantes da cidade favoreceu um processo de urbanização privada baseada em grandes condomínios residenciais<sup>2</sup> que “fatiaram” a cidade em “ilhas” fortificadas, fragmentando, assim, o espaço urbano.

[...] a difusão de novos padrões habitacionais e inversões imobiliárias destinadas aos grupos de alta e media renda, com a proliferação de

---

<sup>2</sup> Pode-se citar como exemplos desta urbanização privada os condomínios fechados situados na orla marítima após o bairro de Itapuã (Stela Mares, Praia do Flamengo, Ipitanga, Villas do Atlântico e Busca Vida); e ainda: Condomínio Alphaville (Paralela - 2002), Reserva Albalonga (Horto Florestal - 2003), Residencial Le Park (Paralela - 2007), Residencial Vale do Loire (Horto Florestal - 2007), Residencial Villa Privilege (Vila Laura - 2010), Residencial Horto Bela Vista (Cabula/Pernambués - 2012), Residencial Barraporto (2012), Iberostar Resort (Praia do Forte - 2008), dentre outros.

condomínios verticais e horizontais fechados, que vem mudando os padrões de segregação e ampliando a autos segregação dos ricos, a fragmentação e as desigualdades urbanas. (CARVALHO 2014, p.125)

[...] a dinâmica recente da expansão urbana, com uma implantação crescente de condomínios horizontais e verticais, reforça a tendência à fragmentação social e espacial metropolitana. Embora o processo de segregação socio espacial retratado pelos dados do censo não apresente mudanças dramáticas nas três últimas décadas, persistindo as diferenças espaciais, funcionais e sociais já existentes, pode-se notar um aumento dos enclaves estratificados por renda, com a presença dos referidos condomínios, ocupando áreas da metrópole em localizações nem sempre centrais, mas ainda assim impermeáveis à circulação de não moradores. (CARVALHO 2014, p.133-134)

Ainda na primeira década do século XXI, registram-se grandes investimentos no sistema viário e ferroviário com a inauguração da Via Expressa Baía de Todos os Santos (2013) e da primeira etapa do metrô (2014) - gerando forte aquecimento na indústria da construção civil, com aumento da oferta de emprego e renda. Ressalta-se ainda a dinamização do setor de comércio com a implantação de shoppings, supermercados, franquias de varejo, redes de restaurantes, etc.<sup>3</sup>

Ao andarmos pela cidade de Salvador, seja no tempo do automóvel ou no caminhar, constatamos que a pausa momentânea entre os espaços públicos urbanizados ou ecológicos é algo raro em nossas rotinas, dando lugar a muros, grades e guaritas. A cidade, salvo raras exceções, a exemplo da Praça Dois de Julho, Largo do Papagaio, Dique do Tororó, Parque da Cidade e o Parque de Pituçu, não fornece aos moradores pontos centrais de convergência social democrática. A segregação socioespacial perdura, mas com outra roupagem separando ricos e pobres em uma nova escala espacial em que as paredes dos barracos de uma comunidade são “esmagadas” pelos muros limítrofes de um bairro privado. A configuração urbana da Salvador do início deste século demonstra a existência de diferentes cidades dentro de uma só ou melhor dizendo uma cidade de fragmentos.

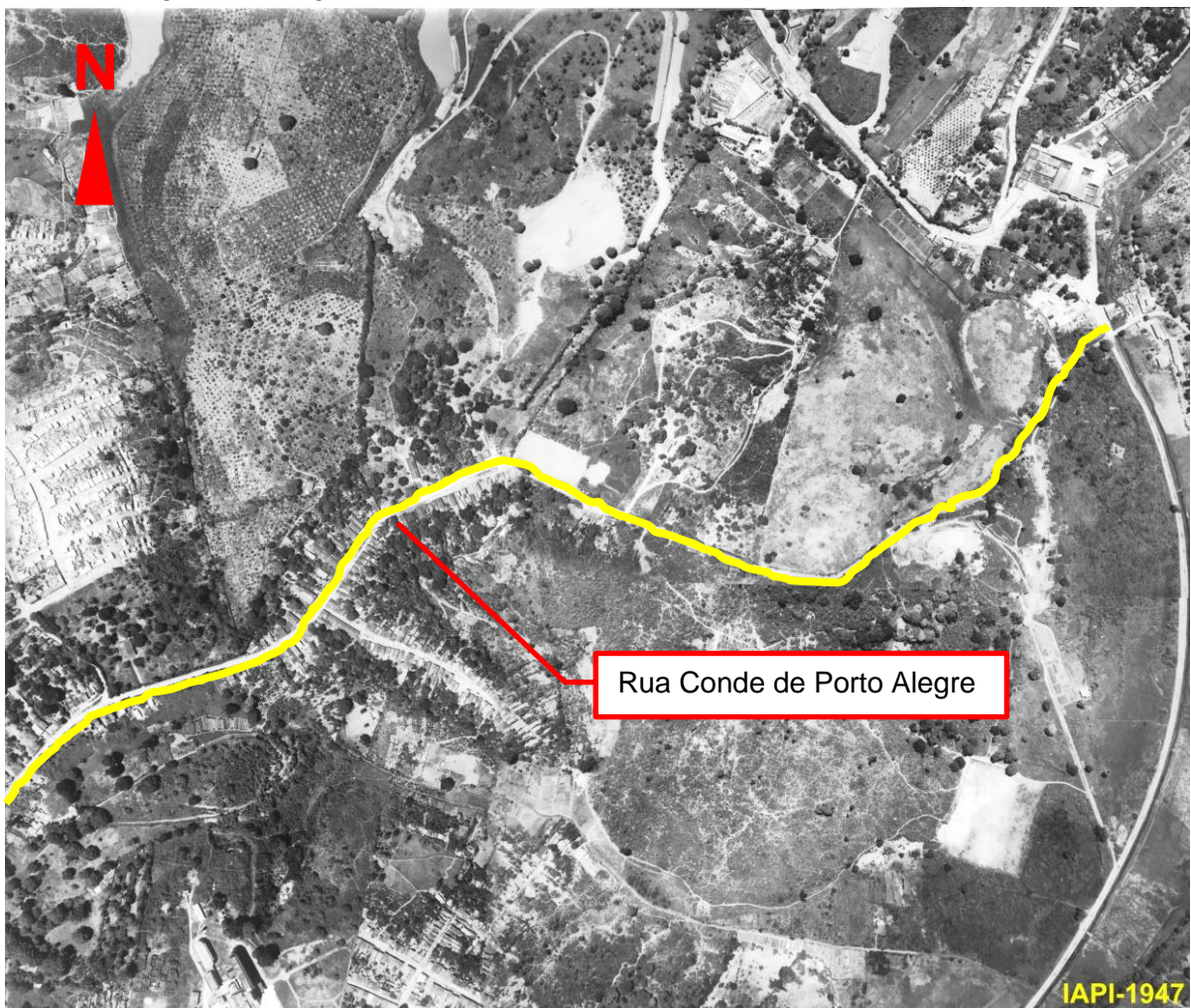
---

<sup>3</sup> Registra-se a implantação do Salvador Shopping (Caminho das Árvores - 2007), Shopping Paralela (Paralela - 2009), Mundo Plaza (Caminho das Árvores - 2010), Salvador Norte Shopping (São Cristóvão - 2010), Shopping Bela Vista (Cabula/Pernambúes - 2012).

### 3.2. O surgimento e consolidação do bairro IAPI

A localidade onde o bairro IAPI se desenvolvera era denominada Areia da Cruz do Cosme, pertencente ao subdistrito de Santo Antônio e, como se pode identificar na linha amarela da Figura 5, a principal rua que dá acesso à localidade, a Rua Visconde de Porto Alegre, constituída ainda como estrada de terra. Ao longo desta via residências populares podem ser vistas de forma esparsa, mas em sua maior parte, a região era ocupada por chácaras e sítios conforme indicado na Figura 5.

Figura 5 – Região da Areia da Cruz do Cosme (atual bairro IAPI) - 1947



Fonte: PMS - Fundação Gregório de Matos (1947)

De acordo com a reportagem do Jornal A Tarde de 17 de maio de 1954 tem-se o registro jornalístico das primeiras referências sobre a localidade da Cruz do Cosme sendo denominada de “bairro do IAPI”. A matéria fazia referência à

precariedade do serviço de transporte coletivo na localidade e adjacências como a Caixa D'água, Pau Miúdo e Liberdade.

Nas três primeiras décadas do século XX a crescente demanda por habitação para uma classe operária em expansão e apoiada por fortes representações sindicais geraram pressões internas no governo e, por conseguinte, nas autarquias públicas recém-criadas que tinham como missão o suporte previdenciário destes trabalhadores. Com o apoio do estado essas autarquias realizaram estudos, projetos, construção e financiamento de imóveis para a classe proletária que, até então, não tinham condições e nem acesso a pacotes de financiamento imobiliário.

Os institutos de aposentadorias e pensões conhecidos como IAP's foram os pioneiros na construção em larga escala na habitação social do Brasil no período entre guerras, contudo as diretrizes de implantação dos conjuntos habitacionais não provinham da política habitacional da União, do estado, ou do município para toda a população, e sim de decisões estratégicas do corpo técnico do Instituto que precisava, naquele momento, atender as necessidades de moradia de seus associados. “Proporcionar habitação para a classe trabalhadora aumentava a legitimidade do regime e estimulava o seu apoio para outras reformas sociais e econômicas, além de dinamizar o setor da construção civil.” (DEL RIO; SIEMBIEDA, 2009)

De acordo com os dados do Projeto Vale do Camarujipe de autoria do Órgão Central de Planejamento da Prefeitura Municipal do Salvador (OCEPLAN), de 1982, a autarquia dos industriários adquiriu o terreno antes ocupado por uma chácara que possuía sua testada principal à Rua Conde de Porto Alegre em um planalto e depois decliva-se no sentido da atual Avenida San Martin como parte integrante da Bacia do Rio Camarujipe perfazendo uma área total de 11,16 hectares aproximadamente.

Este terreno corresponde ao que é hoje o próprio Conjunto Residencial Salvador e a Comunidade Nova Divinéia e Rocinha do IAPI (Setores B e F). Conforme matéria publicada no Jornal A Tarde, de 27 de Setembro de 1949, o projeto do Conjunto Residencial Salvador é de autoria do arquiteto Hélio Lage Uchoa Cavalcanti, sendo a construtora Sociedade Técnica de Empreendimentos de Engenharia LTDA, do Rio de Janeiro, responsável pela execução da obra.

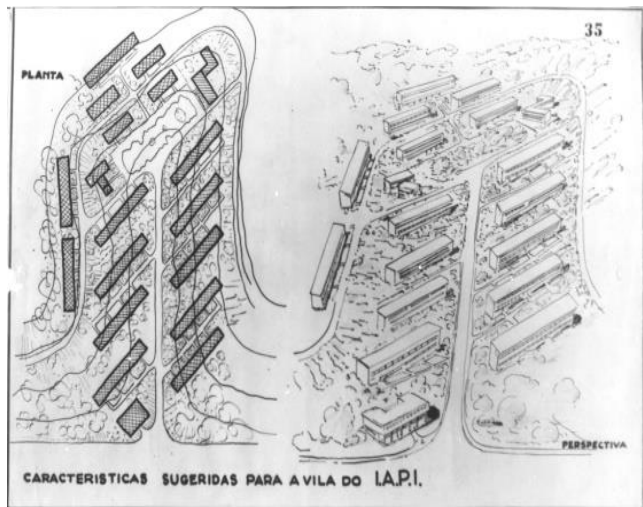
O projeto previa um complexo de edifícios de 696 apartamentos de 2 e 3 quartos a serem executados em duas etapas: a primeira com blocos de 2 quartos

com 264 apartamentos voltados diretamente para a Rua Conde de Porto Alegre e a segunda etapa com blocos de 2 e 3 quartos distribuídos ao longo do terreno remanescente seguindo a topografia. (Figura 6)

Uma das propostas do projeto da vila do IAPI na localidade da Areia da Cruz do Cosme demonstra uma tentativa de se

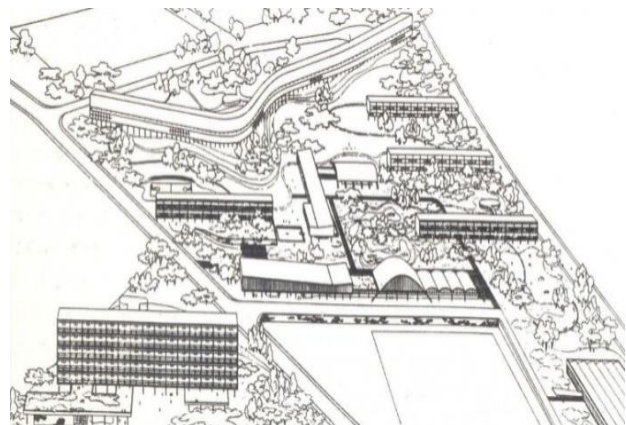
construir uma unidade de vizinhança que contemplava, além dos blocos residenciais, equipamentos de uso coletivo como escola, creche, parque e associação de moradores inspirado em um importante projeto de referência o Complexo Residencial Pedregulho, construído em 1947, no Rio de Janeiro por Afonso Eduardo Reidy. (Figura 7). O arquiteto Hélio Lage Uchoa Cavalcanti<sup>4</sup>, autor do projeto, provinha de uma geração de arquitetos inspirados na escola do movimento moderno e higienista do qual a arquitetura e o desenho urbano, por si só, resolveriam questões sociais pela imposição de soluções tecnológicas e espaciais para áreas comuns de uso sociais, espaços internos de morada mais racionais, limpeza estética visual e

Figura 6 – Anteprojeto do Conjunto do IAPI



Fonte: Fundação Gregório de Matos, 1942

Figura 7 – Complexo Residencial Pedregulho



Fonte: Afonso Eduardo Reidy, 1947

Figura 8 – 1ª Etapa de 264 Apartamentos do IAPI



Fonte: Carvalho, 2002

<sup>4</sup>O Arquiteto Hélio Uchoa era amigo e conterrâneo de Oscar Niemeyer e trabalhou com este, dentre outros profissionais, no desenvolvimento dos projetos da nova capital federal anos depois.

higienização dos espaços. A concepção técnica do projeto ficou a cargo do Conselho Nacional do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho responsável pela normatização, fiscalização e aprovação dos procedimentos dos IAP's, em parceria com o recém-criado, á época, Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), em 1943, e do Código de Posturas, de 1926.

Do projeto inicial apenas a primeira etapa contendo cinco blocos com 264 apartamentos foi concluída (Figura 8). Contudo, a indústria da construção civil que girou em torno desta obra impactou diretamente na rotina e nas adjacências da localidade, envolvendo centenas de operários, carpinteiros e pedreiros que estiveram naquele local por um período de dois anos. (Figura 9)

Um ponto interessante a se observar é que o conjunto não era murado e suas áreas comuns eram abertas para a cidade, similar ao conceito aplicado nas superquadras de Brasília que elevava a propriedade privada sobre pilotis e dava à cidade áreas sociais dentro de um conceito de unidade de vizinhança. As áreas comuns, principalmente a praça central com aproximadamente 4.500m<sup>2</sup>, produzia uma interessante amplitude de visão em perspectiva no fim de linha do bairro (triângulo amarelo Figura 10).

Figura 9 – Canteiro de obras do Conjunto IAPI em 1949



Fonte: Cabral, 2002

Figura 10 – Vista aérea do Conjunto Residencial Salvador e entorno - 1978



Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador (PMS)- 1978

Na Figura 10 podemos ver com clareza, em 1978, o Conjunto Residencial Salvador situado de forma centralizada no platô mais alto do bairro e o terreno remanescente da antiga autarquia já ocupado pela comunidade da Nova Divinéia e Rocinha do IAPI (vermelho). Seu entorno, cercado pelos loteamentos Jardim Eldorado (verde), Jardim Vera Cruz (amarelo) e o Parque San Martins (azul).

A partir de 1948, com a montagem do canteiro de obras do Conjunto Residencial Salvador (setor F), as áreas adjacentes ao conjunto se tornaram potencialmente viáveis para exploração imobiliária e, anos depois, se abriram para a venda os loteamentos Jardim Vera Cruz em 1955 (setor A) e o Jardim Eldorado em

1956 (setor E). A partir da década de 1960 iniciou-se a implantação do parque San Martin (setor C e parte do D) com a abertura de novos lotes de residências e no início da década de 1970 os conjuntos habitacionais da Construtora Ibramex.

Os loteamentos residenciais Jardim Vera Cruz e o Jardim Eldorado, que vieram “a reboque” deste marco de ocupação imobiliária da região, foram planejados e incorporados logo após a inauguração do conjunto em 1952.

O Jardim Vera Cruz (setor A) foi construído sobre uma topografia de cumeada com aproximadamente 146.400m<sup>2</sup> de área e abrange um total de aproximadamente 290 lotes que possuíam em média 300m<sup>2</sup> de área. (Figura 11)

O Jardim Eldorado (setor E), também implantado sobre uma topografia de cumeada com aproximadamente 119.000m<sup>2</sup> de área abrange um total de aproximadamente 240 lotes que possuem em média 300m<sup>2</sup> de área. Ambos os loteamentos foram concebidos para um público de classe média da época devido ao porte da infraestrutura instalada e das dimensões dos lotes. (Figura 12)

O Parque San Martin / Ibramex (setor C) surgiu nos anos 1960, com a exploração de novos terrenos para implantação de lotes residenciais com mesma tipologia urbanística dos loteamentos anteriores totalizando 48.619m<sup>2</sup> de área com 65 lotes de 250m<sup>2</sup>. A diferença encontra-se na implantação de 22 conjuntos

residenciais que somadas abrigam 180 unidades habitacionais financiados pelo

Figura 11 – Loteamento Jardim Vera Cruz



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 12 – Loteamento Jardim Eldorado



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 13 – Parque San Martin / Ibramex



Fonte: Google Earth (2018)

Banco Nacional de Habitação (BNH) seguindo uma nova política de incorporação e financiamento habitacional. (Figura 13).

A Construtora Ibramex que, tempos depois, teve o nome associado popularmente ao local aproveitou a diferença topográfica da região, que separava esta área do setor D, e implantou os edifícios utilizando o recurso de rebatimento vertical dispondo de três pavimentos para cima e três para baixo da cota de implantação da rua principal de acesso (Rua Astrozildo Sepúlveda) – adequando-se, assim, ao código de obras da época, sem o uso de elevadores e maximizando a venda de unidades habitacionais. (Figura 13).

Neste período de aquecimento do setor de construção civil parte do setor D que fazia parte do Parque San Martins foi explorado por

pedreiras que encontraram na região jazidas de arenito e granito para confecção de paralelepípedos usados nos calçamentos e pavimentação de ruas da própria localidade e de outras partes da cidade. Atualmente, estes locais são usados como garagens e galpões para o setor terciário (Figura 15).

Da década de 1960 até início da década de 1980, com a crescente migração da população do interior para a cidade de Salvador, na esperança de melhores condições de vida, atraída pelo processo de industrialização que se iniciara no polo petroquímico de Camaçari, surgem as ocupações irregulares nas proximidades do conjunto. O surto da favelização na cidade do Salvador, neste período, não recebeu a devida atenção dos órgãos públicos por não possuírem organização política e institucional suficientes no ordenamento e acolhimento de forma adequada destas

Figura 14 – Parque San Martin / Ibramex



Fonte: Carvalho, 2002

Figura 15 – Terreno da antiga pedreira



Fonte: Carvalho, 2018

famílias. A consolidação dessas ocupações ocorreu nos grotões e baixadas remanescentes adjacentes às avenidas de vale como a Vasco da Gama, Bonocô, Barros Reis e San Martins.

Com dificuldades financeiras para continuar a segunda etapa da obra do Conjunto Residencial Salvador o terreno remanescente da autarquia previdenciária acabou ficando sem destinação específica e foi sendo ocupado gradativamente por famílias carentes ao longo das décadas seguintes. A autarquia buscou inúmeras tentativas por parte da Procuradoria do antigo IAPAS, atual INSS a reintegração de posse, porém sem sucesso. Processo similar ocorreu com a invasão dos terrenos do vale localizados entre o Jardim Eldorado e o bairro do Pau Miúdo com o surgimento das comunidades Bem Amado e Dom Lucas.

Em fevereiro de 1982, antes mesmo da criação das APSES em 1984, a Prefeitura Municipal de Salvador, através do Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN) desenvolveu o “Projeto Vale do Camurujipe Nova Divinéia / Rocinha do IAPI” que tinha como objetivo realizar ações de melhorias nas comunidades que ocupavam parte da bacia terciária do Rio Camurujipe tendo como coletor o canal San Martins que era afluente do referido rio. A OCEPLAN desenvolveu estudos e projetos de intervenção em infraestrutura como saneamento básico, acessibilidade por vias e escadas drenantes, equipamentos comunitários, áreas de preservação e recuperação ambiental. Conforme expõe o estudo da OCEPLAN em 1982 (Figura 16):

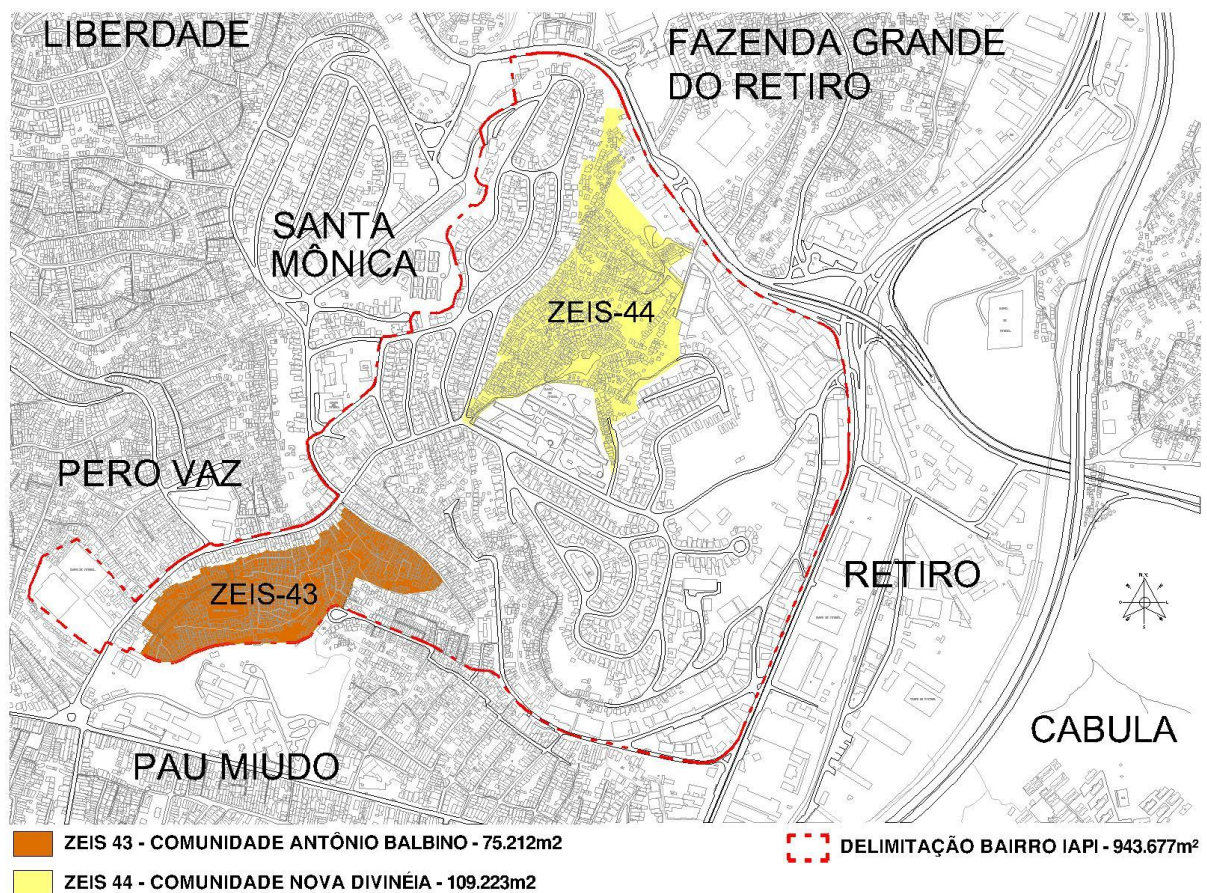
A ocupação de Nova Divinéia/Rocinha se deu a partir da implantação de uma triparia na parte baixa da área, próximo à Av. San Martin, isso por volta de 1935. Seu funcionamento motivou o surgimento de algumas habitações na vizinhança e esse agrupamento levou o nome de Rocinha do IAPI. Em 1948, quando a área foi adquirida pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, extinto IAPI, já contava com doze edificações dentro dos seus limites. Era um assentamento clandestino, mas foi mantido pelos proprietários. (PMS - OCEPLAN, 1982, p.7-8)

Até 1961 esse núcleo se constituía de cerca de 26 casas, espalhadas entre a vegetação nativa; e o acesso a ele, que originalmente se dava pela avenida San Martins, foi se processando também por caminhos que ligavam o bairro do IAPI à Rocinha, pela encosta. Esses caminhos eram utilizados principalmente por moradores de outros assentamentos do IAPI e adjacências, que eram atraídos pela oferta de emprego não só na triparia da Rocinha como em estabelecimentos similares situados na Av. San Martin e Largo do Retiro.” (PMS - OCEPLAN, 1982, p.8).



Com a evolução da legislação municipal de Salvador em prol das áreas carentes de interesse social a partir de 1984, passando pela Constituição Federal de 1988 com a ratificação da função social da propriedade e com a promulgação do Estatuto das Cidades em 2001 a Nova Divinéia e a Comunidade Bem Amado/Dom Lucas são hoje consideradas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) as quais já vinham sendo implementadas por algumas administrações municipais com outras denominações, com vistas ao processo de regularização urbanística e fundiária dos assentamentos informais. No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, Lei, nº 9.069/2016 a Comunidade Nova Divinéia está identificada com o mesmo nome e a da Comunidade Bem Amado/Dom Lucas está identificada como Antônio Balbino por ser uma localidade interna a este setor. Ambas estão classificadas como ZEIS do tipo 1 que refere-se a assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares. (Figura 17)

Figura 17 – Localização das ZEIS no Bairro IAPI



Fonte: CONDER, 1992. Adaptação Carvalho, 2018

De acordo as informações e dados apresentados, inferimos que a evolução ocupacional do bairro IAPI seguiu cronologicamente pelas seguintes etapas conforme indicado na Figura 18:

Etapa 1 (setor H) – Pré-existência de ocupações desde o início do século XX ao longo da Rua Visconde de Porto Alegre no sentido Largo do Tamarineiro-Fim de Linha com ocupações de residências de vilarejo rural em ruelas e travessas adjacentes a esta via mesclado com a presença de chácaras e sítios até a década de 1940;

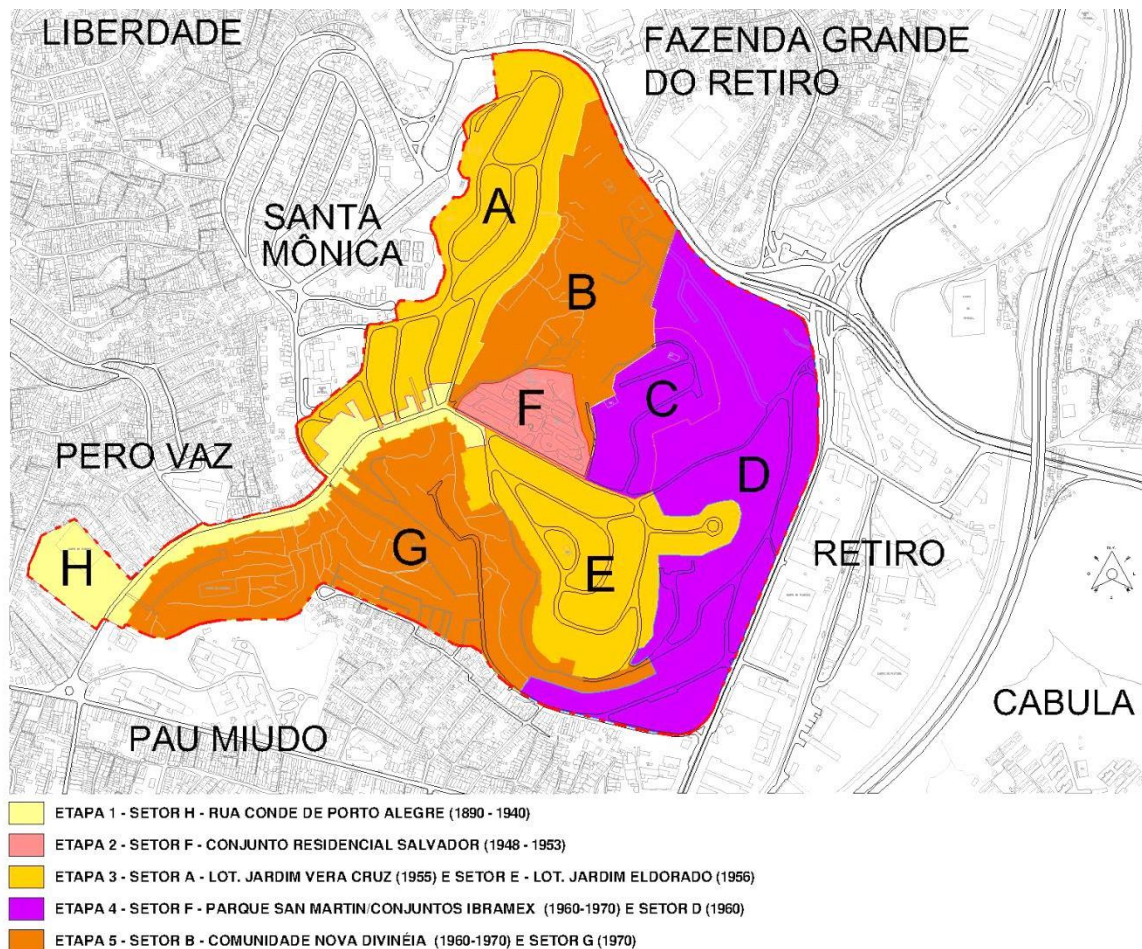
Etapa2 (setor F) - Construção do Conjunto Residencial Salvador de 1948 a 1952;

Etapa 3 (setor A e E) - Incorporação dos Loteamentos Jardim Vera Cruz, em 1955, (setor A) e Jardim Eldorado, em 1956 (setor E);

Etapa 4 (setores C e D); - Incorporação do parque San Martin e Conjuntos habitacionais do Ibramex em 1960;

Etapa 5 – Comunidade Nova Divinéia (setor B) e Bem Amado Dom Lucas (setor G) com ocupações gradativas a partir de 1960, mas consolidadas em 1970.

Figura 18 – Etapas cronológicas de Ocupação do Bairro IAPI



Fonte: CONDER, 1992. Adaptação Carvalho 2018

#### 4. FRAGMENTAÇÃO URBANA NO BAIRRO IAPI: SETORES DE ANÁLISE

Neste capítulo serão apresentados os estudos e levantamento de dados urbanísticos, físico espaciais e socioeconômicos dos setores territoriais que compõem o bairro IAPI, apresentando características específicas do local em conjunto com os dados obtidos na pesquisa realizada com os moradores. A partir deste levantamento investigaremos a realidade atual daquele locus urbano com o fenômeno da fragmentação urbana.

##### 4.1. Caracterização físico-espacial e socioeconômica

A Poligonal que delimita o bairro IAPI, definido pela Lei nº 9.278/2017 está localizado na área central para o eixo oeste da capital baiana (região amarela da Figura 1) compreendido pela área de influência da BR-324, Avenida Barros Reis e da Avenida San Martin. Possui uma área total de 943.677m<sup>2</sup> e delimitação perimetral de 5.139km seguindo uma divisão de influência das micro bacias hidrográficas da cidade. Em seu entorno situam-se os bairros do Pau-Miúdo, Pero Vaz, Santa Mônica, Retiro e Fazenda Grande do Retiro.

As fronteiras físicas que separam o IAPI dos bairros do Pau-Miúdo, Pero Vaz e Santa Mônica se resumem a pequenas ruas e travessas onde é quase imperceptível o início e o fim de cada bairro (Figuras 19 e 20). Esta separação, não muito diferente de outros bairros de Salvador, e remete aos moradores e usuários uma sensação de homogeneidade dos espaços e, em certos casos, confusão espacial sobre início e término da sua comunidade ou de seu território. Já a separação física entre o IAPI e os bairros do Retiro e Fazenda Grande do Retiro possui um aspecto peculiar, pois se dá por uma forte ruptura visual causada pela presença das avenidas de vale e pela diferença topográfica do local como é o caso da Avenida Barros Reis e a Avenida San Martins. (Figuras 21 e 22)

Figura 19 – Limites intra bairros IAPI/Pero Vaz



Fonte: Google Earth, (2018)

Figura 20 – Limites intra bairros IAPI/Pau Miúdo



Fonte: Google Earth, (2018)

Figura 21 – Limites intra bairros IAPI/Faz. Grande



Fonte: Google Earth, (2018)

Figura 22 – Limites intra bairros Retiro/IAPI

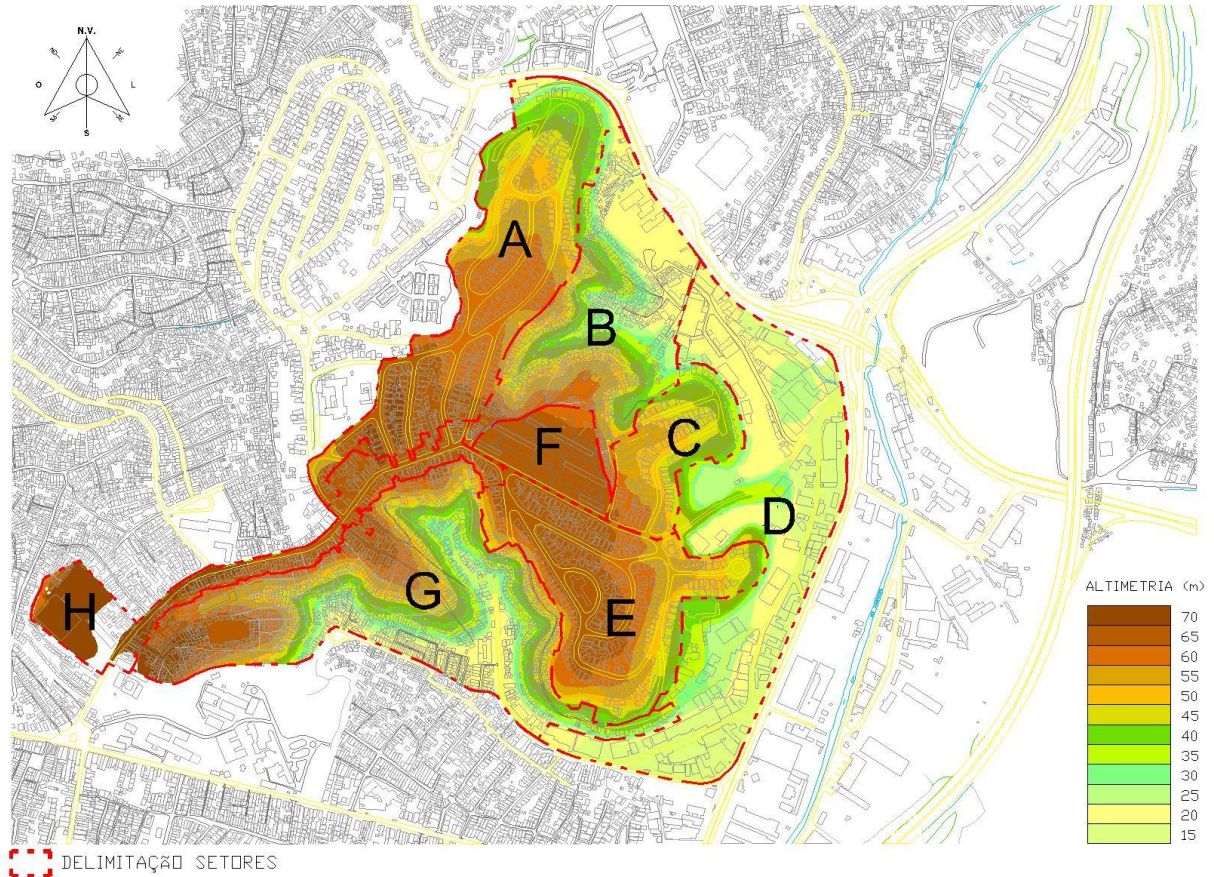


Fonte: Google Earth, (2018)

Sob o aspecto topográfico o IAPI se distribui sobre diferentes cotas altimétricas que vão desde a cota 15m a cota 70m. (Figura 23) Das cotas 15m a 20m encontramos em quase sua totalidade o setor de comércio e serviço (setor D) e a presença de algumas residências da comunidade Nova Divinéia (setor B) comumente conhecida como Rocinha do IAPI e as comunidades Dom Lucas e Bem Amado (setor G). Das cotas 25m a 50m encontramos a ocupação maciça de residências das comunidades descritas anteriormente (setores B e G) como também de alguns lotes e residências dos principais loteamentos residenciais do bairro (setores A, C e E). Um detalhe nesta variação de cota é a diferença de nível que divide o setor C com o D. Neste local ocorreu à extração de rochas para a confecção de paralelepípedos de pavimentação originando uma falésia de quase 25 metros de altura. Por fim, das cotas 55m a 70m encontramos a principal via de acesso à localidade – a Rua Conde de Porto Alegre com todos os imóveis implantados em suas adjacências (setor H). Além disso, o Conjunto Residencial Salvador (setor F), a Comunidade Nova Divinéia (setor B), o loteamento Jardim Vera Cruz (setor A), o

loteamento Ibramex (setor C) e o loteamento Jardim Eldorado (setor E) também estão implantados em sua totalidade nestas altimetrias.

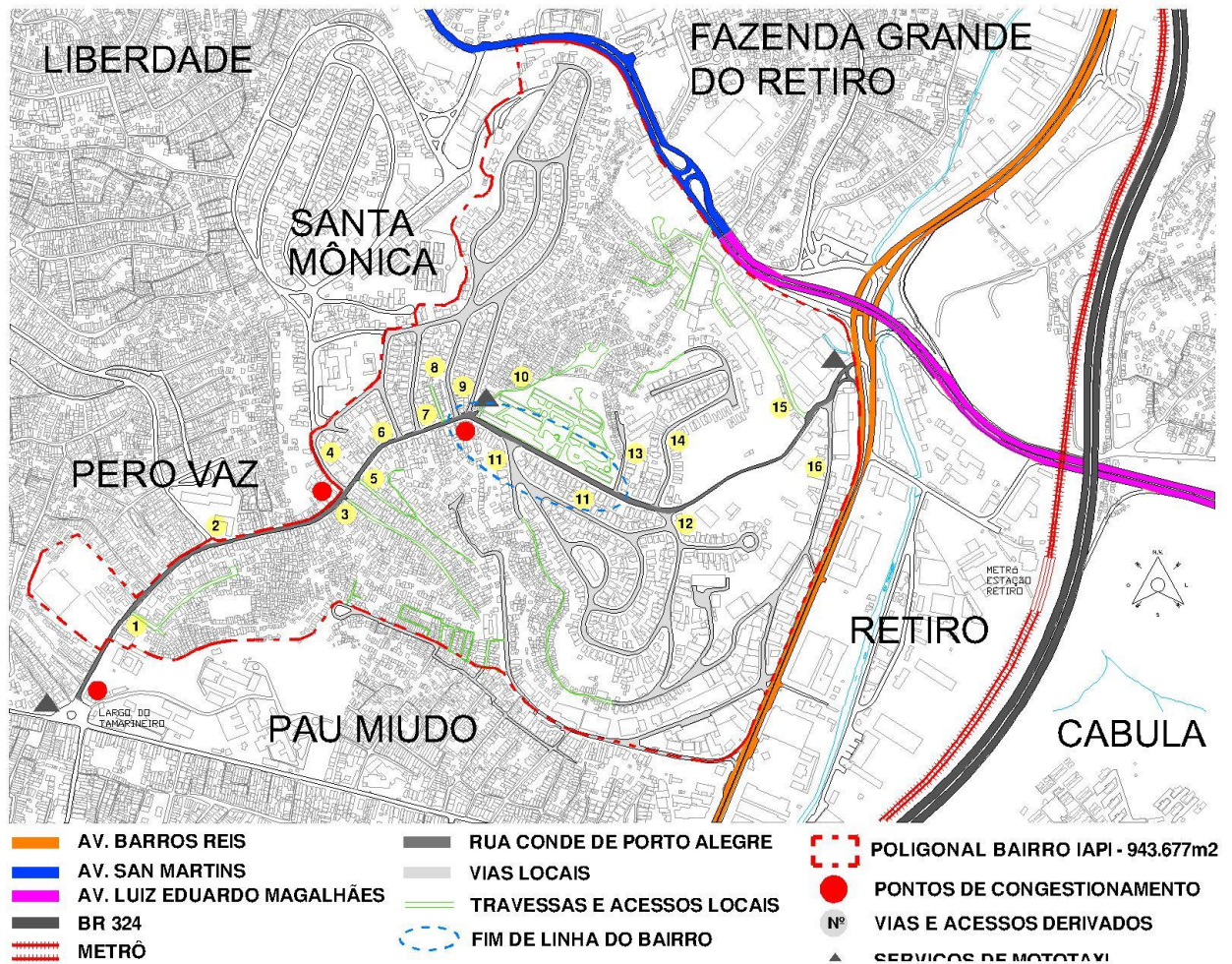
Figura 23 – Topografia do bairro



Fonte: CONDER, 1992. Adaptação Carvalho, 2018

O sistema viário do bairro foi surgindo gradativamente ao longo da Rua Conde de Porto Alegre, a qual teve o papel de “espinha dorsal”, da qual derivaram todas as demais vias e travessas locais para os diversos pontos do IAPI. A via era originalmente denominada de Visconde de Porto Alegre e, com o passar do tempo, foi abreviado para o nome atual. Atualmente classificada como via coletora, a Rua Conde de Porto Alegre possui uma extensão total de 1.840 metros e conecta o Largo do Tamarineiro (bairro do Pau Miúdo) até a Avenida Barros Reis (bairro do Retiro) no sentido oeste-leste. (Figura 24).

Figura 24 – Sistema viário do bairro



Fonte: CONDER 1992. Adaptação Carvalho, 2018

Ao longo desta via coletora outras ruas foram incorporadas com o processo de ocupação gradativa do bairro. No sentido Largo do Tamarineiro para a Avenida Barros Reis (sentido oeste-leste) destacamos numericamente na Figura 24 as vias que fazem conexão com a Conde de Porto Alegre e a sua acessibilidade para as localidades descritas no Quadro 2. Vale destacar que as vias 1, 3, 5, 10 e 13 dão acessibilidade para as comunidades pertencentes Bem Amado/Dom Lucas e Nova Divinéia respectivamente. Como vimos anteriormente estas vias dão acesso às ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) das quais possuem um traçado irregular na medida de adentram na comunidade em virtude da urbanização local.

Quadro 2 – Logradouros transversais à Rua Conde de Porto Alegre

VIAS LOCAIS TRANSVERSAIS À RUA CONDE DE PORTO ALEGRE		
Nº	LOGRADOURO	LOCALIDADE
1	Rua Vila Antônio Balbino	Comunidade Dom Lucas (Setor G)
2	Rua Dr. Eduardo Santos	Bairro Pero Vaz
3	Rua da Floresta	Comunidade Dom Lucas e Bem Amado (Setor G)
4	Rua Dr. Arlindo Teles	Bairro Santa Mônica
5	Rua Fernando Leal	Comunidade Dom Lucas e Bem Amado (Setor G)
6	Rua Santo Antônio de Pádua	Jardim Vera Cruz (Setor A)
7	Rua São Jorge	Jardim Vera Cruz (Setor A)
8	Rua Dr. Odilon Machado	Jardim Vera Cruz (Setor A)
9	Rua José Olímpio da Silva	Jardim Vera Cruz (Setor A)
10	Ruas Cosme e Damião	Comunidade Nova Divinéia (Setor B)
11	Rua Aníbal Vianna Sampaio	Jardim Eldorado (Setor E)
12	Rua Jair Santos	Jardim Eldorado (Setor E)
13	Rua Limite	Comunidade Nova Divinéia (Setor B)
14	Rua Astrozildo Sepúlvera	Parque San Martins / Ibramex
15	Rua Professor Moura Bastos	Setor D
16	Rua Tio Jucá	Setor D

Fonte: Carvalho, 2018

Em frente ao Conjunto Residencial Salvador encontra-se o tradicional fim de linha de transporte coletivo do bairro que existe desde a segunda metade da década de 1950 (Figura 25).

Figura 25 – Fim de linha do bairro



Fonte: Google Earth, 2018

Até o ano de 2017, antes do processo de reformulação e integração ônibus-metrô, as principais linhas que serviam ao bairro eram IAPI-Lapa, IAPI-Barra, IAPI-Pituba, IAPI-Barroquinha e IAPI-Comércio. Atualmente não estão mais disponíveis as linhas IAPI-Barroquinha e IAPI-Pituba. De acordo com as informações do site da Transalvador (2018)<sup>5</sup>, além das atuais linhas disponíveis ao bairro, a Rua Conde de Porto Alegre serve de itinerário para linhas de outras localidades tais como: Bom Juá-Baixa dos Sapateiros, Santa Mônica-Lapa, Santa Mônica-Pituba, Lapa-Caixa D'água, São Caetano-Brotas, Pau Miúdo-Campo Grande, Pau Miúdo-Lapa, Ribeira-Barbalho, Metrô Acesso Norte – Macaúbas e Metrô Acesso Norte-Santa Mônica. Além do transporte coletivo regular encontramos, em alguns pontos do bairro, o serviço de moto taxi que supre algumas lacunas em pontos específicos como, por exemplo, o acesso à Comunidade Nova Divinéia (Figura 26) por moto taxistas da própria comunidade que se beneficiam da restrição do acesso ao local apenas para os moradores e a alguns serviços públicos básicos, e a descida do trecho final da Rua Conde de Porto Alegre com a Avenida Barros Reis (comumente chamada de ladeira de pedra).

Este trecho final apesar de não ser explorado por nenhuma linha concessionária de transporte coletivo é uma importante conexão de ligação do bairro com a Avenida Barros Reis (Figura 27). Contudo, os moradores do bairro queixam-se de que o local é inseguro e permite apenas a circulação de veículos particulares e dos próprios moto taxistas devido ao longo e estreito aclive viário cercado de muros

Figura 26 – Moto taxistas



Fonte: Google Earth, 2018

Figura 27 – Moto taxistas



Fonte: Carvalho, 2018

<sup>5</sup>Disponível em:

<http://www.transalvadorantigo.salvador.ba.gov.br/homologacao/?pagina=onibus/onibus>. Acesso 18 mar. 2018.

de propriedades privadas com pouca movimentação de transeuntes. Indício típico de áreas desertas geradas em parte pela fragmentação urbana. (Figura 28)

Figura 28 – Fragmentação/áreas desertas



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 29 – Retenção do trânsito  
Largo do Tamarineiro



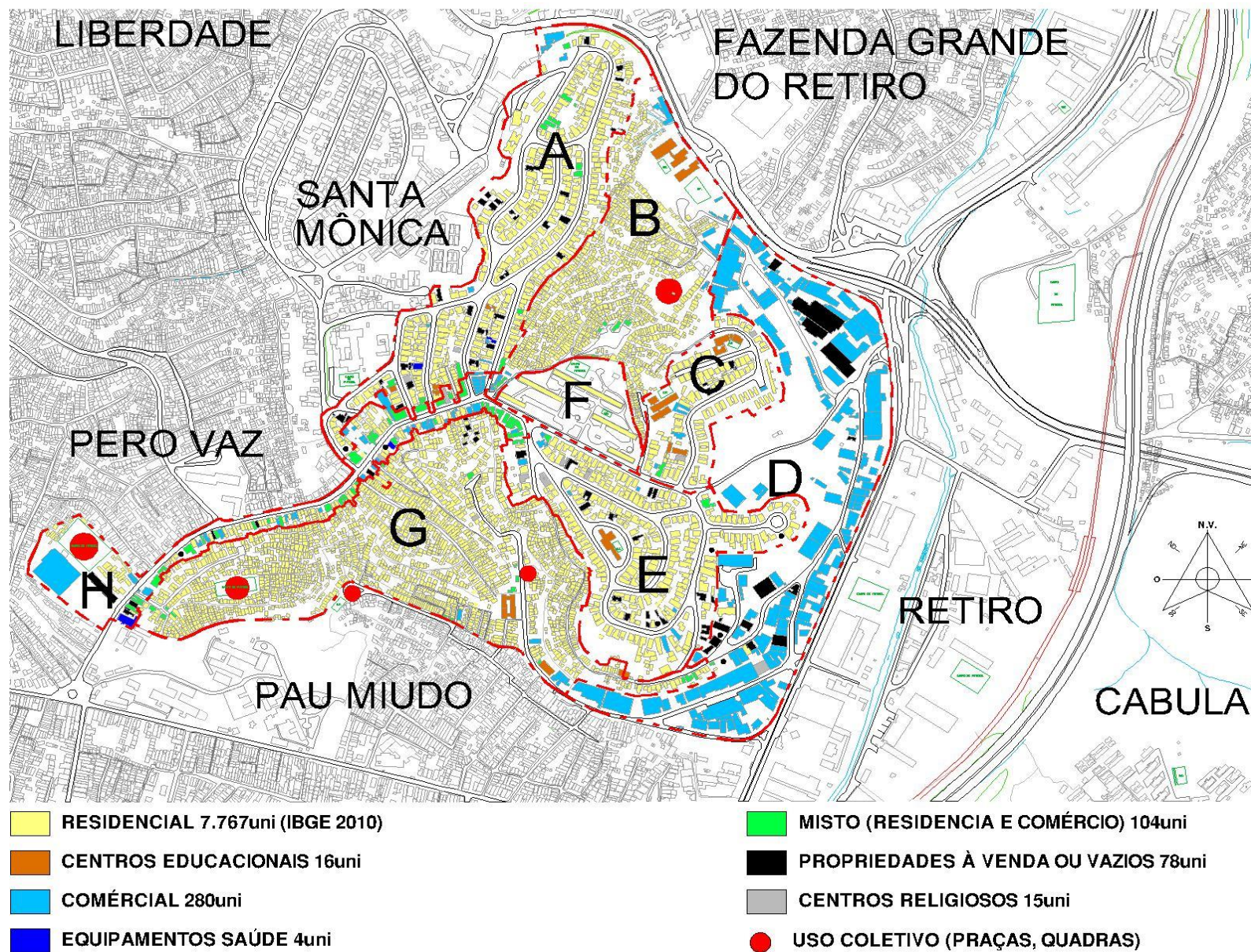
Fonte: Google Earth (2018)

Não obstante, como a Rua Conde de Porto Alegre proporcionou derivações viárias ao longo dos anos acabou canalizando as entradas e saídas dos fluxos de circulação veicular e de pedestres de todos os setores para as principais vias e conexões de saída do bairro, como a Avenida Barros Reis no Retiro e a rotatória do Largo do Tamarineiro no Pau Miúdo (Figura 29). Estas características, acompanhadas com o crescimento populacional e aumento da frota de veículos desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000, gera intensos engarrafamentos nos horários de pico gerando grandes transtornos aos moradores da região principalmente durante a semana nos horários das 7:00hs às 8:30hs e das 17:00hs às 19:00hs.

O IAPI é caracterizado por ser uma localidade predominantemente residencial, com comércio local associado desde o início de sua ocupação. A figura 30 demonstra a distribuição atual dos imóveis pelo tipo de uso no território. Neste mapa podemos identificar a concentração dos usos de comércio, serviço e uso misto quase em sua totalidade nos setores D e H e o uso residencial predominante nos demais setores. Destaca-se também na Figura 30 a quase ausência de espaços públicos de uso comum como praças, alamedas e equipamentos de lazer, sendo estes encontrados em pontos específicos em alguns setores.

O IAPI é composto por loteamentos, conjuntos residenciais e invasões já consolidadas, formadas pelo processo de segregação sócio espacial da região, a partir da década de 1960.

Figura 30 – Uso do Solo - IAPI - 2018



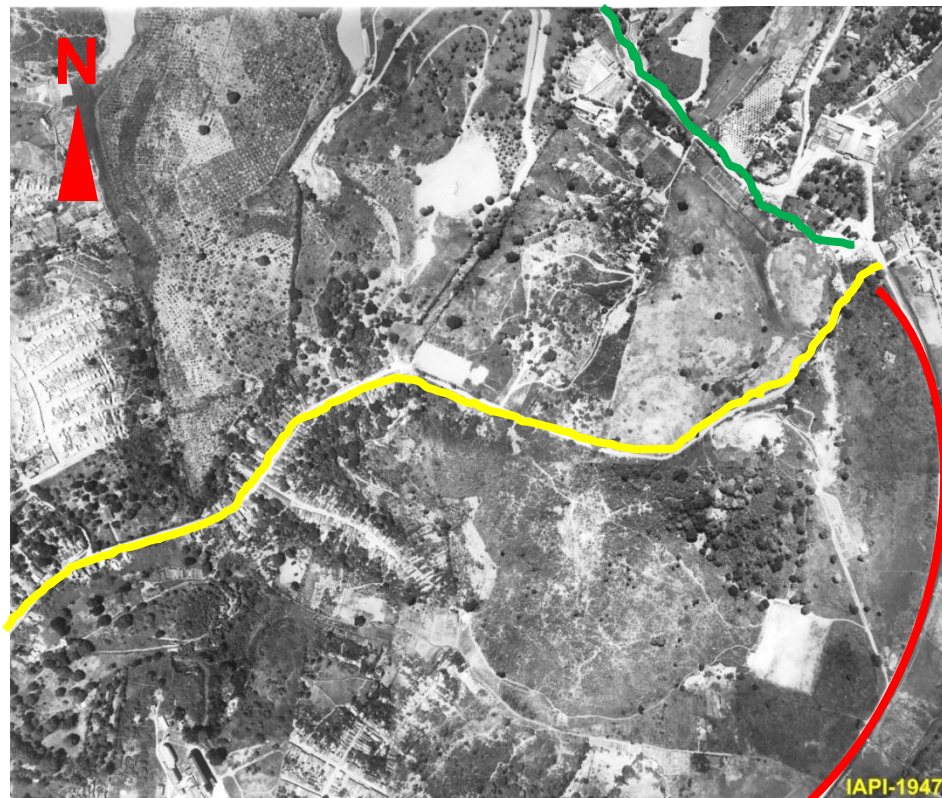
Fonte: CONDER, 1992. Adaptação Carvalho, 2018

Todo o processo de ocupação do solo da região originou-se a partir dos logradouros dispostos ao longo da Rua Conde de Porto Alegre desde meados da década de 1940, tendo sido impulsionados pela construção do Conjunto Residencial Salvador em 1948. Este modelo de crescimento e ocupação não foi muito diferente de outros bairros soteropolitanos, seguindo uma lógica de ocupação baseada no mercado especulativo fundiário capitalista. Conforme afirma Touraine (1982):

A divisão espacial do cidadão em morador, trabalhador e consumidor, apanágio do modelo civilizatório capitalista, é ampliada enormemente nos marcos do monopolismo avançado, refletindo simultaneamente a complexificação das relações de produção e o incremento de um crescimento urbano pautado na segregação socioespacial e na especialização espacial de funções. (TOURAINÉ, 1982, p.126)

Na foto aérea de 1947 (Figura 31) podemos visualizar, na linha amarela, a Rua Conde de Porto Alegre ainda como estrada de terra antes das obras do conjunto residencial do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Nas linhas vermelha e verde tem-se o que viriam a ser as Avenidas Barros Reis e a San Martins respectivamente. Nas demais áreas encontravam-se sítios, chácaras e fazendas.

Figura 31 – Vista aérea do bairro IAPI em 1947



Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador (PMS)

Após a construção do Conjunto Residencial Salvador foram surgindo, em decorrência do processo da especulação imobiliária, os loteamentos Jardim Eldorado e Jardim Vera Cruz ambos da segunda metade da década de 1950. Após este período, outros setores foram sendo implantados, a exemplo dos conjuntos residenciais financiados pelo BNH e construídos pela antiga incorporadora Ibramex, na década de 1960, e as invasões que compõem hoje a comunidade Nova Divinéia, Bem Amado, Brongo e Dom Lucas, nos vales e grotões, com o advento da implantação das avenidas de vale (Barros Reis e a San Martin). A Figura 32 apresenta o bairro do IAPI em 2017. A título comparativo com a foto de 1947 (Figura 31) inserimos a mesma legenda das principais vias na foto aérea de satélite processadas pela plataforma Google.

Figura 32 – Vista aérea do bairro IAPI em 2017



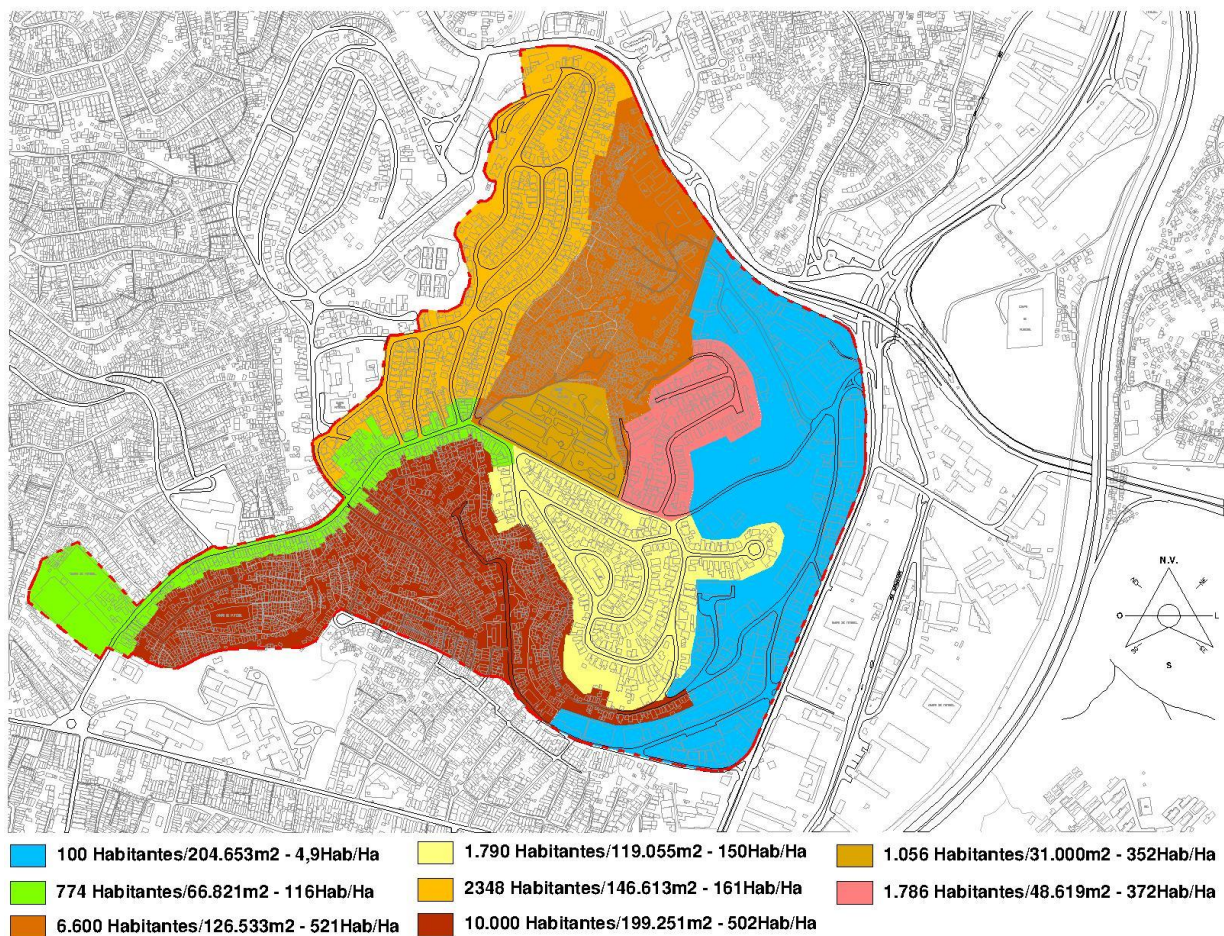
Fonte: Google Earth (2018), Adaptação Carvalho, 2018

De acordo com os dados do IBGE (2010) o IAPI possui uma população aproximada de 24.500 habitantes, ocupando a trigésima terceira colocação de um total de 163 bairros. Esta população está distribuída em uma área total de 1km<sup>2</sup> gerando uma densidade demográfica de 24,5 mil hab/km<sup>2</sup>, possuindo a trigésima sétima colocação entre os bairros de Salvador. A distribuição da população por faixas etárias encontra sua maior parcela entre os moradores de 15 a 64 anos com

71,88%, de 0 a 14 anos com 21,50% e os que possuem acima de 64 anos com 6,62%. O rendimento médio nominal mensal do bairro para pessoas com 10 anos ou mais de idade é de R\$571,51 ocupando a sexagésima oitava posição entre os bairros de Salvador.

A partir dos dados do IBGE (2010) projetamos uma estimativa da população do bairro, dividida pelos setores territoriais, gerando um mapa indicador de densidade populacional por hectare por setor (Figura 33).

Figura 33 – Densidade demográfica por setor territorial



Fonte: CONDER, 1992. Adaptação Carvalho, 2018

Pelo mapa podemos destacar que os setores com a maior densidade de moradores por hectare são os setores B e G formados respectivamente pela Comunidade Nova Divinéia e Bem Amado-Dom Lucas, os quais juntos são responsáveis por quase 68% da população do bairro com aproximadamente 16.600 moradores (Figuras 34 e 35).

Estes setores (B e G) são considerados Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de categoria ZEIS-1, de acordo com a Lei nº 9.069/2016 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador) da qual as definem como “assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares – habitados predominantemente por população de baixa renda e situados em terrenos de propriedade pública ou privada.”

Figura 34 – Comunidade Nova Divinéia



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 35 – Comunidade Bem Amado



Fonte: Carvalho, 2018

Na outra ponta, o setor D - que possui a maior área dentre a subdivisão dos setores desta pesquisa (204.653m<sup>2</sup>) - é formado em sua totalidade por galpões e imóveis de uso comercial como oficinas, garagens, postos de gasolina, concessionárias, serralherias e bancos - não ultrapassa a marca de 100 moradores por hectare. (Figura 36)

Figura 36 – Setor D – Galpões, garagens e oficinas



Fonte: Google Earth (2018)

Outro destaque é a densidade populacional do Conjunto Residencial Salvador (Setor F). A área do conjunto é de 31.000m<sup>2</sup> com uma população residente estimada em 1.056 habitantes. Esta densidade (352 habitantes por hectare) é considerada uma das mais baixas do bairro devido à concepção arquitetônica e urbanística do complexo que destinou aos moradores quase 27.700m<sup>2</sup> de área comum urbanizada do bairro (Figura 37).

Figura 37 – Conjunto Residencial Salvador



Fonte: Carvalho, 2018

Os loteamentos Jardim Vera Cruz e Jardim Eldorado, com densidades de 161 e 150hab/ha, respectivamente, possuem características de urbanização e infraestrutura similares e compõem juntos uma população estimada de 4.138 habitantes (17% da população do IAPI) distribuída em uma área total de 265.668m<sup>2</sup> (28% do total). A malha urbanizada destes setores é composta de ruas, quadras e lotes com área média de 300m<sup>2</sup> que acompanham a topografia das cumeadas do IAPI. As edificações dos loteamentos destacam-se pela qualidade construtiva oriunda de projetos arquitetônicos e técnicas de construção das décadas de 1960 e 1970 (Figuras 38 e 39).

Figura 38 – Padrão Jardim Eldorado



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 39– Padrão Jardim Vera Cruz



Fonte: Google Earth (2018)

O uso comercial e de serviços está concentrado nos limites nordeste e leste do IAPI (setor D), ao longo das avenidas de vale e até a escarpa leste da região, caracterizado por grandes terrenos destinados a galpões industriais, garagens, oficinas e fábricas, totalizando 21% da área total do IAPI. Este local, por estar voltado diretamente na saída do Retiro, nas proximidades da Rodovia BR-324, e por estar separado geograficamente do restante do bairro por uma grande escarpa propiciou-se a exploração destes terrenos como áreas industriais e de serviços durante a década de 1970. Até meados da década de 1990 empresas de ônibus tradicionais do mercado soteropolitano estavam instaladas no local como, por exemplo, a viação LM e a viação Bomfim.

Este setor muito pouco dialoga com o restante do bairro, se levar em consideração questões como identidade territorial ou marco visual no subconsciente coletivo dos moradores da região. Isto se deve a dois aspectos principais. O primeiro é a separação geográfica imposta pela topografia e o segundo pela rotina comercial destes estabelecimentos que são destinados única e exclusivamente para um fluxo circulante de público das avenidas Barros Reis e San Martins.

Atualmente este setor reflete traços paradoxais de abandono e decadência com incorporações de comércio e serviços sólidas como concessionárias e oficinas de veículos, restaurantes, fábricas de vidros, madeireiras, bancos, editoras, galpões de reciclagem e postos de gasolina conforme indicado nas Figuras 40, 41, 42 e 43.

Figura 40 – Imóveis Subutilizados



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 41 – Imóveis Subutilizados



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 42 – Comércio ativo setor D



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 43 – Comércio ativo Setor D



Fonte: Google Earth (2018)

As atividades de comércio e serviços que interagem diretamente com o dia a dia do bairro, principalmente com o setor residencial, encontram-se dispostos em sua grande maioria ao longo da Rua Conde de Porto Alegre (setor H). Sobre o aspecto histórico a rua já sediou filiais de grandes corporações como um das lojas da rede de supermercados Paes Mendonça na década de 1970 (atual rede Bom Preço/Walmart) e uma agência do Banco Econômico no fim de linha do IAPI até a primeira metade da década de 1990.

A distribuição espacial dos estabelecimentos situam-se deste o fim de linha do IAPI até o Largo do Tamarineiro e nesta faixa são encontradas inúmeras tipologias sendo muitas delas de uso misto, dos quais o pavimento térreo da residência é convertido para uso comercial. Mercadinhos, lanchonetes, lojas de roupas e calçados, bares, restaurantes, casas de materiais de construção, clínicas, padarias, farmácias, salões de beleza, bancas de revistas e pet shops são algumas das tipologias de empreendimentos encontrados na região. O Quadro 3 contém o

quantitativo realizado em novembro de 2017 dos estabelecimentos comerciais e de serviços ativos ao longo da rua.

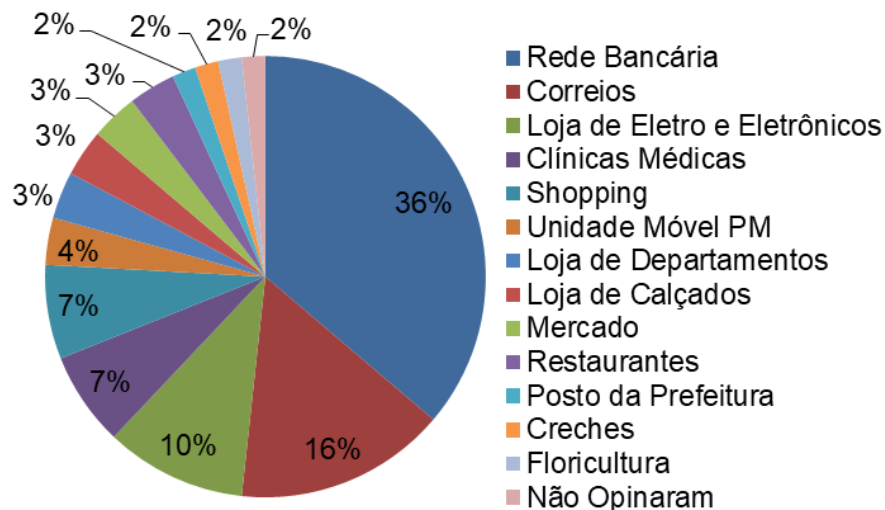
Quadro 3 – Estabelecimentos comerciais e de serviço ao longo da Rua Conde de Porto Alegre

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS AO LONGO DA RUA CONDE DE PORTO ALEGRE			
ESTABELECIMENTO	QUAN.	ESTABELECIMENTO	QUAN.
LOJA DE ROUPAS E CALÇADOS	13	SUPERMERCADOS	3
MERCADINHOS	11	RESTAURANTES	3
SALÃO DE BELEZA E BARBEARIAIS	9	CLÍNICAS E LABORATÓRIOS	3
CONSTRUÇÃO	8	OFICINAS	2
ARMARINHOS	8	ÓTICAS	2
LANCHONETES	5	REVENDA DE VEÍCULOS	2
BARES	5	ACADEMIAS	2
INFORMÁTICA/XEROX	5	CONFEITARIAS	2
PADARIAS	4	LOTERICAS	1
FARMÁCIAS	4	TV POR ASSINATURA	1
AÇOUGUES	4	HOTEIS	1
PET SHOPS	4	LOJA DE COLCHÕES	1

Fonte: Carvalho, 2018

A pesquisa realizada com os moradores do IAPI indica um índice satisfatório quanto à oferta de comércio e serviços na região, contudo a falta de redes bancárias, correios e lojas de eletro eletrônicos são as maiores queixas dos moradores conforme os dados apresentados na Quadro 4.

Quadro 4 – Comércio e serviços solicitados pelos moradores.



Fonte: Carvalho, 2018

Na confluência das ruas Conde de Porto Alegre, Jardim Vera Cruz e Cosme e Damião (Figuras 44 e 45) mantém-se ativa a feira de rua da qual existe desde a segunda metade da década de 1950 em uma área de loteamento do Jardim Vera Cruz. Neste local, as barracas e tendas ao ar livre transformaram-se em edificações

irregulares e verticalizadas à revelia e sem controle fiscalizador dos órgãos públicos que concentram em uma área de pouco mais de 2.000m<sup>2</sup> mercearias, açougues, salão de beleza, barbearia, loja de roupas, casa de material de construção, ponto de moto taxi, bares, restaurantes, espaço de eventos e academia de ginástica.

Figura 44 – Feira de Bairro IAPI - 2018



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 45 – Feira de Bairro IAPI - 2018



Fonte: Google Earth (2018)

Quanto ao uso educacional, um aspecto a ser destacado no IAPI é a significativa ocorrência de instituições de ensino público, no raio de alcance médio, não superior a 500 metros entre os setores do bairro. Do largo do Tamarineiro até o fim de linha do IAPI registramos o Colégio Estadual Álvaro Silva, que apesar de pertencer oficialmente ao bairro do Pero Vaz possui endereço oficial e principal acesso voltado à Rua Conde de Porto Alegre (setor H); o Colégio Estadual Ministro Pires de Albuquerque, historicamente inaugurado como Ginásio Estadual Ministro Pires de Albuquerque (GEMPA); situado no centro do Loteamento Jardim Eldorado (setor E) (Figura 46); a Escola Municipal Cardeal da Silva e o Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães, ambos situados no setor C, o Centro Municipal Semente do Amanhã, situado entre a comunidade Nova Divinéia e a Avenida San Martins (setor B); a Escola Municipal Dr. Marcus Vinícius Vilaça, situado entre as comunidades Bem Amado e Dom Lucas Moreira Neves (setor G); e a Escola Municipal Epifânia Silvia situada na Rua Elmano Silveira Castro da divisa do loteamento Jardim Eldorado (setor E) e o Brongo (setor G).

Na rede particular de ensino encontramos o Colégio Emmanuel Kant situado na Rua Conde de Porto Alegre (setor H), a Escola Pequeno Garcia na Rua Santo Antônio de Pádua (setor A), a Escola Arte e Vida situada na Rua São Jorge (setor A) e a Escola Adventista localizada na Rua Astrozildo Sepúlveda (setor C). No Quadro 5 registra-se o resumo das atividades de cada instituição de ensino no IAPI.

Figura 46 – Ginásio GEMPA Jardim Eldorado - 2018



Fonte: Google Earth (2018)

Quadro 5 – Resumo instituições de ensino no bairro do IAPI

CENTROS EDUCACIONAIS PÚBLICOS E PRIVADOS NO BAIRRO DO IAPI				
CENTRO EDUCACIONAL	CRECHE	ENSINO FUNDA.	ENSINO MÉDIO	SUPLETIVO
Colégio Estadual Álvaro Silva				
Colégio Estadual Ministro Pires de Albuquerque				
Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães				
Escola Municipal Cardeal da Silva				
Escola Municipal Semente do Amanhã				
Escola Municipal Dr. Marcus Vinícius Vilaça				
Escola Municipal Epifânia Silva				
Colégio Emmanuel Kant				
Escola Pequeno Garcia				
Escola Arte e Vida				
Escola Adventista				

Fonte: Carvalho, 2018

Quanto aos centros religiosos, de acordo com levantamentos em campo e por dados fornecidos pelo site <http://www.terreiros.ceao.ufba.br> foram identificados no IAPI aproximadamente duas dezenas de centros religiosos distribuídos, em quase todos os setores, o que demonstra uma característica ecumênica do mesmo. (Figuras 47, 48, 49 e 50). Conforme o levantamento registram-se as seguintes instituições:

- Igreja Messiânica Mundial do Brasil, a Igreja Apostólica Esperança e Vida e a Igreja Batista Restauração - Loteamento Jardim Vera Cruz (setor A);
- Terreiro Ilê Axé OpanigerekumOluaê. - Nova Divinéia (setor B);
- Igreja Adventista do Sétimo Dia - Loteamento Ibramex (setor C) (Figura 48);
- Igreja Católica São Paulo Apóstolo (Figura 47), a Igreja Batista Lírio dos Vales (Figura 47), a Igreja Adventista do Sétimo Dia e o Templo da Glória de Deus - Loteamento Jardim Eldorado (setor E)
- Terreiro Ilê FanfunKé, o Mutaazala de Unzambi e o Jyabarissa - comunidade Bem Amado e Dom Lucas.
- Igreja do Reino das Testemunhas de Jeová (Figura 49), a Igreja Batista Nacional Boas Novas (Figura 49), a Igreja Assembleia de Deus Primitiva Pão da Vida e o Centro Espírita da Seara de Cristo – CETRASC - ao longo da Rua Conde de Porto Alegre (setor H) (Figura 50).

Figura 47 – Centros religiosos



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 48 – Centros religiosos



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 49 – Centros religiosos



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 50 – Centros religiosos



Fonte: Google Earth (2018)

O IAPI não dispõe de unidades públicas de atendimento de saúde para seus moradores dentro de seus limites oficiais. Foi identificada aproximadamente uma dezena de clínicas particulares, distribuídas ao longo da Rua Conde de Porto Alegre (setor H) e no Jardim Vera Cruz (setor A). (Figuras 51 e 52).

Figura 51– Clínica médica



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 52– Clínica médica



Fonte: Google Earth (2018)

No entanto, na divisa oficial entre os bairros do Pau Miúdo, Santa Mônica e o IAPI existem importantes centros médicos e hospitais públicos de referência que dão suporte à população daqueles bairros. Nas proximidades do Largo do Tamarineiro, a exatos um quilometro do fim de linha do IAPI, encontramos o Hospital Especializado Mário Leal, o Complexo Hospitalar Cesar de Araújo do qual compõe a central de regulação da SAMU, o Hospital Geral Ernesto Simões Filho, o Hospital Especializado Octávio Mangabeira e a maternidade de referência Professor José Maria de Magalhães Neto. No bairro da Santa Mônica localiza-se o Hospital Espaço Bom Viver localizado na Rua Dr. Arlindo Teles que se interliga a Rua Conde de Porto Alegre a menos de 200 metros. No bairro da Caixa D'Água, a cerca de dois quilômetros do fim de linha do IAPI, localiza-se o Hospital Ana Nery.

Do ponto de vista geográfico, a proximidade dos centros de saúde pontuados acima proporciona ao IAPI opções importantes de atendimento ambulatorial e hospitalar para os moradores do Pau Miúdo e regiões adjacentes como o IAPI, Caixa D'água, Baixa de Quintas e Pero Vaz. No caso do IAPI o tempo de deslocamento de carro do fim de linha a qualquer um destes centros não passaria de 5 minutos em uma situação de emergência.

#### 4.3 Dilemas urbanos: segurança pública, mobilidade urbana e espaços públicos coletivos

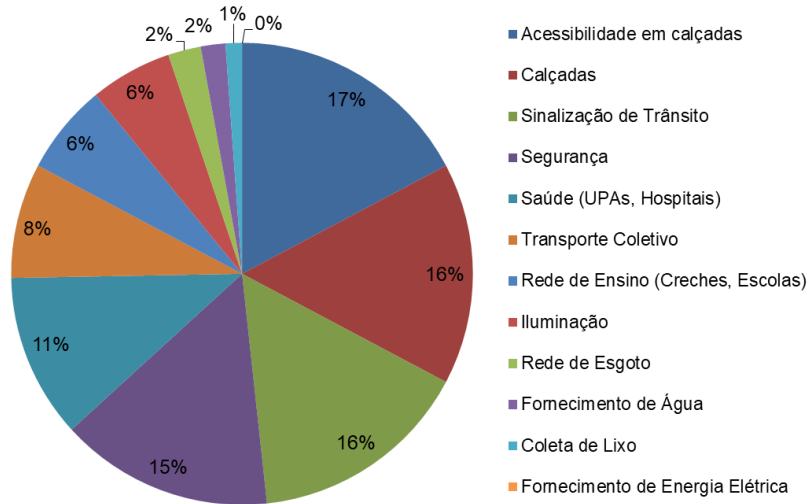
Os desafios para a prestação dos serviços públicos, infraestrutura e saneamento básico de qualidade não são novidade para a população que vive e trabalha nos bairros de qualquer capital brasileira.

Para auferir os principais problemas que o bairro enfrenta atualmente abordamos com os moradores acerca de três questões principais<sup>6</sup>. São elas: “Quais os serviços públicos e de infraestrutura são insatisfatórios no bairro?”, “Quais as vantagens de se morar no IAPI?” e “Quais as desvantagens de se morar no IAPI?” conforme apresentado nos Quadros 6, 7 e 8.

---

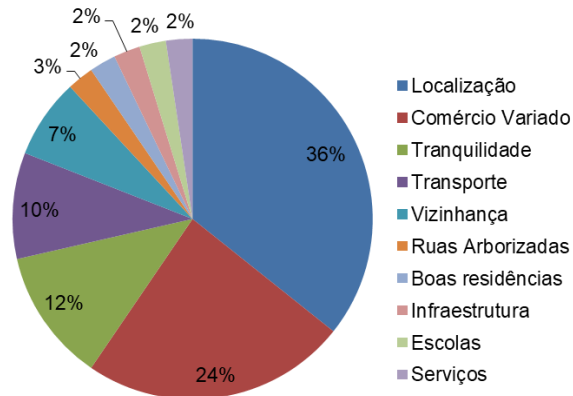
<sup>6</sup> Conforme aplicação de questionários, em pesquisa de campo realizada nos setores de análise.

Gráfico 6 – Serviços públicos satisfatórios



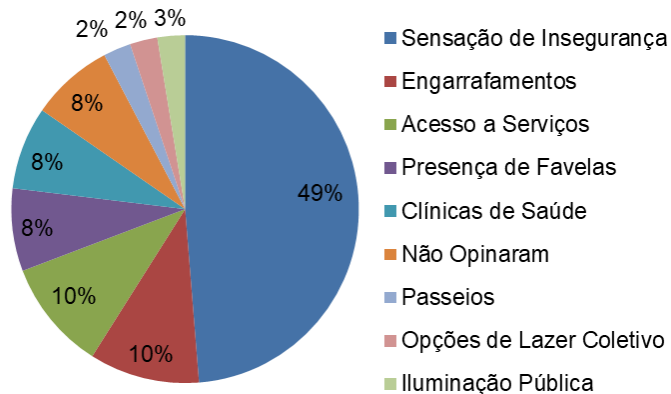
Fonte: Carvalho, 2018

Gráfico 7 – Vantagens de se morar no bairro



Fonte: Carvalho, 2018

Gráfico 8 – Desvantagens de se morar no bairro



Fonte: Carvalho, 2018

Com base nos quadros acima percebemos que a sensação de insegurança, engarrafamentos, inacessibilidade a ruas, travessas e calçadas estão entre as reclamações mais registradas pelos moradores. Em contraponto alguns consideram o IAPI tranquilo, localização satisfatória e com a presença de um forte e diversificado comércio local.

No tocante à segurança pública, de acordo com alguns entrevistados, o tráfico de drogas é o principal responsável pela onda de violência no IAPI. Os conflitos entre facções rivais, visando obter o controle da venda e uso de drogas no local, e o confronto destes com a polícia geram constantes tiroteios, assaltos e toques de recolher culminando em alguns episódios de queima de coletivos e a proibição dos mesmos de entrarem no bairro. A comunidade Nova Divinéia (setor B) e as comunidades do Bem Amado, Brongo, Dom Avelar e Rocinha (setor G) são controladas por estes grupos dos quais monitoram as principais entradas e saídas destes territórios.

Vale ressaltar que a questão da insegurança urbana não se restringe ao bairro do IAPI, sendo um problema que abrange todo o estado da Bahia, conforme veiculado na mídia:

De acordo com 11º Anuário de Segurança Pública divulgado no mês de outubro de 2017 a Bahia registrou em 2016 o maior número de mortes violentas intencionais no país, em números absolutos [...]. De 2015 para 2016, ainda conforme o levantamento, a variação da taxa de mortes violentas na Bahia aumentou 12,8%. Com relação às capitais, Salvador ficou em segundo lugar no número de mortes violentas intencionais, também em números absolutos - 1.349 mortes em 2016. A cidade perde apenas para a capital do Rio de Janeiro, que registrou 1.446 mortes no ano de 2016. A SSP-BA informou que reforça o empenho dos policiais no combate aos crimes contra a vida, sendo feito principalmente com maior foco na atuação dos traficantes, haja vista que, conforme o órgão, 80% das mortes tem ligação com essa prática criminosa (rivalidades e usuários que não pagam pelo consumo). (Brasil registra o maior número de assassinatos da história em 2016; 7 pessoas foram mortas por hora no país, Portal G1. 30/10/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/brasil-registra-o-maior-numero-de-homicidios-da-historia-em-2016-7-pessoas-foram-ssassinadas-por-hora-no-pais.ghtml>. Acesso em: 27/03/2018.

O IAPI dispõe de monitoramento de viaturas da 37ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM/Liberdade) e com o apoio de unidades da Companhia Independente de Policiamento Tático (CIPT), Rondesp BTS e da Operação Gêmeos e não dispõe de nenhuma unidade ou posto avançado fixo da corporação na região. Nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, o IAPI contava com um posto fixo da Polícia Militar comumente denominado de “módulo policial”- edificações pré-moldadas que abrigavam um efetivo máximo de quatro policiais por módulo (Figura 53).

Figura 53 – Módulo Policial



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 54 – Antigo local do módulo policial



Fonte: Google Earth (2018)

O posto foi construído adjacente ao muro do Conjunto Residencial Salvador na entrada da Rua Cosme Damião, principal acesso da Comunidade Nova Divinéia à Rua Conde de Porto Alegre. Hoje o local funciona como ponto de moto-taxistas e barracas. (Figura 54)

O uso dos módulos policiais, no decorrer do tempo, passou a ser questionado pela Polícia Militar que, em 2009 iniciou o fechamento destes equipamentos em toda a cidade, justificando que os policiais corriam risco de morte por estarem em locais considerados alvos fixos pelas ações dos bandidos sendo o uso de veículos radiopatrulha mais eficiente. Contudo, os moradores discordam desta estratégia por entenderem que as viaturas, por não terem um posto avançado de apoio no bairro, não circulam com a devida frequência - causando à população a sensação de insegurança.

Em virtude da sensação de insegurança e da repercussão dos delitos no IAPI, algumas reações já são percebidas por parte dos moradores, que buscam, no enclausuramento de espaços privados a solução para o problema de segurança

pública, isolando os setores de morada do bairro distanciando-o de uma unidade territorial com características de áreas isoladas, desertas e fragmentadas por setores fechados.

Podemos destacar alguns sinais de área desertas e fragmentadas em alguns pontos do bairro como, por exemplo, o Conjunto Residencial Salvador (setor F) que foi concebido sem fechamentos - seguindo a mesma filosofia do urbanismo das superquadras e unidades de vizinhança da corrente modernista - e teve seus limites fechados com muros na década de 1980 (Figura 55). No Jardim Eldorado (setor E) a Rua Dr<sup>a</sup> Maria Luiza de Azevedo foi fechada pelos moradores e já possui uma guarita com vigia e portão de acesso (Figura 56). No setor D as ruas são estéreis de movimentação de transeuntes e formadas por longos corredores murados. (Figuras 57 e 58).

Figura 55– Enclausuramentos



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 56 – Fechamento de rua pública



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 57– Área deserta setor D



Fonte: Carvalho, 2018

Figura 58 – Área deserta setor D



Fonte: Carvalho, 2018

A fragmentação também ocorre sem muros. É o caso das comunidades pertencentes às ZEIS dos quais o acesso é vigiado pelos traficantes que dominam estes territórios e julgam quem deve entrar e sair da localidade.

Contudo, ainda com base nos resultados dos dados pesquisados, o IAPI é considerado, para alguns, um bairro relativamente tranquilo, pois muitos dos entrevistados já consideram que a violência já faz parte do cotidiano citadino e que não faria diferença caso se mudassem para outro local.

Quanto à mobilidade urbana, conforme abordado no sistema viário, a Rua Conde de Porto Alegre que surgira como uma estrada de terra para o acesso a chácaras e sítios no início do século XX se transformou de via local para via coletora em menos de um século, em virtude do crescimento acelerado da cidade e de novas demandas por habitação.

Com isso é constante encontrarmos engarrafamentos a qualquer hora do dia e início da noite combinado com o grande fluxo de pedestres disputando passo a passo o seu espaço com os veículos. De acordo com as normas de acessibilidade (NBR-9050) e pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503, registra-se para a Rua Conde de Porto Alegre: sinalização de trânsito inadequada ou inexistente; ausência de faixas de travessia principalmente no final de linha do IAPI; calçadas não adaptadas para portadores de mobilidade reduzida e ocupadas pelo comércio informal como bancas de revistas e lanches que foram introduzidas ao longo dos anos em virtude da proximidade do fim de linha. (Figuras 59 e 60).

Figura 59 – Invasão de calçadas



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 60 – Invasão de calçadas



Fonte: Google Earth (2018)

Nas vias locais internas dos loteamentos Jardim Vera Cruz (setor A), Parque SanMartin/Ibramex (setor C), Jardim Eldorado (setor E) e o Conjunto Residencial Salvador (setor F) a disputa entre veículos e pedestres é mais moderada com as calçadas em sua maior parte livres de obstruções e alguns já adaptados às normas de acessibilidade. (Figuras 61 e 62).

Figura 61 – Calçadas livres



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 62 – Calçadas livres



Fonte: Google Earth (2018)

Na comunidade Nova Divinéia (setor B) e Bem Amado/Dom Lucas (setor G) pertencentes às ZEIS do município, as vias principais que permitem o tráfego de veículos são estreitas com variações de largura e desenvolvem-se de acordo com o histórico de ocupação e dos limites dos recuos das residências adjacentes a via. Além disso, elas não atendem à maioria das residências que em sua maior parte estão implantadas nos morros e em configurações construtivas de verticalização sem orientação técnica (Figuras 63 e 64).

Figura 63 – Acessos irregulares nas ZEIS



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 64 – Acessos irregulares nas ZEIS



Fonte: Google Earth (2018)

Quanto à acessibilidade às moradias, embora em alguns trechos as vias sejam pavimentadas e urbanizadas, é precária devido aos desníveis topográficos dos sítios de implantação das residências onde o acesso se faz por becos, travessas e longos corredores irregulares com a uso de escadarias drenantes, caminhos e rampas cimentadas diretamente no solo por longos trechos reduzindo a permeabilidade do terreno facilitando o fenômeno das enxurradas. Estas limitações físicas dificultam a entrada e saída de qualquer serviço público ou privado em

algumas localidades como, por exemplo, o traslado de pessoas enfermas ou entregas de encomendas e correspondências.

Dos setores pesquisados apenas as comunidades Nova Divinéia e Bem Amado/Dom Lucas possuem espaços comunitários urbanizados pela prefeitura em seu interior contendo quadra poliesportiva e uma pequena praça da qual os moradores da localidade desfrutam deste espaço com equipamentos de lazer e ginástica para todas as faixas etárias. O espaço público da Nova Divinéia (Figura 65) provinha extensão do antigo campo de futebol do Conjunto Residencial Salvador, já a da Comunidade Bem Amado/Dom Bosco (Figura 66) é o resultado de uma pequena melhoria em uma rotatória para veículos e um pequeno campo de futebol que foi convertido para quadra poliesportiva.

Figura 65 – Áreas comuns na ZEIS



Fonte: Conceição, 2018

Figura 66 – Áreas comuns na ZEIS



Fonte: Google Earth (2018)

Contudo, essas áreas são praticamente inacessíveis para moradores de outros setores do IAPI. A principal razão é, obviamente, do fato do local ser constantemente vigiado por facções do tráfico de drogas que impedem o acesso de pessoas não conhecidas na localidade. Outra razão se deve ao fato dos locais não possuírem localização geográfica estratégica de articulação de fluxo para outros setores e acessibilidade adequada para uma circulação constante de pessoas de áreas adjacentes - o que acaba desestimulando o uso mesmo se não existissem os problemas de segurança.

Com relação aos entrevistados, 93% concordam e defendem a importância que espaços de uso coletivo como praças, calçadas, ciclovias e jardins tem para o bairro. Contudo, estes dados levantam questões sobre como os espaços de uso coletivo estimulam, provocam e enriquecem novas relações sociais que não se limitam apenas a reuniões de condomínio.

Os espaços de uso coletivo são palcos catalizadores de encontros, eventos e movimentos de organizações sociais, para o que Marcelo Lopes de Souza chama de “ativismo de bairro”. Apesar do contexto da frase “ativismo de bairro” estar relacionado ao conflito de luta de classes sociais pelo autor, por outro lado, estas ações geram oportunidades de união e simbiose da comunidade em prol de interesses comuns dando identidade e voz a um território. Conforme afirma Marcelo Lopes de Souza:

A comunidade é um referencial insuficiente, do ponto de vista político, pois pode bem ser usado para encobrir ideologicamente diferenças e conflitos. É, todavia, um referencial necessário, pois o encontro e o diálogo são requisitos para a formação de um projeto comum, para a mobilização e, finalmente, para a humanização do Espaço e da vida. O encontro precisa, naturalmente, ser preenchido pelas relações sociais e projetos que lhe definirão o perfil efetivo. E o encontro só é possível, em condições normais, quando o ritmo de vida e o modo de vivência do Espaço o permitem – na rua, na praça, espontaneamente. (SOUZA, 1988, p.165)

A partir dos resultados apresentados acima, e com base na matriz teórica adotada neste estudo, podemos inferir que a existência de áreas urbanas “desertificadas” e de núcleos residenciais isolados no IAPI é consequência direta da segregação socioespacial e da apropriação privada dos terrenos arrendados de antigas fazendas e chácaras da região, seguindo a lógica do capital especulativo imobiliário.

Esta questão pode ser facilmente identificada, principalmente, nos loteamentos, Jardim Vera Cruz (setor A), Jardim Eldorado (setor B) e Parque San Martin/Ibramex (setor C) que, apesar da razoável qualidade construtiva individual dos imóveis, apresenta uma baixa qualidade projetual. Este fato é importante de ser destacado considerando-se a que a localidade recebeu dez anos antes da implantação desses loteamentos um imponente conjunto residencial, que tinha como uma de suas principais diretrizes conceituais a valoração de espaços de uso coletivo em grande escala e traçado arquitetônico arrojado para a época. Pelas características anteriores e por estar posicionado no fim de linha de uma localidade inóspita, naquele período, o Conjunto Residencial Salvador tornou-se, automaticamente, um “ponto nodal” e um “marco visual” (LYNCH 2006, p.52-53) simultaneamente tornando-se para seus moradores, vizinhos e visitantes uma paisagem edificada com alta carga de “legibilidade” (LYNCH 2006, p.3).

Apesar da presença deste conjunto como referência para outros empreendimentos, os terrenos potencialmente edificáveis do futuro bairro foram totalmente ocupados e densificados por edificações, passeios e vias, sem nenhum tipo de reserva técnica ou abertura de espaços públicos de uso coletivo.

Estes fatos, associados, possivelmente, à falta de rigidez na aprovação destes empreendimentos, resultaram na ausência de reservas ou cotas mínimas de espaços públicos abertos demonstrando a busca incessante dos incorporadores imobiliários em auferir, ao máximo, o lucro gerado pela venda de toda a área para uso residencial.

Além disso, outra face, ainda mais perversa, culminou por selar o processo da perda de identidade territorial do bairro. As áreas ocupadas pela população de baixa renda descritas e identificadas nesta pesquisa foram produzidas pelo “descaso pensado” do poder público a partir de uma lógica da exclusão social, principalmente nos grandes centros urbanos, mediante a absorção de mão de obra barata expulsa do campo pelo processo de mecanização e “modernização”. Desprovidos de atendimento mediante a implantação de políticas públicas sociais (saúde, educação, segurança e habitação) ocuparam os terrenos lindeiros e, pelo processo de autoconstrução, constituíram as comunidades Nova Divinéia, Rosinha (setor B) e Bem Amado, Dom Lucas (setor G).

O resultado é segregação socioespacial do bairro “dormitório”, desprovido de espaços públicos de lazer e de áreas para convergência social. A combinação dessas faces de segregação contribuiu para o aumento de problemas sociais como o analfabetismo e a criminalidade, principalmente nos setores mais carentes, gerando conflitos entre os demais setores de análise, com disseminação de preconceitos, desconfiança e medo. A ausência de espaços públicos, aliado aos conflitos e dilemas urbanos enfrentados entre os setores “esterilizaram” a possibilidade histórica de construção de um ativismo de bairro que poderia desdobrar-se em relações mais sólidas de pertencimento entre os moradores e o bairro como um todo. O que se constata, entretanto, são o aquartelamento e a ruptura dos laços de vizinhança por muros, grades, correntes, cones, guaritas e rádio transmissores esvaziando o urbano em horários determinados pelo “toque de recolher”. Del Rio expressa-se neste sentido que:

[...]constantemente e não sem razão, os cidadãos expressam o seu descontentamento ou descuido para como o meio ambiente construído das cidades, particularmente em se tratando das comunidades menos afluentes da sociedade. [...] Em seu cotidiano de espaços, equipamentos e serviços urbanos, elas sentem diretamente os impactos da qualidade ambiental, desde aqueles relativos à complexa problemática dos transportes urbanos até a baixíssima *performance* ambiental dos bairros de periferia, conjuntos habitacionais, hospitais, escolas públicas, dentre outros. (Del Rio 1996, p.IX)

Kevin Lynch (2006, p. 5) reforça essa ideia quando afirma que: “Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo a sua volta. Isso é o extremo oposto do medo que decorre da desorientação.”

O que denominamos bairro IAPI, portanto, pode ser considerado, apenas, um setor administrativo da cidade fragmentado, ou um conjunto de lugares, que forjaram histórica e morfologicamente a delimitação oficial do mesmo. Os setores de análise (a exceção do setor D) possuem traços de espaços dotados de identidade territorial tendo em vista que se tornaram lugares de refúgio, vivência, pertencimento e são defendidos politicamente por ações de melhoria pelo seu grupo social.

## **5. DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DE BAIRRO NO IAPI**

Neste capítulo serão abordados os desafios e possibilidades para a construção da identidade territorial de bairro no IAPI, a partir da avaliação da relação de pertencimento dos moradores dos setores de análise que compõem a localidade, além de reflexões sobre a importância do espaço público como possível coadjuvante nas relações sociais cotidianas do meio urbano, fomentando a discussão e construção de uma comunidade representativa e consciente do seu direito à cidade. Por fim, será apresentado um estudo propositivo de intervenções urbanísticas promovendo a discussão de novos usos e a inclusão de espaços de uso coletivo como catalizadores para a construção dessa identidade.

### **5.1. A relação de pertencimento dos moradores dos setores de análise com o IAPI**

A partir das conclusões do capítulo anterior identificamos que o bairro IAPI é fragmentado em setores que se tornaram lugares de “refúgio” de seus moradores demonstrando traços de identidade territorial em contraponto ao bairro. Esta fragmentação é sentida, de certo modo, pela esparsa articulação comunitária e política que seus moradores têm com o bairro, sendo possível identificar apenas eventos pontuais distribuídos de forma heterogênea entre os respectivos setores.

A fragmentação pode ser sentida, também, nos fenômenos de interação social morador-bairro como, por exemplo, no período junino onde é possível presenciar crianças e adolescentes brincando e interagindo com fogos de artifício dentro do Conjunto Residencial Salvador (setor F), na praça central da Nova Divinéia (setor B) e nas largas ruas dos loteamentos Jardim Vera Cruz (setor A) e Jardim Eldorado (setor E). Eventos musicais populares também são comuns, mas sem uma dimensão de bairro, sendo restritos, apenas, a bares e casas de shows particulares onde a divulgação é feita em redes sociais do bairro com a apresentação de bandas de samba e pagode que oferecem entretenimento ao público de menor faixa etária.

Os eventos sociais que efetivamente convergem os moradores dos setores do IAPI podem ser identificados na temporada de voo de arraias e pipas, entre os meses de agosto e novembro, na localidade onde, segundo Lucio Marcelo, morador

do IAPI há 50 anos, crianças, adolescentes e adultos disputam nas lajes, telhados e marquises das residências o melhor posto de visão para as disputas aéreas. Outro exemplo são os bares e restaurantes distribuídos em alguns setores onde empresários e microempreendedores apostam em manter as noites boêmias e gastronômicas vivas, ainda que à “sombra” da insegurança e violência. Apesar de serem pontos comerciais privados esses locais são “catalizadores” de convergência para encontros sociais e de vizinhos<sup>7</sup>.

Eventos religiosos e de integração social dos fiéis também são realizados no bairro, com alcance significativo na região como a marcha musical dos evangélicos e a quermesse da Igreja Católica São Paulo Apóstolo onde é realizado há 11 anos o mocotó do Padre Valson Sandes à frente da paróquia no Jardim Eldorado no fim de linha do IAPI. Este evento, em especial, chega a mobilizar em torno de 3 mil pessoas que, além de degustarem o famoso prato, participam de sorteios, atividades sociais e musicais com show de bandas e caraoquês. (Figura 67)

Outro ponto de conversão de moradores do IAPI são as partidas de futebol da agremiação Esporte Clube Tejo que há mais de cem anos promove no IAPI e adjacências campeonatos de futebol amador e de veteranos além de ceder o espaço a eventos e shows para o entretenimento social

Figura 67 – Quermesse da igreja Católica local



Fonte: Correio da Bahia (2017)

Figura 68 – Campo do Tejo



Fonte: Correio da Bahia (2017)

---

É o caso de empreendedores como a empresaria Angelimar Trindade - moradora do Loteamento Jardim Vera Cruz há 55 anos, baiana de acarajé por profissão, que conduz na garagem de sua casa o “Acaragel” ponto gastronômico bastante procurado por moradores do bairro e de outras localidades.

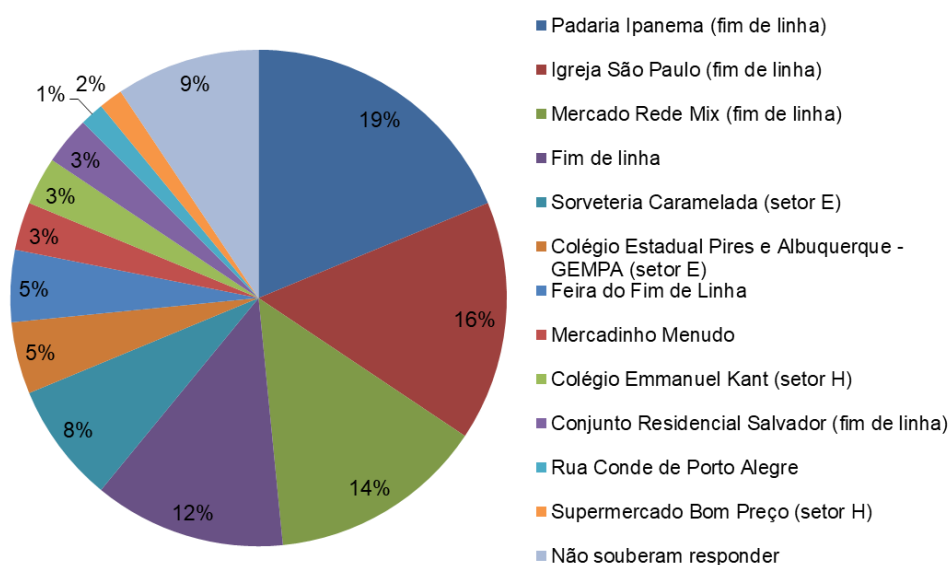
na região. A agremiação possui um campo de futebol próprio na entrada IAPI próximo ao Largo do Tamarineiro e oferece aos seus associados cursos de corte e costura, culinária e seresta aos associados de terceira idade. (Figura 68)

De acordo com as entrevistas realizadas identificamos que quando questionamos aos moradores “O que é um bairro?” - 34,3% respondeu que se trata de um “conjunto de casas, comércio e serviços”; 20% que é “uma comunidade” e 11,4% como um “setor de morada”. Um detalhe é que apenas 8,6% respondeu que o bairro é uma parte da cidade.

Quanto à pergunta sobre a história do nome do bairro 67,7% dos entrevistados fez referência ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e do Conjunto Residencial Salvador. Um detalhe a ser observado é que quase a totalidade das respostas foi dada por moradores com faixa etária acima dos 50 anos.

Sobre marcos visuais e pontos nodais do bairro questionamos aos entrevistados sobre os principais pontos de referência presentes em suas percepções. Como resultado obteve-se alguns pontos comerciais; a igreja católica São Paulo Apóstolo e o fim de linha como os mais votados. Um detalhe interessante é a baixa referência ao Conjunto Residencial Salvador pelo peso histórico que possui e do próprio tamanho de sua localização (Quadro 9).

Quadro 9. – Pontos de referência do bairro.

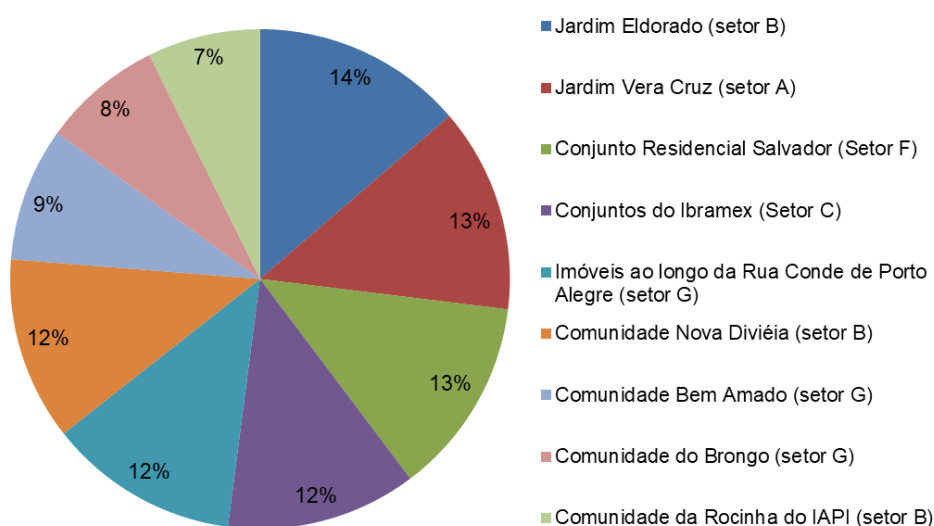


Fonte: Carvalho, 2018

O resultado anterior demonstra que a percepção dos moradores está diretamente ligada às suas rotinas diárias de circulação e que o contato visual do ambiente construído a sua volta se presta ao atendimento direto de suas necessidades de consumo e deslocamento.

Quanto à percepção subjetiva dos moradores sobre quais setores compõem o bairro IAPI identificamos que a maioria elencou que todos os setores apresentados compõem oficialmente o bairro. Contudo, parte dos entrevistados não considerou que a comunidade Bem Amado/Dom Lucas e Brongo pertencentes ao setor G e a comunidade Rocinha do IAPI do setor B fazem parte do território do IAPI. (Quadro 10)

Quadro 10 – Regiões de morada que compõem o bairro IAPI



Fonte: Carvalho, 2018

Em parte é possível entender esta percepção porque alguns moradores consideram o setor G (que faz parte da ZEIS Antônio Balbino) uma parte não visível na rotina do bairro. Alguns consideram que ele seja parte integrante do bairro do Pau Miúdo. Isto se deve ao fato de que este setor encontra-se “ofuscado” atrás dos imóveis de cumeada do Jardim Eldorado (setor E) ao norte, da Rua Conde de Porto Alegre (setor H) a oeste e, a leste, situado em terreno de declive ao encontro da Avenida Barros Reis.

Ao sul, o setor G faz limite com o bairro do Pau Miúdo, conforme delimitação dos bairro de Salvador. Esta peculiaridade indica que este setor está no ponto cego das percepções visuais e subjetivas dos moradores do entorno. O acesso a este setor se faz pelas estreitas ruas Vila Antônio Balbino, Floresta e Fernando Leal além de travessas transversais à Rua Conde de Porto Alegre onde identificamos dificuldades na acessibilidade de veículos maiores e prestadores de serviço para as residências mais internas. Na Figura 69 podemos identificar a esquina de uma das travessas de acesso ao setor G com a Rua Conde de Porto Alegre por onde anúncios e comunicados informais de moradores são feitas devido à falta de acesso e visibilidade pública de suas vias e acessos.

Figura 69 – Anúncios improvisados



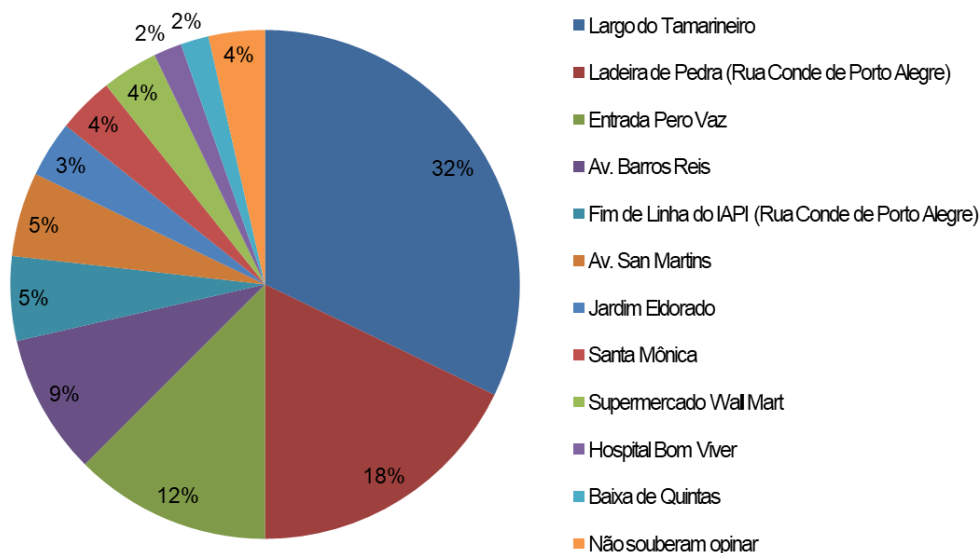
Fonte: Carvalho, 2018

Quanto à percepção dos entrevistados de outros setores em relação à comunidade Rocinha do IAPI pertencer ou não ao território, se deve ao fato desta já estar integrada à comunidade Nova Divinéia. Conforme vimos no Capítulo 2 esta localidade originou-se na década de 1930 ao lado de um açougue às margens da atual Avenida San Martin e foi integrada na década de 1970 com a comunidade Nova Divinéia, que ocupou toda a cumeada do terreno da antiga autarquia do IAPI no surto de favelização da cidade no período.

Quanto à noção dos limites territoriais do bairro identificamos como principais marcos sensoriais de fronteira: o Largo do Tamarineiro; o trecho final da Rua Conde de Porto Alegre, popularmente denominado Ladeira de Pedra; a entrada do Pero Vaz e a Avenida Barros Reis. (Quadro 11). Esses pontos de referência são

justificáveis em virtude de serem paisagens urbanas relacionadas aos acessos principais de entrada e saída do bairro, podendo-se concluir que a rotina diária de deslocamento fundamenta a escolha.

Quadro 11 – Limites territoriais do bairro pelos moradores



Fonte: Carvalho, 2018

Quando questionados acerca da primeira impressão dos setores vizinhos ao seu local de moradia, pudemos identificar que a “urbanização desordenada” e a “insegurança” foram as respostas mais comuns dos moradores. Afirmações como segregação socioespacial e carência de infraestrutura também foram reportados nesta enquête. Nesse sentido, as respostas obtidas demonstram que os moradores tem uma noção coletiva de que os efeitos de um planejamento urbano inadequado ou insuficiente por parte do poder público, associado ao processo de segregação sócio espacial são fatores integrantes dos dilemas urbanos locais vivenciados por eles.

Quando questionados se teriam interesse de se mudar do bairro, 67,7% afirmaram que não se mudariam. Deste universo, a maioria justificou a resposta pelo fato do bairro possuir localização relativamente satisfatória, e por ser bem servido de estabelecimentos comerciais e de serviços, em comparação aos bairros vizinhos. Quanto ao problema da violência, muitos se posicionaram que o problema existe, mas é uma realidade corrente de toda a cidade de Salvador, e que não faria muita diferença se fossem para outra localidade nas mesmas condições financeiras que se encontram hoje.

O setor D praticamente não foi relatado nas entrevistas e acreditamos que a razão esteja atrelada a três fatores principais: o primeiro por estar geograficamente instalado e separado dos demais setores pela topografia. O segundo fator por abranger tipologias de uso do solo peculiares como galpões industriais, garagens, oficinas, concessionárias de automóveis e postos de gasolina. O terceiro e último fator refere-se ao fato de que toda a rotina diária deste setor está direcionada para a Avenida Barros Reis, sem conexão direta com o bairro.

A vivência do (e o apego ao) bairro conquanto seja de certo modo única para cada indivíduo, necessariamente consiste num terreno mais ou menos comum para todo um conjunto de indivíduos, os quais veem assim suas imagens mentais se aproximarem e se superporem a ponto de possibilitar a comunicação.(...) Os limites do bairro podem ser imprecisos, podem variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a intersubjetividade, para uma ampla intercessão de subjetividades individuais. (SOUZA, 1989, p.150).

Em suma, podemos inferir que a totalidade dos entrevistados considera-se inserida dentro dos limites territoriais do bairro IAPI. Contudo, essa percepção se restringe apenas ao aspecto físico. Vale ressaltar que a percepção da inclusão, ou não, de outros setores varia em função da proximidade visual e física de cada setor com seu vizinho. e da infraestrutura de comércio e serviços públicos e privados disponíveis.

Os moradores de setores implantados nas cumeadas como o Jardim Vera Cruz (setor A), parte alta da comunidade Nova Divinéia (setor B), Parque San Martin/Ibramex (setor C) Jardim Eldorado (setor E) e o Conjunto Residencial Salvador (setor F) consideram-se inseridos no bairro IAPI. Contudo, constatamos que esta percepção vai diminuindo quando mencionamos parte dos setores que se encontram fora da área de influência da Rua Conde de Porto Alegre, do fim de linha do IAPI e da proximidade das divisas com bairros vizinhos como a Santa Mônica e Pero Vaz. LYNCH (2006, p.78) afirma que:

Não é incomum um tipo de bairro com um núcleo forte e cercado por um gradiente temático que vai desaparecendo aos poucos. Às vezes, de fato, um ponto nodal forte pode criar uma espécie de bairro numa zona homogênea mais ampla, simplesmente por “radiação”, ou seja, pela sensação de proximidade com o ponto nodal.”

A partir da pesquisa constatou-se que parte da comunidade Nova Divinéia (setor B) situada próxima a Avenida San Martin e a comunidade Bem Amado/Dom Lucas (setor G) não se consideram parte integrante do IAPI. Eles demonstram uma maior preocupação para a solução das necessidades e dilemas internos de suas comunidades, do que em relação ao bairro como um todo. Além disso, o desconhecimento dos limites territoriais oficiais de cada bairro por parte da população é comum, considerando-se que a separação entre eles é, em muitos casos, imperceptível, sendo constituída pelo eixo das vias, conforme indicado nas Figuras 70 e 71.

Figura 70. – Limites IAPI X Santa Mônica



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 71 – Limites IAPI x Pero Vaz



Fonte: Google Earth (2018)

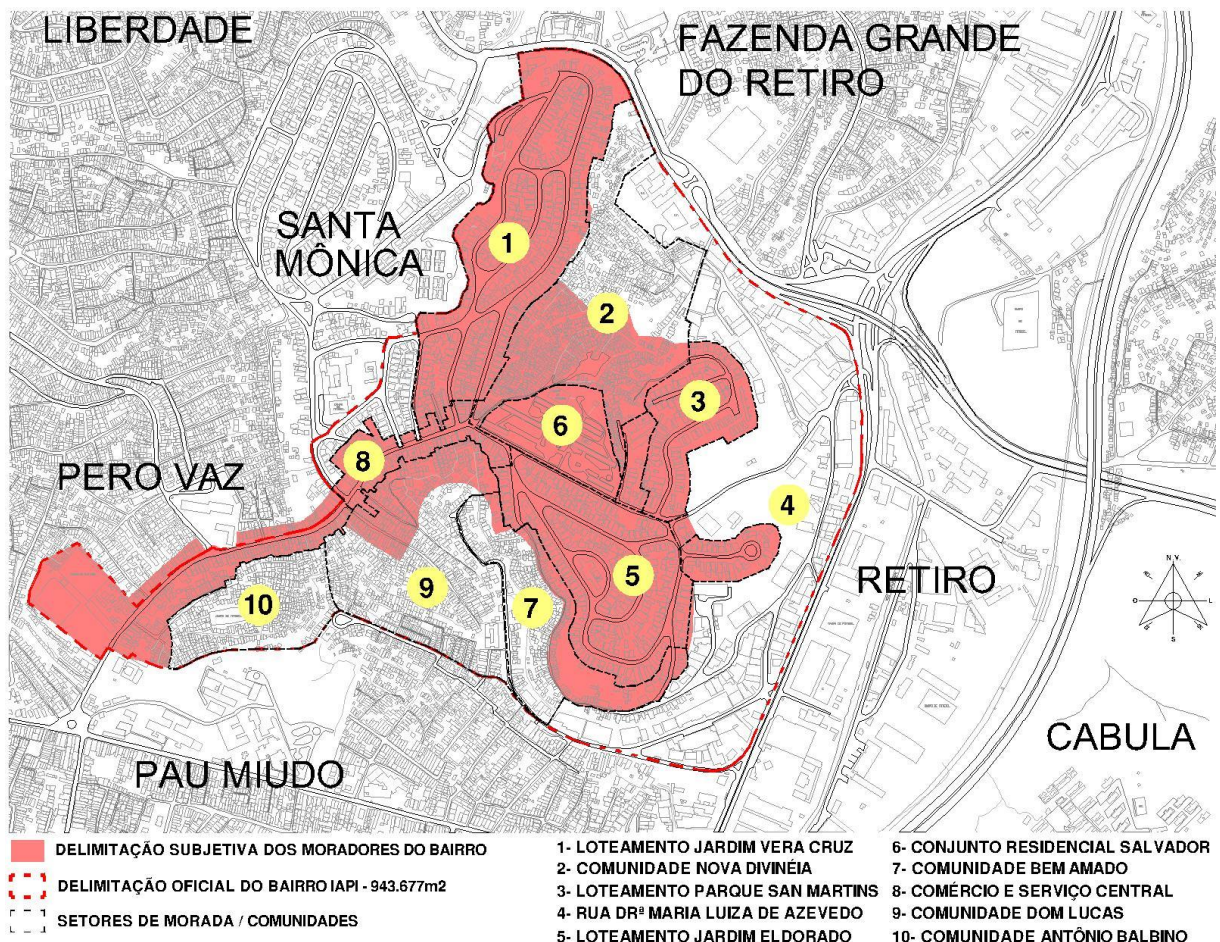
O que podemos inferir é que os dados apresentados traduzem laços de pertencimento dos moradores, em sua maior parte, mais sob o aspecto locacional, do que emocional, político ou de domínio. Há os que se remetem ao passado, afirmando que o IAPI “foi bom um dia”, mas que “não é mais como antes”. O bairro é visto como uma região que os contém e é considerado e sentido também, na maior parte do tempo, a partir da satisfação de suas necessidades diárias, como pegar um ônibus, ir à padaria ou no mercadinho, por exemplo.

Nesse sentido, o ativismo de bairro ficou reduzido (ou fragmentado) às mobilizações e ações comunitárias na defesa dos interesses imediatos dos

respectivos setores, onde a própria morfologia e topografia facilita a solução destas reivindicações. Os raros eventos sociais de convergência, conforme exposto acima, aliado à falta de espaços públicos reduzem a percepção de união e cumplicidade entre os moradores do bairro delegando aos respectivos setores a última fronteira de um ativismo comunitário.

A Figura 72 apresenta uma representação gráfica das delimitações do bairro IAPI, elaborada com base nas percepções subjetivas dos moradores que se declararam parte integrante do bairro. Sobre esta figura, lançamos os setores que efetivamente representam para os seus moradores espaços de vivência, lugares de refugio e identidade territorial.

Figura 72 – Percepção subjetiva do bairro pelos moradores



Fonte: CONDER, 1992. Adaptação Carvalho, 2018

## 5.2. O espaço de uso coletivo como possibilidade para a construção da identidade territorial de bairro

As relações e o encontro casual dos cidadãos em “ágoras” públicas, através de uma simples ida à padaria, ao mercado, ao barbeiro, no botequim são fenômenos sociais da dinâmica urbana que sinalizam a vitalidade e a oxigenação do território urbano, como meio de gerar oportunidades de expor conflitos e discussões cotidianas sobre qualquer assunto como a política, esportes, segurança, ou melhorias para o bairro. A ausência desses “palcos” sociais asfixia e oculta as probabilidades de exposição de uma territorialidade que ali existe frente à cidade. Conforme afirma Souza (1989):

A comunidade é um referencial insuficiente, do ponto de vista político, pois pode bem ser usado para encobrir ideologicamente diferenças e conflitos. É, todavia, um referencial necessário, pois o encontro e o diálogo são requisitos para a formação de um projeto comum, para a mobilização e, finalmente, para a humanização do espaço e da vida. O encontro precisa, naturalmente, ser preenchido pelas relações sociais e projetos que lhe definirão o perfil efetivo. E o encontro só é possível, em condições normais, quando o ritmo da vida e o modo de vivência do espaço – na rua, na praça, espontaneamente o permitem. (SOUZA, 1989, p.165)

Como vimos nos capítulos anteriores apenas a comunidade Nova Divinéia (setor A) e a do Bem Amado/Dom Lucas (setor D) possuem espaços públicos comunitários de 1.000m<sup>2</sup> de área, cada, que englobam uma pequena praça, quadra poliesportiva, parque infantil e equipamentos de ginástica (Figuras 73 e 74).

Figura 73 – Área comum Nova Divinéia



Fonte: Conceição, 2018

Figura 74 – Área comum Bem Amado



Fonte: Google Earth (2018)

Identificamos que esses espaços são verdadeiros oásis na realidade do bairro e geograficamente adaptados como subproduto de áreas remanescentes de circulação de veículos e estacionamentos. Desfrutados apenas pelos moradores locais, são quase inacessíveis aos moradores dos outros setores territoriais, em virtude da auto segregação e insegurança tornando-se, assim, áreas comuns privadas dentro de um contexto de fragmentação urbana sem muros.

Situação similar é a praça central interna do Conjunto Residencial Salvador. Com quase 3.200m<sup>2</sup> bem arborizada e integrada aos edifícios é a mais generosa área de lazer e de contemplação do IAPI. Contudo, tornou-se privada dos moradores do conjunto no processo de enclausuramento com muros na década de 1980. (Figura 75)

Figura 75 – Praça do Conjunto Residencial Salvador



Fonte: Carvalho, 2018

O que se pode observar é que a existência das atuais áreas comuns que se encontram pulverizadas em alguns setores de moradia do bairro não possuem atratividade de convergência social que possam fomentar ou alterar rotinas, encontros, redes de contato e pertencimento. Os efeitos da fragmentação urbana oriundos de uma segregação sócio espacial histórica foram devastadores do ponto de vista do fortalecimento de redes sociais solidificando “ilhas” territoriais com pouca margem de interação entre os mesmos.

Alguns ensaios de ativismo de bairro podem ser percebidos em situações estritamente pontuais e, às vezes, polêmicas como as frequentes queimas de pneus e ônibus coletivos pela comunidade, na tentativa de chamar a atenção dos canais de imprensa sobre o aumento da violência, ou em eventos patrocinados por igrejas,

bandas ou agremiações esportivas onde ocorre, naturalmente, a convergência de pessoas.

As manifestações mais constantes de insatisfação da população se revelam em um plano através de condutas agressivas em relação a elementos físicos e/ou arquitetônicos, mormente os reconhecidos como públicos ou situados junto a lugares públicos. Descaso com o lixo, quebra-quebras, grafite, derrubada de placas e vandalismo a edifícios públicos são das manifestações psicossociais mais comuns. Em outro plano, estas condutas são reforçadas pelo desconforto psicológico de cada um dos indivíduos, como sensação de abandono, dificuldade de concentração, incapacidade de relacionar-se com vizinhos, saudade constante, tensão e outras manifestações psicológicas. (DEL RIO, 1996, p.IX)

Para que espaços de uso coletivo possam ser catalizadores de uma simbiose espontânea de relações sociais que potencializem, ao longo do tempo, a integralização social do território e solidifiquem sentimentos de identidade territorial de bairro, as áreas públicas necessitam ser protagonistas da vida cotidiana local. Além disso, o fator tempo precisa ser levado em consideração, pois a construção das lembranças e momentos íntimos de integração das pessoas com o espaço gerando mapas e construções mentais das paisagens urbanas como afirma Lynch (1960).

Os espaços de uso coletivo deveriam, portanto, estar estrategicamente posicionados e articulados com os diversos setores de morada existentes. Para que haja a empatia da contemplação da paisagem urbana que gere imagens mentais que remetam lembranças, saudades e orgulho o espaço público precisa ser visualizado, desejado e historicamente marcado na subjetividade coletiva como ponto de referência para qualquer uso ou atividade do cidadão, e isso é o cerne para a vida da comunidade e o ativismo de bairro. Neste sentido, SERPA (2007) interpreta TUAN (1983) dizendo que:

[...] que a rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um, mas a unidade maior, o “bairro”, é um conceito. Não se expande automaticamente o sentimento que se tem pela rua local para todo o bairro. O conceito depende da experiência, mas não é uma consequência inevitável da experiência, já que o “bairro” só adquire visibilidade e torna-se um “lugar” através de um esforço da mente. (SERPA, 2007, p.26)

Em tempo, é fato de que nas comunidades carentes de infraestrutura e serviços públicos essenciais é clara a tendência de uma simbiose de autoajuda e

articulações sociais em prol do grupo que através de seus ativismos e ações (às vezes consideradas radicais pela opinião pública) conduzem a um posicionamento político puro de uma territorialidade instalada. Em parte é possível deduzir este fato de que os setores onde se encontram as ZEIS (Nova Divinéia e Antônio Balbino) há pouca predisposição na luta por melhorias para fora de seus limites territoriais. Contudo, os planos de intervenção das ZEIS poderiam ser um meio para um *start* de integração entre os setores que compõem oficialmente o bairro, mas essa integração não seria uma garantia de sucesso para a conquista de uma identidade territorial no futuro.

Uma intervenção arquitetônica e urbanística quando bem articulada com outras disciplinas e com o apoio efetivo da comunidade pode ajudar no resgate e nascimento de imagens, paisagens e marcos urbanos gerando relações de pertencimento, orgulho e identidade territorial em diversas escalas inclusive à do bairro.

[...] o sentimento afetoso que se tem por uma esquina expande-se para incluir a área maior. Embora um acontecimento externo, como a reurbanização, permita às pessoas a enxergar a unidade maior, esta percepção se torna bem real se a unidade, de fato, tem um forte sabor local, caráter visual e limites bem definidos. As casas e as ruas por si mesmas não criam um sentimento de lugar, porém se elas forem diferentes esta qualidade perceptiva poderia ajudar muito os habitantes a desenvolver a consciência de um lugar maior. (TUAN, 1983, p.189-190)

Em suma, a construção de uma identidade territorial pode ser conduzida em um processo multidisciplinar que deve ser balizado através dos programas de intervenção das ZEIS (conforme definido no PDDU) articulados em uma agenda de intervenções nos demais setores de análise. Contudo, a possibilidade de abertura de novos espaços públicos bem estruturados no interior do tecido urbano já consolidado exigiria algumas reflexões e questionamentos prévios tais como: 1 - Quais seriam os critérios da escolha dos locais de intervenção? 2 – Qual seria o impacto social e econômico das prováveis desapropriações? 3 – Como articular os programas de intervenção das ZEIS como, por exemplo, o Favela Bairro neste processo de integralização espacial? 4 – Os moradores estariam dispostos a estas transformações? 5 - Como seria promovida a participação popular dos moradores dos setores envolvidos neste processo? 6 – Como os agentes públicos e privados atuariam neste processo?

A inserção de espaços públicos, além de devolver à cidade uma de suas principais peças construtivas, dará uma nova chance a convergência e simbiose social dentro dos bairros quebrando preconceitos e paradigmas. Contudo, o espaço público não pode ser um produto espacial reducionista contendo apenas uma simples rua, pergolado, parque infantil ou quadra poliesportiva (principal estereótipo de produto da administração pública municipal). Deve ser planejado como um equipamento integrador e articulador sobre o tecido urbano antigo oxigenando esta atmosfera urbana fragmentada.

### 5.3. Proposta de intervenção urbanística

Com base nos dados até agora colhidos será apresentada uma proposta de intervenção urbanística (Figura 76) com o intuito de lançar algumas reflexões de melhoria para o IAPI servindo como suporte complementar aos planos de intervenção das ZEIS. A ZEIS Antônio Balbino e Nova Divinéia estão identificadas no Mapa 03 do atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Lei nº 9.069/2016) como ZEIS 43 e 44, respectivamente, e classificadas como ZEIS do tipo 1 que são assentamentos precários como favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares. Partiremos do princípio de que elas receberão suas respectivas requalificações urbanísticas conforme o Plano de Regularização Fundiária descritos nos arts. 78, 79 e 80 da referida lei.

A proposição do sistema viário terá por base o trabalho final de graduação (2002) que sugere uma via de ligação direta entre a Rua Conde de Porto Alegre e a Avenida San Martin cruzando a ZEIS-44 da Comunidade Nova Divinéia no rincão natural formado pela dobra topográfica local. Esta via, à qual denominaremos de Rua da Cruz do Cosme (nº 6 da Figura 76), ligaria o IAPI à Avenida Luiz Eduardo Magalhães, através da Avenida San Martin e proporcionaria a conexão do fim de linha do bairro à BR-324, Avenida Paralela e a estação Retiro do Metrô.

A implantação desta via, além de convergir a maior parte do saneamento básico da ZEIS canalizando toda a drenagem de águas pluviais e de esgoto, abrirá caminho para a passagem de todos os serviços públicos e privados que a comunidade necessitaria. Além desta, outras duas seriam reestruturadas e complementadas como a continuação da Rua Astrozildo Sepúlveda (setor C) com à Rua Bom Jesus da Lapa - setor B (nº 7 da Figura 76) ligando ambos os setores à

Avenida San Martin. Por fim a requalificação da Travessa do Horto (nº 8 da Figura 76) localizada ao lado do Centro Municipal de Educação Infantil Semente do Amanha na Avenida San Martin se tornaria a Rua do Horto que traria acessibilidade e infraestrutura pública ao setor norte da ZEIS.

No entorno do perímetro do Conjunto Residencial Salvador é proposto um anel viário local (nº 5 da Figura 76) formado pela união da Rua Cosme e Damião (setor B) e a Rua Limite (setor C) que proporcionaria um novo acesso à comunidade Nova Divinéia ao fim de linha do IAPI. Somado a isso a requalificação e união destas vias forneceria à praça local possibilidades alternativas de transporte para a comunidade como, por exemplo, um ponto de parada para micro-ônibus, taxistas e moto taxistas. Além das melhorias de infraestrutura urbana o anel viário colocaria em evidência o Conjunto Residencial Salvador como marco simbólico que se tornou para o bairro tanto pela sua contribuição histórica quanto arquitetônica por ser o maior exemplar de conjunto residencial de estilo modernista da cidade.

Na Comunidade Bem Amado e Brongo (setor G), a Rua Elmano Silveira Castro (nº 3 da Figura 76) seria requalificada e concluída fechando um anel viário atrás do loteamento Jardim Eldorado conectando-se ao fim de linha do IAPI levando novos padrões de infraestrutura pública. Ainda no setor G, na comunidade Dom Lucas, a requalificação das Ruas Floresta e Fernando Leal e (nº 2 e nº 4 da Figura 76) conectando-se à Rua Dalmiro São Pedro traria uma melhor acessibilidade à comunidade e a ZEIS-43 da Antônio Balbino adjacente.

Do Largo do Tamarineiro é proposta uma nova via que traria uma alternativa de acessibilidade e infraestrutura pública para da ZEIS-43 Antônio Balbino ao respectivo Largo passando pelos fundos do terreno do Complexo Hospitalar Cesar de Araújo (nº 1 da Figura 76). Além disso, esta via se ligaria à Avenida Barros Reis através da requalificação da Rua Antônio Balbino e da Rua Dalmiro São Pedro.

Além de dar suporte às ações determinadas na alínea “f” do inciso I do art. 80 e das alíneas “a” e “b” do inciso III, do mesmo artigo, na Lei nº 9.069/2016 do Plano de Regularização Fundiária das ZEIS e integrar o setor D são propostos um novo zoneamento de uso das áreas destacadas em azul (Figura 76) para eventuais reassentamentos de famílias que sejam desapropriadas no processo de intervenção da área. Conforme dito nos capítulos anteriores, estes terrenos e imóveis são compostos por galpões industriais, oficinas e garagens totalizando uma área total de

50.000m<sup>2</sup> que, em sua maior parte, estão subutilizados e podem ser transferidos para outros setores da cidade.

Nesta mesma linha de raciocínio é proposta a criação do Parque Municipal Jardim da Pedreira - área destacada em verde (Figura 76) - que estaria localizado nos terrenos da antiga jazida de pedra desativada e que é explorada, atualmente, por empresas de reciclagem de lixo, garagens de ônibus e oficinas. O terreno possui uma área total de 39.000m<sup>2</sup> e seria requalificado para abrigar espelhos d'água, ciclovia, paisagismo, parque infantil, quadras, estacionamento e praças.

As áreas públicas de convergência indicadas através dos círculos vermelhos (Figura 76) seriam construídas dentro dos setores territoriais de forma gradativa, articuladas com a implantação das novas vias e dos planos de intervenção das ZEIS. Fora da poligonal de estudo do IAPI a requalificação do Largo do Tamarineiro (P-A da Figura 76) seria importante tendo em vista de ser um ponto de convergência do fluxo de tráfego dos principais bairros adjacentes como o Pau Miúdo, Caixa D'água, IAPI e Pero Vaz. A requalificação deste largo além das melhorias paisagísticas envolveria novos estudos de fluxo de tráfego em virtude da conexão da nova via proposta para ajudar no escoamento do trânsito.

Dentro da área remanescente do terreno do Complexo Hospitalar Cesar de Araújo a implantação de um espaço público (Praça P-B da Figura 76) seria estratégica para a integração da ZEIS-43 - Antônio Balbino com a nova via proposta e articulada com as comunidades do bairro Pau Miúdo e adjacências. As áreas públicas P-C e P-D da Figura 76 localizadas dentro da comunidade Bem Amado receberiam a convergência das Ruas Floresta e Fernando Leal e (nº 2 e nº 4 da Figura 76) com à Rua Dalmiro São Pedro proporcionando uma melhor visibilidade, infraestrutura e acessibilidade com a abertura de novas áreas de convivência e apoio ao pequeno comércio local.

O espaço público P-E (Figura 76) seria geograficamente estratégico para os moradores do Jardim Eldorado. Contudo, este espaço compartilharia o atual sítio de implantação da Escola Estadual Ministro Pires de Albuquerque que poderia, através dos estudos de viabilidade, permanecer no próprio local e articulada com a praça ou transferida esta para outra área dentro do próprio setor ou nas adjacências conforme indicado nas setas vermelhas (Figura 76).

A área pública de convergência P-F (Figura 76) articularia alguns programas de intervenção do bairro como a organização do fluxo de veículos das Ruas Conde

de Porto Alegre, Cosme Damião e da Rua Cruz do Cosme - nova via sugerida para a ligação do bairro à Avenida San Martins. Além da organização do trânsito esta área pública traria novos estudos e perspectivas do uso do solo local disciplinando a feira de bairro requalificando e regularizando os estabelecimentos comerciais existentes que possuem inúmeras deficiências e irregularidades de ordem construtiva, fundiária e sanitária.

A área P-G (Figura 76) é a atual praça de convivência da Comunidade Nova Divinéia que seria integrada ao anel viário proposto em volta do Conjunto Residencial Salvador. Pela topografia esta praça atende com mais conforto a parte alta da comunidade situada em sua cumeada. Contudo, para os moradores da parte mais baixa a declividade do terreno dificulta um pouco esta integração. A área P-H (Figura 76) é proposta para atender a esta intercorrência, convergir e disciplinar o fluxo de tráfego das novas Ruas Cruz do Cosme, Horto e Bom Jesus da Lapa para a Avenida San Martin.

Esta proposta de intervenção, portanto, poderia auxiliar o processo de integração física das ZEIS aos demais setores de moradia do IAPI. A abertura e inserção de novos espaços públicos integrados ao sistema viário proposto e este aos principais pontos de conexão da cidade proporcionaria uma melhor acessibilidade, visibilidade e o uso destes locais para uma nova rotina de vida do bairro. Em tempo, a inserção de um parque como símbolo de resgate do verde e com novas ideias de paisagens urbanas estimularia novas vivências para o lazer, prática de esportes, caminhadas, pontos de encontro e, com o tempo, proporcionar relações de pertencimento e o amadurecimento de uma identidade territorial.

Figura 76. – Proposta de intervenção urbanística no bairro do IAPI



Fonte: CONDER, 1992. Adaptação Carvalho, 2018

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou de investigar o fenômeno da fragmentação urbana na localidade oficialmente denominada pela Prefeitura Municipal de Salvador de “Bairro do IAPI”, em um recorte temporal de 1930 a 2017, abrangendo o processo histórico de formação do “bairro” até a atual dinâmica socioeconômica da cidade, bem como os desdobramentos na perda de identidade e pertencimento dos moradores com o “locus” de morada, e ainda na dinâmica de coesão social e política dos seus moradores.

Com base no referencial teórico utilizado neste trabalho, adotou-se a definição de “bairro” para as localidades que apresentem, no mínimo, três características principais. A primeira delas refere-se à dimensão territorial e política, que solidifique um ativismo da comunidade, em prol de melhorias do bem comum e sua representatividade perante a cidade. A segunda característica abrange uma realidade social comum, dotada de identidade e pertencimento, construída ao longo de um processo histórico de ocupação e vivências coletivas. A terceira trata da existência de áreas comuns, com características centralizadoras, que protagonizem a convergência de seus moradores para diversos usos tais como: lazer, comércio, esportes, contemplação, encontros, turismo, etc.

Com base nesta definição, e a partir da pesquisa realizada em campo, ratificamos a hipótese inicial de que o IAPI trata-se de um conjunto de lugares urbanos fragmentados, ao invés de um “bairro” propriamente dito. Estes lugares, representados pelos setores de análise da pesquisa, são o resultado do processo da segregação socioespacial, da perda de pertencimento e identidade territorial e da ausência de espaços de uso coletivo. Constatou-se que os referidos setores de análise tornaram-se lugares enclausurados, interligados apenas sob o aspecto físico através do sistema viário existente, onde os moradores de cada setor passaram a defender apenas os seus interesses, conforme as respectivas articulações sociais e políticas.

Estas questões estão também associadas ao processo histórico de formação do IAPI, que teve como marco a implantação do Conjunto Residencial Salvador, em 1953, financiado pelo antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários que, deu origem ao nome do bairro. A inauguração deste conjunto habitacional é o

resultado da concretização de uma corrente arquitetônica e urbanística vigente na época (arquitetura modernista) que buscava o equilíbrio entre o espaço edificado e o não construído, mediante a implantação de espaços de uso comum, com recursos arquitetônicos visuais e simbólicos voltados para a valorização de áreas verdes e de lazer.

Entretanto, esta configuração espacial, que ficou solidamente marcada na cumeada do IAPI, não se desdobrou efetivamente no processo de expansão do bairro. Registra-se que a implantação dos três maiores loteamentos - Jardim Eldorado, Jardim Vera Cruz e o Parque San Martins - a partir da década de 1960, não provisionou reservas mínimas de espaços públicos de lazer que propiciariam, dentre outras funções, a convergência social de seus moradores. Este processo acarretou a densificação total da área, contendo apenas uma rede viária local que alimentou quase que exclusivamente às quadras de uso residencial. Ao caminhar pelo bairro constata-se essa densificação pelo labirinto de ruas, grades e muros sem nenhuma quebra visual ou interrupção física de áreas públicas.

Além dos loteamentos, as ocupações espontâneas ocorridas durante a década de 1960 contribuíram para o aumento da densificação da área, potencializando disputas e conflitos sociais entre os demais setores de análise, representados pelos condomínios e loteamentos. Durante a década de 1980, o agravamento da crise econômica e fiscal do país, o desemprego, a exclusão social e a miséria contribuíram para o fortalecimento do crime organizado e da violência, principalmente nas comunidades que integram as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), onde na ausência da assistência do estado, o domínio destes territórios passou a ser comandado por facções criminosas, mediante o uso da coação e do medo. A incidência de crimes e os constantes embates entre criminosos e a polícia contribuiu para o aumento das tensões sociais entre os diversos setores de moradia do bairro. Vale ressaltar, entretanto, que essas comunidades residentes das ZEIS não devem ser consideradas, em sua totalidade, como expressão de violência, devendo-se registrar aspectos culturais, de mobilização e de vida comunitária.

Essas tensões sociais somadas à ausência de áreas públicas, que poderiam servir como coadjuvantes no *locus* de debates, audiências, intermediações e articulações entre seus representantes comunitários, desdobraram-se em uma “atrofia” nas relações de vizinhança, repercutindo entre seus moradores sentimentos

de medo, “pré-conceitos”, frustrações, fugas e ações de ruptura como o fracionamento físico do espaço. Perante esta rotina, os moradores e usuários do IAPI, passaram a vivenciá-lo, apenas, na satisfação direta de suas necessidades físicas básicas.

De acordo com as entrevistas realizadas, os moradores que consideram o IAPI como um bom lugar para morar alicerçam suas opiniões quase que exclusivamente nas vantagens materiais oferecidas - como localização, transporte, oferta de comércio, serviços e serviços públicos, - do que pelos aspectos imateriais como sossego, refugio, contemplação e lazer, por exemplo. Apenas alguns moradores mais antigos, quando entrevistados, deixaram escapar uma certa nostalgia de “épocas mais tranquilas do bairro”, fazendo referência às décadas de 1960 e 1970.

Em suma, podemos concluir que o IAPI não se constitui efetivamente em um “bairro”, e sim em um conjunto de lugares urbanos fragmentados, destituído de sinais de coesão social e orgulho coletivo. Registram-se setores enclausurados e aquartelados por muros físicos e mentais, que passaram a ser lugar de refúgio de moradores, onde estes são defendidos conforme suas articulações comunitárias.

A construção de uma identidade territorial através de ações para o resgate do direito à cidade e ao bairro poderia ser uma forte aliada no tratamento do dilema da fragmentação urbana e da violência, onde a cidade e o bairro precisam ser mais vividos e usufruídos pelos seus moradores. A implantação de espaços públicos de qualidade que propiciem áreas mínimas para lazer, encontros sociais, prática esportiva, festas de bairro, ações comunitárias e manifestações políticas amplificam a visão, a valoração, a defesa e o debate sobre o bairro e, conseqüentemente, discussões sobre o destino deste pelos seus moradores.

Entretanto, é fundamental ressaltar que a implantação de espaços públicos de qualidade não é garantia plena do resgate da identidade territorial, e nem das relações de pertencimento individual e coletivo. Contudo, a disponibilidade de espaços públicos que atendam aos anseios da população e que promovam novas perspectivas visuais no contrafluxo das rotinas diárias do cidadão devem ser ofertados. Como consequência prevê-se que os mesmos possam gerar, com o passar do tempo, novas rotinas e conexões sociais entre moradores e visitantes despertando o zelo, o orgulho e quem sabe um pertencimento ao lugar.

Nesse sentido, a conscientização pela educação e esclarecimento dos moradores do seu direito a um espaço público digno se torna essencial e deve ser assumida pelo poder público como uma possível solução para os diversos problemas, a exemplo da violência urbana.

Em Salvador, para a maioria da população, os estereótipos de espaços públicos estão associados principalmente a exemplos tais como, à Praça Dois de Julho, Praça da Piedade, Praça da Sé, Largo da Mariquita, Largo de Roma, Parque da Cidade e ao Parque de Pituaçu. É notória a importância destes espaços públicos para a cidade, tanto em relação ao aspecto histórico, quanto urbanístico. Entretanto, a inexistência e/ou atrofia de espaços públicos em muitos bairros da cidade confirmam a dimensão do problema, com consequência direta na perda da qualidade de vida dos moradores; no enfraquecimento das relações destes com seu “locus” de morada, bem como na baixa representatividade social e política destes bairros perante a cidade.

Neste sentido, é oportuna uma reflexão sobre a implantação de espaços públicos de qualidade com características espaciais mínimas e centralizadoras nos bairros, no âmbito dos planos urbanos da cidade. Esta implantação, desde o planejamento à execução, deverá ser conduzida com a efetiva participação da população em reuniões, debates e audiências, pois nenhum estudo ou projeto urbanístico, por melhor que seja elaborado tecnicamente, poderá atingir seus objetivos sociais sem a participação do seu público final.

## REFERENCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004. p 25-65.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana**. In: CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C., orgs. *Como anda Salvador e sua região metropolitana* [online]. 2nd. ed. rev. a Salvador: EDUFBA, 2008. 228 p.

ALVES, Luis Rodolfo Simões; FERNANDES, João Luiz Jesus. **Os processos de fragmentação da cidade e a territorialidade dos residentes nos condomínios fechados. Relação com o planejamento estratégico dos lugares**. GeoTextos, v. 10, n. 2, p. 13-29, jul. 2014.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social**. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2014

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. In: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p 01-24.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Re) Produção do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 123p.

CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C., As cidades de Salvador. In: CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C., orgs. **Como anda Salvador e sua região metropolitana** [online]. 2nd. ed. rev. a Salvador: EDUFBA, 2008. 228 p. p. 81-107.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (Ed.) **Salvador: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

CARVALHO, Luis Cláudio Brito Pina de. 2002. 80f. **Conjunto Residencial Salvador**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

COELHO, Leonardo Loyolla. **Os conceitos de dispersão e fragmentação urbana sob a abordagem da paisagem**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4, 2016, Porto Alegre.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Geografia: Conceito e Temas**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2000.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, L. (Org.) **Percepção ambiental: A experiência brasileira**. São Carlos, SP: Studio Nobel, 1996.

DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William (Org.) **Desenho Urbano Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC, 2013

FERNANDES, Ana. **Decifra-me ou te devoro: Urbanismo Corporativo, Cidade-Fragmento e Dilemas da Prática do Urbanismo no Brasil**. In: GONZALES, Suely F.N. et.al. **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira: Objeto Teoria Prática**. Brasil: Livre Expressão, 2013.

FERNANDES, R.B. **Periferização socioespacial em Salvador: análise do Cabula, uma área representativa**. Salvador, 1992.(Dissertação de Mestrado para a FAU-UFBA).

\_\_\_\_\_.A Segregação Residencial em Salvador no contexto do Miolo da Cidade. **Cadernos do Logepa**. v. 4, n. 1, p.39-46, 2005.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2000.

GOUVEIA, Anneza Tourinho de Almeida. **Um olhar sobre o bairro: Aspectos do Cabula e suas relações com a cidade de Salvador**. 2010. 237 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

HARVEY, David. O direito à cidade. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./ dez. 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LETRUD, Raymond. **Sociologia Urbana**. Rio de Janeiro, Forense, 1971

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos; MÜLLER Cristiano. (org). **Direito humano à cidade**. Plataforma de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Plataforma Dhesca: Curitiba, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). **Projeto Vale do Camuruji: Nova Divinéia, Rocinha do IAPI**. Salvador, 1982. 26p. + 6 mapas.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Forma urbana: cidade-real & cidade-ideal**. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado apresentada a FAU/USP.

SANTOS, Elisabete (Org.) **O Caminho das águas em Salvador: Bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador, CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, Elizete de Oliveira. **Segregação ou fragmentação sócio espacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas**. *GeoTextos*, v. 9, n. 1, p. 41-70, jul. 2013.

SANTOS, Milton, O dinheiro e o território. **GEOgraphia**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia. PPGeo-UFF/AGB, ano. 1, n. 1, 1999, p. 7-13.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SERPA, Ângelo. O Bairro como Discurso: limites e possibilidades. in SERPA, Ângelo (Org.) **Cidade popular. Trama de relações sócio espaciais**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Organização sócio territorial e dinâmica dos lugares e regiões**. In: Mesa Redonda Emergência do Espaço Organizacional para Gestão Social – IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2003, Salvador. PPG-ADM UFBA: p 23-35.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política**. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2. p. 139-172, abr / jun., 1989.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.

TEIXEIRA, Aparecida Netto et al. O desafio da regulamentação de ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social. In: **Anais...Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 12, 2007, Belém.

TOURAINÉ, Alain. **Relações e conflitos sociais na sociedade pós-industrial**. In: *Pela Sociologia*. Lisboa, Dom Quixote, 1982.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço & Lugar**. São Paulo, Difusão Editorial S. A. 1983.

\_\_\_\_\_. **Topofilia**. São Paulo: Difusão Editorial S. A. 1980.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

VEIGA, Elba Guimarães et al. O Processo de Delimitação dos Bairros de Salvador: Relato de uma Experiência. **Revista interdisciplinar de gestão social**, Salvador, v. 1, n. 1. p. 131-147, jan. / abr., 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

## APENDICE

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



#### SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

#### PROJETO DE PESQUISA:

A fragmentação urbana no bairro do IAPI (Salvador/Ba): Desafios e possibilidades para a construção de uma identidade territorial.

Aluno: Luis Cláudio Brito Pina de Carvalho

Orientadora: Prfª Dra. Aparecida Netto Teixeira

Formulário de Pesquisa

Entrevista N°: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Anos; Tempo de Morada: \_\_\_\_\_

Setor de Morada do Bairro: \_\_\_\_\_

1. Em sua opinião, o que é um bairro?

\_\_\_\_\_

2. Você sabe a origem do nome do bairro em que mora?

\_\_\_\_\_

3. Quais são os pontos de referência que você destacaria no bairro?

\_\_\_\_\_

4. Quais dessas regiões de morada você acha que forma o bairro do IAPI?

- Conjunto Residencial Salvador (fim de linha);
- Jardim Eldorado;
- Conjuntos do Ibramex;
- Nova Diviéia;
- Bem Amado;
- Jardim Vera Cruz;

- Bronco;
- Rocinha;
- Imóveis ao longo da Rua Conde de Porto Alegre;

5. Em sua opinião até onde vai o bairro do IAPI? Quais os limites do bairro?

---



---

6. Qual a sua primeira impressão sobre os outros setores de morada que formam o bairro?

---



---



---

7. Marque abaixo os serviços e infraestrutura pública que, em sua opinião, **SÃO** satisfatórios no bairro:

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Transporte Coletivo;               | <input type="checkbox"/> Fornecimento de Energia Elétrica;                  |
| <input type="checkbox"/> Segurança;                         | <input type="checkbox"/> Iluminação;  |
| <input type="checkbox"/> Rede de Ensino (Creches, Escolas); | <input type="checkbox"/> Sinalização de Trânsito;                           |
| <input type="checkbox"/> Saúde (UPAs, Hospitais);           | <input type="checkbox"/> Calçadas;  |
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de Água;              | <input type="checkbox"/> Acessibilidade em calçadas ( piso tátil e rampas); |
| <input type="checkbox"/> Rede de Esgoto;                    |   |
| <input type="checkbox"/> Coleta de Lixo;                    |   |

8. Marque abaixo os serviços públicos que, em sua opinião, **NÃO SÃO** satisfatórios no bairro:

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Transporte Coletivo;               | <input type="checkbox"/> Fornecimento de Energia Elétrica;                  |
| <input type="checkbox"/> Segurança Pública;                 | <input type="checkbox"/> Iluminação;  |
| <input type="checkbox"/> Rede de Ensino (Creches, Escolas); | <input type="checkbox"/> Sinalização de Trânsito;                           |
| <input type="checkbox"/> Saúde Pública (UPAs, Hospitais);   | <input type="checkbox"/> Calçadas;  |
| <input type="checkbox"/> Fornecimento de Água;              | <input type="checkbox"/> Acessibilidade em calçadas ( piso tátil e rampas); |
| <input type="checkbox"/> Rede de Esgoto;                    |   |
| <input type="checkbox"/> Coleta de Lixo;                    |   |

9. Marque abaixo os equipamentos e espaços de uso coletivo que existem no bairro:

- Praças, Calçadas e Jardins;
- Quadra Poliesportiva;
- Equipamentos de ginastica;
- Ciclovía;
- Nenhum;

10. Em sua opinião os espaços de uso coletivo apresentados na questão anterior são importantes para integrar moradores e melhorar a vivência no bairro?  
 Sim;  Não; Caso seja não, por quê?

---

---

11. Eventos culturais ou de lazer são promovidos no bairro?  Sim;  Não; Se sim, onde?

---

12. A variedade de comércio e serviços é satisfatória no bairro?  Sim;  Não;

13. Que comércio ou serviço você desejaria que tivesse no bairro?

---

---

14. Quais as vantagens de morar no IAPI?

---

15. E as desvantagens?

---

16. Você tem interesse de se mudar do bairro? Se sim, porque?

---